



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Geografia**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MORADIA E DA NATUREZA DOS  
MORADORES DE LOTEAMENTOS DE BAIXA RENDA EM ÁGUAS  
LINDAS DE GOIÁS – GO**

*Mestranda: MARIA DAS DÔRES SILVA NÓBREGA - Matrícula: 07/55958*

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Marília Luiza Peluso

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, 05 de agosto de 2009.



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Geografia**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MORADIA E DA NATUREZA DOS  
MORADORES DE LOTEAMENTOS DE BAIXA RENDA EM ÁGUAS LINDAS DE  
GOIÁS – GO**

**Mestranda:** MARIA DAS DÔRES SILVA NÓBREGA - **Matrícula:** 07/55958

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

---

Profª. Marília Luiza Peluso, Doutora, GEA/UnB  
(Orientador)

---

Profª. Nelba Azevedo Penna, Doutora, GEA/UnB  
(Examinador Interno)

---

Profª. Ângela Maria de Oliveira Almeida, Doutora, PSTO/UnB  
(Examinador Externo)

Brasília, 05 de agosto de 2009.

NÓBREGA, MARIA DAS DÔRES SILVA

Representações sociais da moradia e da natureza dos moradores de loteamentos de baixa renda em Águas Lindas de Goiás - GO, 128 p., 297 mm, (UnB-GEA, Mestre, Geografia, 2009).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Moradia e Natureza

2. Representações Sociais

3. Loteamentos

4. Espaço Urbano

I. UnB-GEA

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Maria das Dôres Silva Nóbrega

## **DEDICÁTORIA**

A meu irmão Marcelo, já falecido, que me ensinou que a vida, dure o que durar, vale sempre a pena ser vivida, principalmente quando buscamos atingir nossos ideais e objetivos.

A meus pais, que, mesmo com poucas oportunidades de estudos, sempre se esforçaram para que eu pudesse prosperar em meus estudos e chegar aqui. Sem eles eu jamais teria conseguido.

A meus irmãos Selma e Márcio, que sempre suportaram os meus momentos de dificuldades e, com suas palavras de apoio, nortearam, com muita sabedoria, esses momentos por mim vivenciado.

E, finalmente, a meu irmão Alexandre, que, mesmo longe do meu convívio familiar, sempre me incentivou para a realização e conclusão desse importante passo em minha vida profissional e acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à professora Dra. Marília Luiza Peluso, por sua dedicação e orientação aos meus estudos, por ter depositado confiança, incentivando-me e compartilhando seus conhecimentos, mesmo diante da minha insegurança e, principalmente, por sua paciência, transformando-me em uma pessoa confiante e capaz de alcançar vãos mais altos. A minha profunda admiração e respeito.

À professora Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida, que acreditou na minha capacidade acadêmica, dando-me a oportunidade de conhecer uma metodologia de estudo e uma teoria, que me proporcionou o primeiro contato com o método utilizado, indicando a primeira leitura para o desenvolvimento da análise, pois vários foram os encontros de conversação e orientação. A minha gratidão, admiração e respeito.

À equipe do CENTRO MOSCO, pelo auxílio e processamento do *corpus* das entrevistas com *software* ALCESTE. Os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos que vivenciaram e compartilharam as falas constantes sobre Águas Lindas de Goiás, sobre as pesquisas de campo e aplicações das entrevistas, inclusive dividindo comigo a sensação de como se constrói uma pesquisa acadêmica. A minha eterna gratidão.

Às minhas colegas e amigas Marizângela e Isaura, que suportaram muito os meus momentos de fragilidade durante a pesquisa, me indicando e me fortalecendo rumo ao que foi imprescindível para essa conquista. Com vocês divido os louros dessa vitória.

E, finalmente, à minha grande amiga Rosiane, que dedicou boa parte de suas horas me acompanhando nas pesquisas de campo a Águas Lindas de Goiás, me ajudando e apoiando, assim como me propiciando momentos de descontração quando da euforia da análise dos resultados e discussões da pesquisa. Serei eternamente grata a você.

## RESUMO

Esta dissertação discute qual o significado da moradia e da natureza para moradores de loteamentos situados na Área de Preservação Ambiental (APA) do rio Descoberto, ou seja, loteamentos irregulares perante a legislação ambiental e urbanística brasileira. Investigar-se-á os loteamentos enquanto lugares de eventos, tendo por objetivo acessar as representações sociais da moradia e da natureza para a população de baixa renda, que mora em loteamento na área de preservação ambiental. Trabalhou-se com a hipótese norteadora de que a prática da ilegalidade está relacionada às representações sociais que os agentes produtores do espaço de Águas Lindas constroem sobre a moradia e a natureza. A teoria estudada e que fundamenta a pesquisa é a das representações sociais e do espaço geográfico, ou seja, a interdisciplinaridade entre a Geografia e a Psicologia Social. Nas representações sociais, os dois processos que são examinados no âmbito do espaço social são a objetivação e a ancoragem enquanto dimensão simbólica que é convertida numa dimensão real e, a realidade, dá-se um ar simbólico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas em dois momentos diferentes: o primeiro, com entrevistas semidirigidas a moradores, promotores imobiliários e agentes de políticas públicas; o segundo, com aplicação de entrevistas narrativas somente a moradores dos loteamentos Jardim das Oliveiras I e II. O *corpus* das entrevistas foi analisado com o auxílio do *software* ALCESTE. Observou-se que, para os moradores, o valor simbólico da moradia e da natureza enquanto valor de uso é mais importante que o valor simbólico da troca, ou seja, da mercadoria. É possível, também, compreender, por meio das representações, que a moradia e a natureza estão em fase de transição, que vai do momento no qual se identificavam quando moravam com os pais, para outro, que justifica a moradia que adquiriram. A Ancoragem se dá porque trazem suas casas anteriores e objetivação porque racionalizam o lugar para poderem viver nele.

**Palavras-Chave:** espaço, moradia, natureza, representação social.

## ABSTRACT

This paper discusses the significance of home and nature for residents of division of land into lots that are situated on Preservation Environmental of the “rio Descoberto”, in other words the lots are illegal before the legislation environmental and urban Brazilian. This research investigated the division of land into lots while place of events, and the point is to turn up the social representations from home and nature for population of low income, this population lives in the area of environmental protection. The hypothesis of this paper has been driven that the practice from illegality is related to the social representation as the agents producers of the space of “Águas Lindas” built above the home and the nature. The theory studied and that based the survey is from the social representations and of the geographic space, in other words, the interdisciplinarity among the Geography and the Social Psychology. On the social representations the two processes that they are tested in the scope of the social space are the objectification and anchor while dimension symbolic is converted on a real dimension and the reality gives something symbolic. The data have been collected by means of interviews two moments different: the first, with interviews with the residents, prosecutors immovable and agents of public policies and the second, with application of interviews narratives only the residents from the division of land into lots “Jardim das Oliveiras I and II”. The “*corpus*” from the interviews has been analyzed with the aid of the software ALCESTE. It was observed that about to the dwellers the worth symbolic from home and nature while value of use is more important than the worth symbolic from changes, in other words, from goods. It is possible, also, to understand through the representations of the dwelling and the nature are in phase transitional among moment on which it is identified when they lived with the parents, justified the dwelling about acquire. The anchoring is given because they bring it before their homes and objectification because streamline the place to be able to live in it.

**Keywords:** housing, nature, social representation, space.

## SUMÁRIO

<b>DEDICÁTORIA</b> .....	iv
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	v
<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	xi
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SIMBOLIZAÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	21
<b>1.1 OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM</b> .....	31
<b>1.2 A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA PERSPECTIVA DO ESPAÇO SOCIAL</b> .....	32
<b>CAPÍTULO 2 – O CAMPO REPRESENTACIONAL: MORADIA E NATUREZA</b> .....	37
<b>2.1 OS LOTEAMENTOS</b> .....	41
<b>CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL</b> .....	46
<b>3.1 O CONTEXTO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	47
<b>3.2 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL</b> .....	48
<b>CAPÍTULO 4 - ÁGUAS LINDAS: O OBJETO DE ESTUDO E SEU CONTEXTO</b> .....	53
<b>CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA</b> .....	61
<b>5.1. PARTICIPANTES</b> .....	61
<b>5.2. O INSTRUMENTO DE PESQUISA</b> .....	62
<b>5.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA</b> .....	63

<b>5.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE</b> .....	63
<b>5.5. CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO EXPLORATÓRIO PARA A PESQUISA FINAL</b> .....	69
<b>CAPÍTULO 6 – PESQUISA FINAL: OS MORADORES DOS LOTEAMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL</b> .....	79
<b>O CONTEXTO DA PESQUISA</b> .....	79
<b>6.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA FINAL</b> .....	81
<b>6.2. INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	86
<b>6.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA</b> .....	89
<b>6.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE</b> .....	90
<b>RESULTADOS</b> .....	90
<b>DISCUSSÃO</b> .....	98
<b>1. O ESPAÇO EM QUE VIVO: A MORADIA E SUAS DEMANDAS</b> .....	98
<b>2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA NATUREZA</b> .....	103
<b>3. RUMO À CONQUISTA DA CASA PRÓPRIA: O LOTE - A PROPRIEDADE</b> .....	107
<b>4. MEMÓRIAS DA MORADIA E DA NATUREZA</b> .....	111
<b>5. MORADIA E NATUREZA A SUPERAÇÃO DA DUALIDADE</b> .....	113
<b>CONCLUSÃO</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	120
<b>ANEXO A - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS</b> .....	125
<b>ENTREVISTAS SEMIDIRIGIDAS - ESTUDO EXPLORATÓRIO</b> .....	125
<b>MORADORES</b> .....	125
<b>PROMOTORES IMOBILIÁRIOS</b> .....	126
<b>AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	127
<b>ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS</b> .....	128
<b>MORADORES</b> .....	128

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno..	15
Figura 2 -	Área de Proteção Ambiental da Bacia do rio Descoberto .....	17
Figura 3 -	Localização de Águas Lindas de Goiás .....	54
Figura 4 -	Adensamento populacional de Águas Lindas no período de 1998 a 2000 .....	56
Figura 5 -	Localização dos Loteamentos em estudo .....	59
Figura 6 -	Reprodução gráfica dos resultados gerados pela análise do ALCESTE	68
Figura 7 -	CHD efetuada sobre as 9 entrevistas com identificação das 7 classes e suas respectivas relações.....	69
Figura 8 -	Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 9 entrevistas .....	71
Figura 9 -	Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 9 entrevistas .....	72
Figura 10-	Análise Fatorial de Correspondência (AFC) sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 9 entrevistas .....	74
Figura 11-	Foto 1 do Bairro Jardim da Barragem VI .....	76
Figura 12-	Foto 2 do Bairro Jardim da Barragem VI .....	76
Figura 13-	Foto do loteamento Jardim das Oliveiras I .....	80
Figura 14-	Foto do loteamento Jardim das Oliveiras II .....	80
Figura 15-	Foto das águas pluviais do loteamento .....	81
Figura 16-	Intersecção das classificações sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 30 entrevistas .....	91
Figura 17-	Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 30 entrevistas .....	92
Figura 18-	Classificação Hierárquica Descendente (CHD) sobre o <i>corpus</i> discursivo composto de 30 entrevistas .....	93
Figura 19-	Análise de Correspondência Fatorial (AFC): Projeção das palavras analisadas e das variáveis .....	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população no território brasileiro entre 1940 a 2000	47
Tabela 2 - Crescimento populacional do Distrito Federal de 1960 a 2004 .....	49
Tabela 3 - Crescimento populacional do Entorno do Distrito Federal de 1991 a 2004 .....	49
Tabela 4 - Dados sócio-econômicos dos participantes do estudo exploratório ...	61
Tabela 5 - Condições sócio-econômicas dos moradores .....	82
Tabela 6 - Mobilidade espacial dos moradores .....	83
Tabela 7 - Condições de moradia dos moradores .....	83
Tabela 8 - Fases principais da entrevista narrativa .....	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
ALCESTE	Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto
APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília
CDH	Classificação Hierárquica Descendente
CEF	Caixa Econômica Federal
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CHA	Classificação Hierárquica Ascendente
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impactos Ambientais
GDF	Governo do Distrito Federal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PSH	Programa de Subsídio Habitacional
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SANEAGO	Saneamento de Goiás S/A
UCE	Unidade de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial
X <sup>2</sup>	Qui quadrado ou Chi <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A ocupação das cidades brasileiras foi se constituindo pela incorporação de novos e constantes contingentes migratórios que buscaram trabalho no meio urbano e nele procuram se fixar. O crescimento da malha urbana, a expansão da rede de transportes e a reorientação de fluxos migratórios transformaram a ocupação de terras.

A ocupação do solo, principalmente na periferia das cidades e em áreas sensíveis e de risco, onde a terra é mais barata ou torna-se possível a “invasão” era, e ainda hoje é feita sem controle governamental. Tal fato é nitidamente observado pela distribuição das residências decorrente da urbanização brasileira, altamente segregada. A grande valorização da terra, decorrente da seletividade do território, fez com que pessoas de baixa renda, que não puderam arcar com o alto preço dos imóveis, procurassem lugares de menor valor dos aluguéis ou da moradia e migrassem para áreas sempre mais periféricas. Foi o que ocorreu com o conjunto urbano composto pelo Distrito Federal e Municípios do entorno, em Minas Gerais e Goiás, formando um embrião de região metropolitana, que em 1998 foi chamada de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE <sup>1</sup>).

Assim, iniciou-se um processo de expansão urbana da Capital Federal marcada pela proliferação de construções em locais impróprios, cujo uso do solo se destina a áreas de proteção ambiental, por exemplo, nas quais não deveria haver moradias. Logo, surgiram problemas de ordem ambiental, fundiário e habitacional que se concentraram, em grande parte, nas cidades e que, se não forem combatidos, tendem a se agravarem.

Para trabalhar com os problemas ambiental, fundiário e habitacional, o país conta com a edição do Estatuto da Cidade como instrumento de política urbana. No entanto, esse instrumento não coíbe novas ocupações irregulares, pois propicia o atendimento das reivindicações sociais por regularização das áreas ocupadas de forma irregular, segundo aponta a diretriz XIV:

Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais. (ESTATUTO DA CIDADE, 2005, p.259).

---

<sup>1</sup> A (RIDE) foi criada pela Lei Complementar n ° 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Assim, o Estatuto da Cidade determina proteção legal ao direito à moradia das pessoas que vivem na irregularidade, mediante a legalização e urbanização das áreas ocupadas pela população de baixa renda. A diretriz XIV é um ponto de potencial conflito sócio-ambiental, pois de um lado tem-se a necessidade de prover condições mais adequadas aos loteamentos irregulares e por outro a necessidade de proteger as áreas de interesse ambiental. A aplicação do Estatuto da Cidade pode estimular a ocupação de áreas de risco ou unidades de conservação de proteção integral, com a certeza de sua futura regularização.

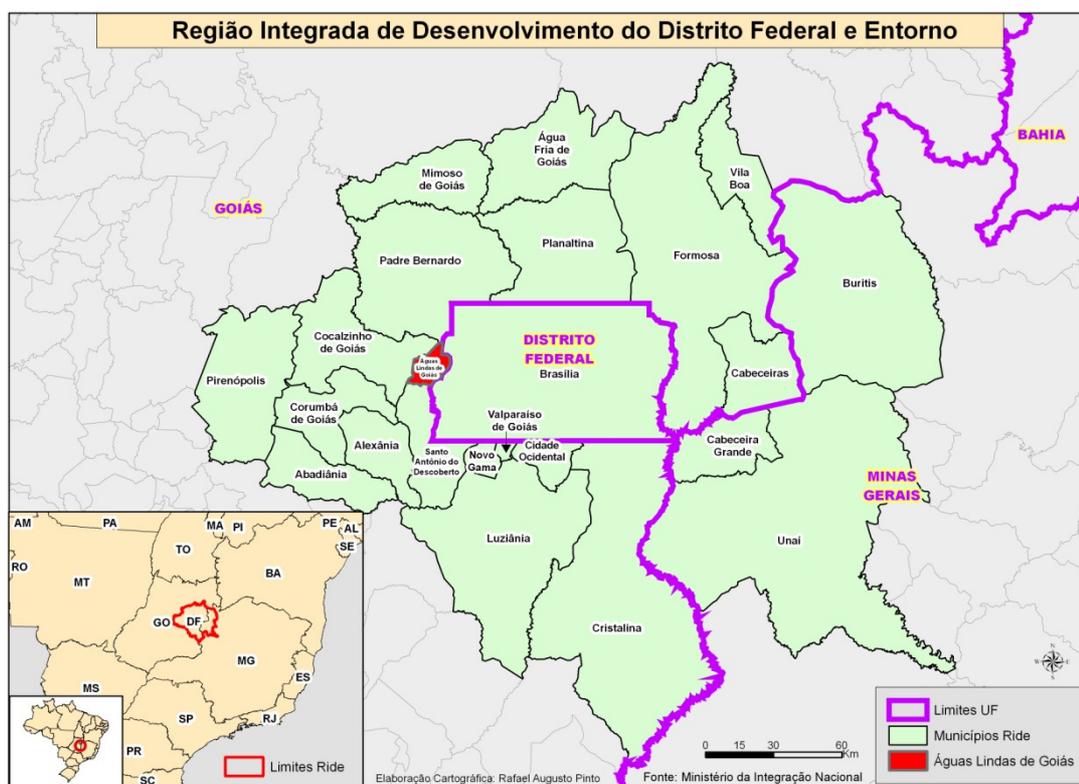
Outro ponto de considerável relevância é que a análise das repercussões da diretriz XIV, do Estatuto da Cidade, como instrumento de política pública, pode levar os moradores a ocuparem áreas impróprias para moradias e a criarem expectativas de que não ficarão sem moradia, porque o Estado tem que prover sua demanda.

No Município de Águas Lindas de Goiás, localizado no Estado de Goiás, na divisa oeste com o Distrito Federal, a leste de Cocalzinho - GO, a sul de Santo Antônio do Descoberto - GO e a norte de Padre Bernardo - GO, que faz parte da RIDE <sup>2</sup> (ver figura 1), é notório o conflito sócio-ambiental.

---

<sup>2</sup> É constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

**FIGURA 1 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**



**Fonte:** Ministério da Integração Nacional, elaboração cartográfica Rafael Augusto Pinto, Junho/2008.

Santo Antônio do Descoberto aprovava e licenciava os loteamentos implantados longe da sede do Município, na zona rural e também na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do rio Descoberto antes mesmo que Águas Lindas se tornasse Município. Os loteamentos iniciais para chácaras de recreio foram reparcelados em lotes de dimensões urbanas, pois assim seriam mais bem comercializados. Posteriormente, novos loteamentos surgiram em torno desse embrião de cidade.

Apesar de ter somente 13 anos, Águas Lindas de Goiás já apresenta problemas de uma grande cidade, como demanda por transportes, infra-estrutura urbana e saneamento. O adensamento populacional de Águas Lindas é consequência da política habitacional implementada em Brasília, que não atendeu às necessidades das populações com baixos rendimentos. Segundo o plano diretor de Águas Lindas (2002), a situação dos loteamentos que se estabeleceram em Brasília incentivou a expansão da periferia.

Em 1958, no entanto, se inicia a construção das cidades-satélites. Ao tomar essa iniciativa o governo inicia o processo de invasões e legitimações dos espaços, que primeiramente se deu no âmbito do quadrilátero do DF e posteriormente expandiu-se pela periferia, ou entorno, mantendo sempre o “cordão umbilical” com o Plano Piloto. (PLANO DIRETOR DE ÁGUAS LINDAS, 2002, p.6).

Peluso (1999), por sua vez, aborda a situação de uma política habitacional de entrega de lotes no Distrito Federal, como ocorreu entre 1988 e 1990, antes da primeira eleição direta para governador. Segundo a autora, essa prática atraiu uma população com a ilusão de “ganhar” lotes. Como muitas vezes isso não ocorreu, percebeu-se uma redução significativa da política habitacional popularmente conhecida como “farra dos lotes”. A iniciativa populista do governo levou, junto com os assentamentos criados no período, à ocupação da terra de forma ilegal, resultando numa tragédia em termos sociais, urbanos e ambientais.

A população despreparada e despossuída teve de buscar áreas mais baratas para se estabelecer. Surgiu, então, no entorno e especificamente na área em estudo, um adensamento significativo. Entre 1995 a 2001, a população de Águas Lindas, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), praticamente duplicam. Em 1995 apresentava 61.478 <sup>3</sup> habitantes e em 2001 alcançou 105.746 habitantes, ou seja, apresentou um incremento de aproximadamente 45.000 pessoas.

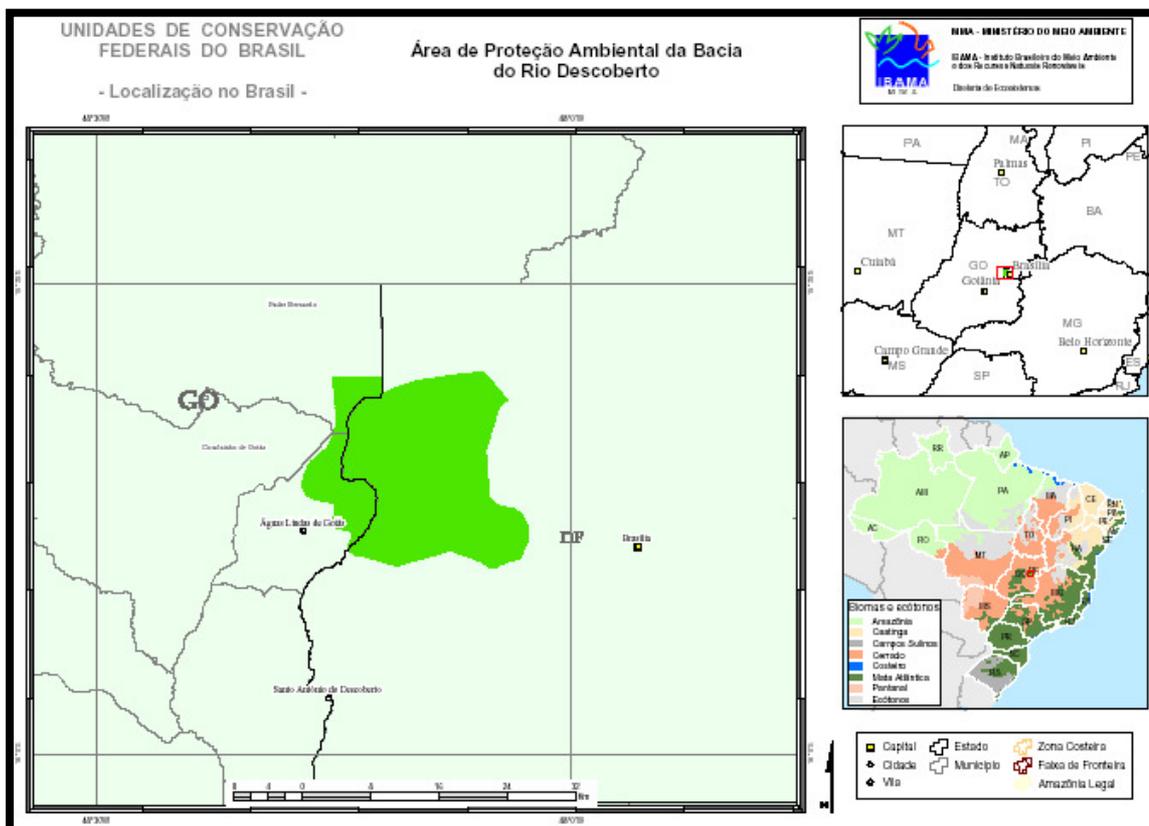
O crescimento acelerado do Município de Águas Lindas de Goiás, como visualizado nos dados do IBGE, apresentou uma taxa média anual de 14,4%, no período de 1996-2000, ultrapassando a marca de 100 mil habitantes em 2000 (ROCHA NETO et al., 2006). Em 2007, o Município alcançou 131.884 habitantes (IBGE, 2008). De acordo com os dados apresentados, não é difícil avaliar a pressão ocasionada sobre a oferta de bens e serviços, principalmente, a demanda por moradia.

É importante destacar que parte da APA do rio Descoberto está no Município de Águas Lindas, (ver figura 2). A área protegida foi criada em 7 de novembro de 1983, sob o Decreto nº 88.940, cuja legislação ambiental estabelece as medidas prioritárias de proteção que visam proporcionar o bem-estar das futuras gerações. O Decreto deriva da importância do represamento de água do rio Descoberto, o qual é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 61% da população do Distrito Federal, segundo a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB, 2007). No entanto, a área protegida vem sendo paulatinamente ocupada por loteamentos.

---

<sup>3</sup>Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

**FIGURA 2 – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO DESCOBERTO**



Fonte: IBAMA, 2006.

O processo de ocupação das terras em Águas Lindas de Goiás, atualmente, apresenta diversas irregularidades, como a ocupação de áreas destinadas à proteção ambiental. A área de proteção permanente no Município foi loteada sem considerar a legislação ambiental. Assim, a maioria dos loteamentos foi aprovada pelos Municípios vizinhos, como Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, antes da emancipação de Águas Lindas. Diante da ocupação irregular, o foco do presente estudo são os loteamentos que se localizam na Área de Proteção Ambiental da Bacia do rio Descoberto do Município, que resulta em conflito sócio-ambiental diante do dilema da moradia e da preservação ambiental.

A cidade de Águas Lindas, segundo Wada (2003), é resultante da dinâmica populacional e da urbanização do Distrito Federal, bem como da ausência de legislação urbanística e gestão ambiental do Município. O Plano Diretor do Município (2002), por sua vez, acrescenta também a ausência de planejamento regional, assim como a gestão urbana é inadequada à realidade da cidade, o que contribui para o surgimento e agravamento dos problemas sócio-ambientais.

Assim, evidencia-se a necessidade de subsídios para o planejamento e a gestão do ordenamento do território da cidade que contribuam para a minimização dos problemas ambientais e de moradia. Uma das consequências notórias da falta de planejamento está relacionada à problemática ambiental como resultado do crescimento urbano que tem avançado sobre áreas protegidas. Entre as tensões, salienta-se, por um lado, a legislação da (APA) Bacia do rio Descoberto, que impõe limites à ocupação e, por outro lado, a não observância dos limites pelo avanço das moradias.

As peculiaridades de Águas Lindas, como, por exemplo, o crescimento populacional e a sua área de proteção ambiental, tornam-se alvo de discussões que envolvem tanto o planejamento urbano de Brasília, quanto o planejamento do Município e do Estado de Goiás. Contudo, a complexidade dos processos e fenômenos que envolvem Águas Lindas nos leva a pensar o espaço urbano em sua totalidade. Um caminho ainda pouco utilizado para compreender o dilema em que vivem os moradores, que consiste em morar e preservar a natureza, ou ambos, é o que considera a subjetividade do indivíduo, ou seja, os processos internos ao sujeito que se materializam no espaço e estruturam os processos externos e espaciais.

A nova conjuntura gerada em Águas Lindas pelos parcelamentos ilegais justifica discussões que busquem uma proximidade no estudo interdisciplinar entre o espaço geográfico e as representações sociais. O entendimento da interdisciplinaridade permeará tanto os fundamentos da Geografia quanto da Psicologia Social, buscando as representações sociais por meio da história de vida dos moradores para aquisição da moradia, cujos valores simbólicos e experiências cotidianas são primordiais na fala dos entrevistados. Assim, desvendar-se-ão os valores simbólicos dos ocupantes da APA do Descoberto em Águas Lindas, que vivem, consomem, produzem e planejam o espaço em estudo.

Justifica-se a inserção das representações sociais no presente estudo com o intuito de acrescentar elementos aos novos caminhos de pesquisas e na sistematização de conhecimentos traçados no espaço e no pensamento social. Introduce-se o conceito de representação social, relacionando-o com o referencial teórico em pesquisas e teorias sobre o espaço urbano, desenvolvido por autores das áreas de sociologia (MARTHA DE ALBA), de psicologia (MOSCOVICI; JODELET; ALMEIDA) e de geografia (PELUSO).

As representações sociais, segundo De Alba (2006), são dinâmicas se criam e recriam com o passar do tempo, devido a novas experiências e novos conhecimentos recebidos mediante o ato criativo de combinar ideias, recordações e sensações. São formas de

pensamento social que se originam de diversas fontes, com as quais o homem procura entender o mundo em que se encontra (MOSCOVICI, 1978).

As questões norteadoras da presente pesquisa referem-se a: quais são as representações sociais da moradia e da natureza partilhadas pelos envolvidos na ocupação irregular em Águas Lindas de Goiás? Como os problemas ambientais e urbanos contribuem para a construção dessas representações? De que maneira tais representações sociais estão relacionadas às práticas sócio-espaciais e às tentativas de gerir e planejar a cidade?

As indagações objetivam estabelecer as representações sociais da moradia e da natureza vivenciadas pelos moradores de loteamentos irregulares de baixa renda. Portanto, o objetivo geral da pesquisa é desvendar as representações sociais da moradia e da natureza expressas pelos moradores para compreender como racionalizam o conflito sócio-ambiental em loteamentos de baixa renda do Município de Águas Lindas de Goiás.

De maneira mais específica, o estudo tem como objetivos: a) compreender de que maneira as representações sociais estão relacionadas às práticas sócio-espaciais que resultam nos loteamentos ilegais; b) reconhecer como os problemas ambientais e urbanos contribuem para a construção das representações sociais da natureza e da moradia e c) investigar de que modo as representações sociais dos moradores interferem nas tentativas de gerir e planejar a cidade.

Para atingir os objetivos, trabalha-se com as seguintes hipóteses norteadoras do trabalho: como primeira hipótese, considera-se que a prática da ilegalidade está relacionada às representações sociais que os agentes produtores do espaço de Águas Lindas constroem sobre a moradia e a natureza. Como segunda hipótese, considera-se que as representações sociais dirigem as práticas sócio-espaciais dos agentes e, como terceira hipótese, os agentes justificam a prática da ilegalidade pela sua realidade social transformada em representação.

A estrutura da presente pesquisa divide-se em duas partes: teórica e empírica. A parte teórica é dividida em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a teoria das representações sociais. Discute-se tanto o objeto de estudo da Geografia, o espaço, como a teoria das representações sociais e seus processos constituintes, a objetivação e a ancoragem. Procura-se a dimensão simbólica da realidade na interdisciplinaridade entre ambas ciências.

No segundo capítulo, desenvolve-se o conceitual teórico da moradia e da natureza. Trata-se, portanto, dos objetos de estudo explorados no campo representacional em discussão no âmbito da pesquisa empírica.

No terceiro capítulo, aborda-se a construção do problema habitacional do entorno do Distrito Federal. Para tanto, apresenta-se uma discussão acerca do processo de urbanização do Distrito Federal, que resulta na segregação sócio-espacial de considerável contingente humano e no crescimento das periferias do Entorno do Distrito Federal.

A segunda parte apresenta o método de trabalho de pesquisa, que é dividido em dois capítulos e corresponde aos dois estudos empíricos. Em ambos são apresentados o contexto da pesquisa, os procedimentos de investigação, tanto de coleta quanto de análise, os resultados e a discussão, assim como as considerações preliminares de cada estudo empírico.

Para finalizar, retoma-se as hipóteses iniciais e os resultados obtidos na análise, procurando-se responder à questão central da discussão- quais são as representações sociais da moradia e da natureza partilhadas pelos envolvidos na ocupação irregular em Águas Lindas de Goiás? - que resulta nas considerações finais da presente pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SIMBOLIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Os desafios teóricos que fundamentam os processos simbólicos e materiais que apóiam as representações sociais são: primeiro, estabelecer um diálogo entre materialidade e simbolismo – nesse caso, o aporte teórico é sobre a simbolização do espaço, ou seja, as representações sociais ligadas à dimensão real e simbólica –, o segundo desafio é identificar o espaço como ambiente.

A complexidade que constitui o estudo da relação entre materialidade e simbolismo tem sido pouco explorada na busca de uma unidade teórica, o que permite interrogar a Geografia acerca do seu objeto de estudo. Assim, indaga-se: é aceitável a unidade do estudo que abarca a materialidade e o simbolismo?

Na geografia, as possibilidades de um estudo interdisciplinar com o objetivo de alcançar a totalidade já foram destacadas por Milton Santos (1996). Para ele,

com a globalização do mundo, as possibilidades de um trabalho interdisciplinar tornaram-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo (...). Basta que os enfoques particulares se proponham uma visão contextual, para que, através da soma de estudos setoriais, seja possível recuperar a totalidade (SANTOS, 1996, p. 122).

A Geografia, como ciência empírica, se remete à realidade e suas dimensões. A Geografia sempre lidou com as materialidades que podem ser estudadas sob a forma de paisagens, de cidade, de territórios usados, de regiões, de ambiente. As marcas e padrões de organização própria de cada sociedade, “constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade” (CORRÊA, 2003, p.52). Portanto, a organização espacial apresenta a materialidade da sociedade e da natureza, ou seja, o modo particular de estudar a materialidade social envolve o simbolismo que se encontra presente na efetiva materialização, e mesmo na organização do espaço.

Santos, entende o espaço geográfico como um sistema indissociável entre objetos e ações. Em que os objetos são, as materialidades cada vez mais artificiais e as ações levam “à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço

encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2008, p. 63)”. O autor também afirma que os sistemas de objetos e ações integram “uma lógica que é ao mesmo tempo, a lógica da história passada [...] e a lógica da atualidade (SANTOS, 2008, p.77)”. Trata-se segundo Milton Santos

de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social (SANTOS, 2008, p.77-78).

Na perspectiva de Milton Santos o espaço é o território usado em que o uso se manifesta na constituição do lugar, onde o processo espacial é solidário. O lugar que à primeira vista não é familiar torna-se familiar à medida que o conhecemos e o dotamos de valor. Quem atua nesse lugar são os agentes e/ou atores que vivem e consomem o espaço. O lugar é constituído por ruas, estradas, avenidas, pelo conhecimento que se tem das pessoas, objetos e ideias que fluem entre lugares diferentes, segundo Moreira (1994).

O uso do território é não só material, como também psicológico/subjetivo, imaginado e vivido, cujos resultados não são apenas ações objetivas, mas também representações sobre elas. Os objetos são concretos, mas também simbolizados – nada do que é humano é somente “objeto” e as representações sociais são referências para as ações.

A espacialidade, pensada tendo em vista a noção das representações sociais, apresenta-se como resultado da elaboração simbólica e subjetiva dos indivíduos, pois remetem a crenças, conhecimentos do senso comum, que vão servir como estruturadores do sistema de objetos e de ações. Para Jodelet (1989):

*tomar como objeto de estudio una representación social, nos lleva a buscar cómo, a propósito de un objeto definido del ambiente material, social o ideal, se construye y funciona un conocimiento que va servir como base de acción e interpretación (JODELET, 1989, p. 2).*

A produção humana, de acordo com Milton Santos, acontece no espaço, o que permite a autores como Jodelet, Moscovici e Martha de Alba se referirem ao ambiente como espaço. O ambiente, de acordo com Jodelet (1989), oferece um terreno um tanto propício ao exame do

encontro entre o “ideal” e o “material”, que substitui a produção do espaço tanto por fazer e por pensar a dimensão social, e desenvolve uma perspectiva de reflexão.

A dinâmica do espaço urbano é expressão visível da concentração cada vez maior da população, da densidade populacional e da heterogeneidade tanto populacional quanto de serviços e atividades econômicas, as quais constituem condições essenciais do processo social e dos sistemas de objetos e ações.

A evolução social é nítida no espaço urbano vivido por sujeitos que o consomem a todo momento. Assim sendo, o espaço urbano apresenta uma dinâmica que envolve a população, o ambiente, a política, a cultura e a dimensão simbólica, que estão ao nosso redor e fazem parte do cotidiano, como os transportes, a circulação, a moradia, as áreas de consumo, de lazer e serviços. Considerar todos esses aspectos num estudo é um desafio. Porém, pensando naqueles que estão construindo e reconstruindo o ambiente urbano, os sujeitos, atingem justamente os que dão significado aos diferentes aspectos do espaço.

De Alba (2006), comentando Proshansky, afirma que o espaço, ambiente ou lugar é concebido como um conjunto de elementos significantes. Portanto, a autora considera o significado, e não somente a materialidade, que tanto o espaço quanto o sujeito que vive, consome, planeja e transforma dão sentido um ao outro, isto é, o espaço imprime significado ao sujeito e vice-versa. No entanto,

Espaço e território são construídos por sujeitos e que os atores são sujeitos espaciais e espacializados que internalizam e externalizam a sociedade em condições determinadas por diferenças econômicas e sociais concretas. [...] Cria-se a tensão entre dois espaços articulados e contraditórios: os pequenos espaços individualmente significativos e os macro-espacos socialmente construídos (PELUSO, 2007, p. 5-6).

É o que se pretende atingir buscando na teoria das representações sociais o espaço enquanto signifiicante e significativo ao sujeito. Para tanto, “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação” (SANTOS, 2004, p. 58). Portanto, deve-se ir além da materialidade do objeto, “espaço”, e sua significação, mas buscar o significado que o sujeito lhe dá, de acordo com as necessidades individuais e sociais. Mas os indivíduos sofrem influências de outros indivíduos e dos meios de comunicação com os quais também constituem o pensamento. É importante conhecer o que os indivíduos pensam e porque pensam, enfatiza Almeida (2001), sobre

determinado objeto. Assim, a autora acentua a importância das representações sociais para compreender a forma como os indivíduos pensam.

Com isso, sujeito e mundo se constituem num espaço material e simbólico de relações de oposição, afirmação e negação, que se projeta sobre relações sociais mais amplas, em que o sujeito se posiciona frente a si mesmo, ao mundo e aos outros.

A teoria da representação social é a base da fundamentação do estudo de Moscovici, que serviu de parâmetro para compreender a formação do espaço de acordo com pesquisas De Alba (2006; 2004). Trata-se de um conceito teórico, em que o autor busca na análise de um objeto real a construção de um modelo teórico. No entanto, Moscovici (1978) afirma que é fácil apreender a representação, mas o conceito nos escapa.

As representações sociais “designam tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos” (SÁ, 1993, p. 19). Como diz Moscovici (1978), o termo representação social tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Ou seja, “produz e determina os comportamentos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

No trabalho realizado por Moscovici sobre a socialização da psicanálise, no livro pioneiro *A Representação Social da Psicanálise*, de 1978, o autor desenvolve um conhecimento que ultrapassa a criação de um campo específico de estudos, pretendendo realizar um processo de renovação temática, teórica e metodológica da Psicologia Social. Realizando uma crítica em relação à visão norte-americana (processos psicológicos individuais), a vertente psicossociológica é vista como uma forma explicitamente social da Psicologia Social, considerando tanto os comportamentos individuais quanto os sociais. Assim como os conteúdos dos fenômenos psicossociais.

Moscovici apóia-se no conceito de Durkheim da representação coletiva. Mas o conceito não é suficiente, apesar de não negá-lo, pois é um conceito ideal para a sociedade primitiva. Moscovici constrói o conceito de representação social para pensar o mundo, enquanto Durkheim procurou estabelecer a distinção do pensamento social em relação ao pensamento individual. Em seu entender:

A representação individual é um fenômeno puramente psíquico, irreduzível à atividade cerebral que o permite, também a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem uma sociedade. Com efeito, ela é um dos sinais do primado do social sobre o individual, da superação deste por aquele. Para Durkheim, competia à Psicologia Social estudar “de que modo as representações se atraem e se excluem, se fundem umas com as outras ou se distinguem” (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Moscovici buscou nas explicações sociológicas de Durkheim, a possibilidade de uma não definição dos fatos sociais a partir de explicações psicológicas individuais. Nas representações coletivas, Durkheim “procurava dar conta de fenômenos como: a religião, os mitos, a ciência, as categorias do espaço e tempo etc. em termos de conhecimentos inerentes à sociedade” (SÁ, 1993, p 21). Porém, Moscovici percebe que as representações de seu interesse não são vistas como imutáveis ou sedimentadas, vindas de sociedades primitivas, mas as representações de uma sociedade presente no solo político, científico e humano, que nem sempre possuem tempo para se sedimentar. Sendo assim, inaugura à construção de um espaço psicossociológico próprio, possuidor de uma modalidade específica de conhecimento, em que as representações eram vistas como fenômenos e não como dados absolutos e irreduzíveis.

Moscovici encontra um problema durante sua trajetória, qual seja “como situar o conhecimento mobilizado pelas pessoas comuns na comunicação informal da vida cotidiana” (SÁ, 1993, p.24), pois a comunicação vai além da simples opinião ou atitudes sobre um determinado objeto social, mas envolvem informações e julgamentos valorativos provenientes das mais variadas fontes e experiências pessoais e grupais. Para Moscovici “as representações sociais terminam por constituir o pensamento em um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana” (SÁ, 1993, p.26), sendo que este “conjunto de conceitos, afirmações e explicações, que são as representações sociais, devem ser considerados como verdadeiras teorias do senso comum” (MOSCOVICI, apud SÁ, 1993, p.26). No entanto, o senso comum, para o autor, demonstrou:

que toda representação social se concentra num símbolo tal que a fixe e a distinga aos olhos do grupo social. [...] A conexão que tais símbolos estabelecem entre conhecimento certo e representação social, é ao mesmo tempo a expressão de uma diferença [...] sentido do real e [...] classificação cognitiva. [...] A busca de um sentido e a de uma informação satisfatória (MOSCOVICI, 1978, p.246).

O autor considera ainda que existam, na sociedade contemporânea, duas classes distintas de universos de pensamento: os universos reificados, onde se produz a ciência, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, e os universos consensuais, que correspondem às atividades intelectuais da interação social cotidiana, pelas quais são produzidas as representações sociais.

Os fenômenos de representação social segundo o autor são construídos no universo consensual do pensamento, enquanto que o objeto é elaborado pelo universo reificado da ciência. Desse modo, o pesquisador transforma o fenômeno em objeto de estudo por meio da teoria das representações sociais. Portanto, para dar conta dos processos cognitivos e simbólicos que se relacionam com as práticas, o aporte teórico é o das representações sociais, que são:

Entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado a substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1978, p.41).

Representar, segundo Moscovici (1978), é constituir na mente uma “imagem” do “objeto” que é tomado como referência. Por meio da arte da conversação criam-se “gradualmente núcleos de estabilidade e maneiras habituais de fazer coisas, uma comunidade de significados entre aqueles que participam dela” (MOSCOVICI, apud SÁ, 1993, p.29). Pode-se dizer então, que as representações sociais designam uma forma de pensamento social.

Assim sendo, as representações sociais geram conhecimentos e realidades e não são somente reflexos das práticas sociais. A vida cotidiana existe a partir do momento em que são pensados. Portanto, recorre-se a outros conceitos, como opiniões, crenças, valores, ideias e atitudes para nomear as representações sociais. Uma das reflexões de Moscovici é de que o senso comum seja considerado como objeto de estudo científico. Portanto, para o autor “[...] o senso comum, com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratagemas, era primordial. A ciência e a filosofia dele extraíam seus materiais mais preciosos e os destilavam no alambique de sucessivos sistemas” (MOSCOVICI, 1978, p.20).

Ressalta-se que o autor não pretende focar a sociologia, mas não a descarta dos objetos da psicologia e não se limita ao contexto social. Procura entender o processo

psicológico nas relações sociais. Não propõe criar uma teoria da sociedade, mas sim como a sociedade se cria nas relações sociais. O autor procura resgatar o social para a Psicologia.

Diante disso, cabe indagar: o que é social nas representações sociais? Não seria primeiramente que tais representações são representações da realidade social? Ou será que tais representações têm origens sociais? De fato, as representações sociais são percebidas como sociais porque são compartilhadas por indivíduos e como tais constituem a realidade que influencia o comportamento individual.

Uma representação é social em relação aos grupos sociais quando em pesquisa de opinião ou de conversação emitem opinião pública. Para compreender esse universo de opinião, Moscovici (1978) trabalhou com a hipótese de que as representações sociais se constituem ao longo de três dimensões: ‘informação’, ‘atitude’ e ‘campo de representação’.

Nota-se que:

a informação se refere à organização que um grupo possui em relação a um objeto social; o campo da representação remete-se a ideia de imagem e de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto das representações; e a atitude termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social (SÁ, 1996, p.31).

Moscovici afirma que a mais frequente das dimensões é a atitude, pois a representação se dá somente após terem tomado uma decisão. Ademais, as dimensões fornecem um panorama do conteúdo e do sentido das representações. Sá (1993) indaga: qual a origem da compreensão dos assuntos e das explicações emitidas pelas pessoas? Jodelet *apud* Sá (1993) alerta: são estes originados da própria sociedade ou de pensamentos elaborados individualmente? “Trata-se, com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam” (SÁ, 1993, p.27), mas que possuem uma semelhança em relação aos seus pronunciamentos com os de outros membros do grupo de que participa, demonstrando a possibilidade de todos pensarem juntos sobre os mesmos assuntos. Portanto,

Se uma representação social é uma ‘preparação para a ação’, ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar (MOSCOVICI, 1978, p.49).

Nesse sentido, os pontos de vista tanto dos indivíduos quanto dos grupos traduzem seu caráter de comunicação e de expressão. Com efeito, trata-se da substância simbólica “que ao

modificarem seu modo de ver, tendem a influenciar-se e a modelar-se reciprocamente” (MOSCOVICI, 1978, p.49). Por exemplo, uma pessoa que responde a um questionário nada mais faz do que transmitir seu desejo de ver as coisas evoluírem num sentido ou noutro, ou seja, categoriza suas respostas.

As representações sociais são criadas para o sujeito sair do estado de perplexidade, tornando algo que é não familiar em conhecido, ou seja, acomodando o estranho. Com isso, a pessoa cria novas verdades que aos olhos da ciência comportam contradições, mas a lógica natural é normal. É fundamental buscar no discurso o não dito, o que se encontra nas entrelinhas, pois é exatamente nelas que estão construídas as representações sociais.

De Alba (2006), em sua tese de pesquisa realizada na Cidade do México, considera que a teoria das representações sociais é estabelecida à imagem de um objeto dependendo da posição que o sujeito ocupa na estrutura social. Jodelet, por sua vez, em sua pesquisa sobre *Loucuras e representações sociais* apresenta duas maneiras de estudar as representações:

Globalmente, quando nos apegamos às posições emitidas por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), a respeito de objetos socialmente valorizados ou conflitantes, elas serão tratadas como campos estruturados, isto é, conteúdos cujas dimensões (informações, valores, crenças, opiniões, imagens, etc.) são coordenadas por um princípio organizador (atitude, normas, esquemas culturais, estrutura cognitiva, etc.). De modo focalizado, quando nos apegamos a elas, a título de modalidade de conhecimento, elas serão tratadas como núcleos estruturantes, isto é estruturas de saber organizando o conjunto das significações relativas ao objeto conhecido (JODELET, 2005, p.47).

Ainda de acordo com a autora, o modelo seminal de Moscovici fornece os elementos que constituem aquisições irrefutáveis, principalmente o papel das representações sociais na constituição de “uma realidade consensual e sua função sociocognitiva na integração da novidade, na orientação das comunicações e das condutas” (JODELET, 2005 p.47).

A linguagem traduz um conflito entre um grupo particular que ao utilizá-la, difunde-a espontaneamente pela sociedade “com o seu modo de discurso próprio, lhe resiste e inconscientemente se lhe conforma. O vocabulário tende a assimilar novo vocabulário” (MOSCOVICI, 1978, p.233), havendo um dismantelamento e uma substituição na cadeia lingüística. Assim sendo, constitui-se em uma rede de significados por meio do processo de “amarração”, ou seja, a ancoragem se dá por meio do processo de elaboração do mediador verbal. Portanto, estudar representações sociais compreende estudar seu conteúdo, seus princípios e a análise da penetração da sua linguagem.

As fontes de informações que contribuem para a constituição do pensamento do sujeito sobre o objeto são variados e vão desde os estudos, as experiências, o rádio, a imprensa e a conversação, segundo Moscovici (1978). E cada população tem seu modo dominante de comunicação em relação a sua situação social. Instala-se a conversação no cotidiano das pessoas, o que para o autor é uma atividade experimental das coletividades. Ela constitui o veículo mais importante de preservação da realidade.

Destaca-se então, o que Vala caracteriza como dispersão da informação, pois “a informação não circula da mesma forma, como não circula o mesmo tipo de informação em todos os grupos sociais, como ainda a ambigüidade da informação não se manifesta da mesma forma para todos” (VALA *apud* SÁ, 1996, p.41).

Doise (1984/2001), afirma que “as representações sociais são sempre tomadas de posição simbólicas, organizadas de maneiras diferentes. Por exemplo: opiniões, atitudes ou estereótipos, segundo sua imbricação em relações sociais diferentes” (DOISE, 1984/2001, p.193). Ou seja, as representações sociais dessa maneira constituem os princípios organizadores das relações simbólicas entre os atores sociais, o que para Bourdieu (1989) constitui a concepção simbólica.

Deste modo, os valores simbólicos só podem ser captados com ajuda da linguagem, da experiência e dos saberes compartilhados, pois a construção do objeto de pesquisa em representação social considera o fenômeno ou o problema de investigação como o universo reificado da prática. As representações sociais, de acordo com Moscovici (1978), se produzem nos elementos de comunicação, como ressalta Sá:

Na perspectiva psicossociológica de uma sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (SÁ, 1993, p.28).

Sendo assim, a sociedade deve ser tratada como um sistema de pensamento, da mesma forma em que esta é tratada como um sistema econômico ou político. Quanto à função das representações sociais, Abric atribui quatro funções essenciais para as representações sociais: do saber, identitárias, justificatórias e de orientação. Nas “funções do saber: elas permitem compreender e explicar a realidade” Abric 1994 (*apud* SÁ 1996, p.44). Por meio do saber prático do senso comum é permitido aos sujeitos adquirir conhecimento e integrá-lo a um

quadro compreensível, em coerência com seu pensamento cognitivo e os valores aos quais aderem, sendo condição necessária para a comunicação social. Quanto às funções identitárias, “as representações sociais têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, (permitindo) a elaboração de uma identidade pessoal e social [...], compatível com sistemas de normas e valores sociais” (*Ibidem*, p.44). As funções de orientação guiam os comportamentos e as práticas, enquanto as funções justificatórias: “permitem justificar *a posteriori* as tomadas de posição e os comportamentos,” (*Ibidem*, p.44), quando o sujeito social explica e justifica sua conduta em relação a uma situação ou em relação aos seus participantes.

O campo de estudo das representações tem se mostrado cada vez mais produtivo e com novas concepções complementares são oferecidas à teoria. Cabe indagar: como as funções identificadas servem à teoria das representações sociais? Moscovici (1978, p. 27) afirma que “uma representação é sempre representação de alguém sobre alguma coisa”. Assim, o primeiro passo para a elaboração da teoria teria sido a natureza conceitual e figurativa, ou seja, origina-se a tensão de cada representação entre o pólo passivo do objeto, a figura, e o pólo ativo do sujeito, que diz respeito à significação. No entender do autor, “a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura (MOSCOVICI, 1978, p.65).” Portanto, sujeito e objeto estão presentes na construção das representações. Na geografia, a sociedade é que constrói e reconstrói o espaço, então sujeito e objeto estão presentes, tanto na Geografia, assim como na Psicologia Social, logo,

Representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de ‘realismo’ [...] (MOSCOVICI, 1978, p.58).

Logo, cada representação apresenta a face figurativa e a simbólica. A teoria retrata a interligação entre os conceitos, assim como a construção simbólica, ou seja, o caráter simbólico. O autor abre espaço para o diálogo com outras áreas, pois a realidade não é separada da Sociologia, da Psicologia e da Geografia. O que acontece é que se enfocam distintos aspectos. O pensamento do autor estimula o diálogo. É por meio das representações sociais que os sujeitos se orientam e organizam seus comportamentos, suas ações, intervêm no

comportamento coletivo e individual, nas transformações sociais e na definição das identidades pessoal e social.

## 1.1 OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM

As representações sociais, tanto para Jodelet quanto para Moscovici, se constituem por meio de dois processos formadores da teoria: a objetivação e a ancoragem. Não existe a possibilidade de pensar fora do cognitivo. Para entender o processo social os autores explicam o psicológico pelos processos de construção das representações sociais.

Segundo Jodelet (2005, p. 47) “os processos constitutivos, a objetivação e a ancoragem, têm relação com a formação e o funcionamento da representação social.” Assim, a objetivação, para a autora, “explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização [...]” (JODELET, 2005, p.48). Já a ancoragem “explica a maneira pela qual as informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real, [...] (*Ibidem*, p.48)”, ou seja, ocorre a classificação.

A classificação “tem como finalidade realizar a completa transposição das ideias, atualizá-las no meio ambiente de cada um e padronizar as várias partes desse meio ambiente” (MOSCOVICI, 1978, p. 132). Naturalizar e classificar são elementos estruturantes das representações. De acordo com Moscovici (1978), a naturalização torna o símbolo real, enquanto a classificação dá à realidade um ar simbólico.

Objetivar “é reabsorver um excesso de significações materializando-as [...]. E também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo” (MOSCOVICI, 1978, p.111). Para isso, há a passagem dos conceitos e ideias para os esquemas ou imagens concretas. Assim sendo, edifica o núcleo “imaginante” da representação, ou seja, a realidade social.

No processo de “amarração”, isto é, da ancoragem, de acordo com o autor, “a sociedade converte o objeto social num instrumento de que ela pode dispor e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes (MOSCOVICI, 1978, p.173).” Quando isso ocorre, tem-se a classificação, ou mesmo a denominação. Assim sendo, tem-se a ancoragem, o que contribui para a interpretação das relações interpessoais e das condutas. “Se as objetivações mostram como os elementos representados de uma ciência se integram a uma

realidade social, a amarração permite compreender o modo como eles contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem.” (MOSCOVICI, 1978, p. 176).

Portanto, um novo olhar da realidade cotidiana, dominada pelo senso comum, pode ser levado ao mundo científico sem ser considerada vulgar e inadequada. A materialização dos conceitos:

o modelo figurativo, penetrando no meio social como expressão do ‘real’, tornou-se por isso mesmo ‘natural’, utilizado como se ele se livrasse diretamente dessa realidade. [...] A naturalização das ideias assume aqui todo o seu significado, pois confere uma realidade plena ao que era uma abstração. (MOSCOVICI, 1978, p.127).

Assim, constituem-se os dois processos das representações sociais que são examinadas no âmbito do espaço social enquanto dimensões simbólicas que são convertidas numa dimensão real e à realidade dá-se um ar simbólico.

## **1.2 A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA PERSPECTIVA DO ESPAÇO SOCIAL**

Os fatos não são apenas materiais, mas também simbólicos e estão ligados às práticas sociais. Bourdieu (1989) afirma que os ‘sistemas simbólicos’, como a arte, a religião e a língua são estruturas estruturantes. No entanto, os símbolos para Bourdieu são:

instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...] (BOURDIEU, 1989, p.10).

A dimensão simbólica objetiva “[...] apreender estruturas e mecanismos que [...] escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço (BOURDIEU, 1997, p. 15).” Portanto, a noção de espaço, para o autor, expressa o “conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento (BORUDIEU, 1997, p. 18).” O que demonstra o quanto a ideia de diferenciação está presente na noção de espaço. O espaço social é construído por duas dimensões de diferenciação que os próprios indivíduos e grupos se organizam: o capital econômico e o capital cultural. “As

diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem (BOURDIEU, 1997, p.22)”. Portanto, as diferenças funcionam “como diferenças constitutivas de sistemas simbólicos (*Ibidem*, p.22)”.

Existe “um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer (BOURDIEU, 1997, p. 27)”. Dito isso, fica implícito que existe um mundo social onde “os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo coletivamente, [...] (*Ibidem*, p.27).” O autor vai mais longe e afirma que “o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele (*Ibidem*, p.27).”

Com isso cabe indagar: que efeitos simbólicos, como os provocados por representações sociais da moradia e da natureza relacionam-se à prática? O universo simbólico de uma cidade, para De Alba (2006), é resultante do imaginário que se alimenta das experiências direta do espaço, assim como de outras representações provenientes dos meios de comunicação e de uma ampla gama de discursos sociais e políticos.

Porém, as representações da cidade, ainda de acordo com De Alba, não são somente construções simbólicas individuais, mas formas de pensamento social que se nutrem de diversas fontes, entre elas: as experiências passadas e presentes, costumes, crenças, imprensa escrita, na mídia em geral e outros. Por isso, Moscovici (1978), afirma que o homem constrói representações para entender o mundo de hoje.

Assim sendo, as funções das representações que cabe destacar na pesquisa é a orientação de condutas, decisões e ações que serão importantes tanto para o planejamento e gestão da cidade, como para o cotidiano dos moradores. As representações, no entanto, são dinâmicas. Isso se dá porque elas se criam e recriam ao longo do tempo com novas experiências, novos conhecimentos, com novas ideias, recordações, sensações, criatividade e uma infinidade de possibilidades que o imaginário permite.

A relação entre materialidade e subjetividade aparece como elo fundamental na pesquisa. A moradia e a natureza, enquanto fenômenos sociais complexos, suscitam representações que, para serem compreendidas, remetem a condutas e práticas humanas que lhes dão suporte e conferem sentidos, em conjunto com os sistemas simbólicos. Devem, então, ser compreendidas como inerentes ao sujeito, que reúne ideologias e crenças em representações sociais.

Os elementos da realidade simbólica, em estudo, estão relacionados, por um lado, à contradição – conflitos e dilemas da regularização dos loteamentos irregulares – e, por outro lado, a necessidade de proteção da natureza. Desvelar as representações sociais da população de baixa renda passa por essa ideia de diferenciação de Bourdieu (1997).

Nesse sentido, a representação social também busca relacionar os diferentes aspectos do ambiente, invocando a dimensão social, para alcançar uma visão unificada do ambiente como objeto científico, de acordo com Jodelet (1989). Considera-se que a dimensão simbólica e cultural, assim como as ideologias e as experiências cotidianas, representa importante indício para a compreensão do ambiente. Ou seja, para a representação ser social é necessário que suas características sejam comuns a um grupo. Isto significa que o sujeito deve ser entendido como pertencente a um grupo social e o objeto como conceitos, ideias e vivências que são comuns ao grupo.

A autora considera a dimensão subjetiva e material como imprescindíveis para a análise do ambiente, a qual denomina de “sociofísico”, ou seja, “[...] *como un producto material y simbólico de la acción humana cuyo aspecto social está situado en términos de significaciones*” (JODELET, 1989, p. 32).

Portanto, a representação social é constituída em um processo que envolve sujeito e o contexto social de suas experiências. Assim sendo, o espaço em que se insere o sujeito é compreendido como um suporte de indicadores simbólicos, de crenças e de expectativas da população, o que proporciona estudar o seu simbolismo como uma representação social (RAYMOND & HAUMONT *apud* JODELET, 1989). As formas espaciais, quando são utilizadas as representações sociais, seriam projeções espaciais de estruturas internalizadas, materializadas como representações sócio-espaciais.

Pensar em práticas sócio-espaciais é pensar em um espaço social, ou seja, produzido socialmente, como resultado de experiências cotidianas e passadas “[...] *que reflejan una relación social poniendo en juego los procesos cognitivos y afectivos, que em el plano individual o coletivo, están ligadas al compromiso estructural y a la identidad de los sujetos*” (JODELET, 1989, p. 36).

A preocupação com a esfera simbólica é destacada por vários autores contemporâneos das ciências humanas. Uma unanimidade é a necessidade de buscar respostas aos fenômenos na subjetividade do homem, pois muitas vezes os fenômenos são considerados apenas os processos externos e não os movimentos internos dos sujeitos. Moscovici (1978, p. 47),

aponta para a lacuna existente na forma como tem sido analisado o fenômeno simbólico, destacando a maneira insatisfatória apresentada nas abordagens.

Assim, a teoria das representações sociais lança novas bases para a compreensão da realidade, na medida em que não existe heterogeneidade entre o objeto e o sujeito, entre o externo e o interno. Por isso:

Quando falamos de representações sociais, partimos geralmente de outras premissas. Em primeiro lugar, consideramos que não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois que é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

A noção de representações sociais tem na análise do sujeito, nos processos internalizados a chave para se atingir o conhecimento das ações que se impregnam de valores e que se transformam em atitudes e em comportamentos. Entende-se que a partir do movimento e internalização configuram-se práticas que refletem valores subjetivos, direção em que aponta Peluso. Para ela, quando são:

Interiorizadas as formas espaciais que as relações sociais adquirem, os sujeitos dotam-nas de símbolos e significados, localizam-se nelas, tomam decisões, submetem-se, ou não, ao poder, alienam-se e exercem, na expressão de HELLER (1992) sua genericidade e sua particularidade (PELUSO, 1998, p.4).

Observa-se que as práticas não estão desligadas dos sujeitos, tendo por seu intermédio a produção de comportamentos, de ações que correspondem a um estímulo dado, configurado pela realidade cotidiana que se impregna de valores que refletem o modo de ver e pensar de cada indivíduo. Assim, na representação social estabelece-se uma dinâmica que envolve o sujeito, o espaço e o contexto sociocultural em que está inserido.

Os elementos simbólicos e dinâmicos da moradia e da natureza adquirem grande importância ao considerar o fenômeno da ocupação do espaço por moradias em áreas caracteristicamente protegidas ambientalmente e habitadas por uma população de baixa renda. Estes elementos do processo de ocupação urbana encontram expressão significativa na realidade social da população de baixa renda e vão ao encontro do conflito sócio-ambiental.

Assim, os grupos sociais elaboram, a partir de suas práticas e/ou ações, um sistema de ações decorrentes das representações sociais para lidar com situações complexas que funcionam como um sistema de referências, dando sentido às condutas e possibilitando a compreensão da realidade social.

Por sua vez, o conflito sócio-ambiental existe num contexto e se efetiva na relação com o outro. Trata-se, portanto, de uma interação entre indivíduos situados em dada estrutura social ocupando papéis sociais e orientados por valores que modelam as possibilidades de interação.

## **CAPÍTULO 2 – O CAMPO REPRESENTACIONAL: MORADIA E NATUREZA**

As representações sociais não são neutras e não se formam num vazio, pois sempre estarão apoiadas em algum tipo de conteúdo social que formam seu contexto e produzem comportamentos, cristalizam significações e formas simbólicas. O contexto básico com que se trabalha na pesquisa compreende a natureza e a moradia.

Morar é preciso, da mesma forma como vestir e alimentar são necessidades básicas dos indivíduos. Mumford (2004), afirma que a moradia antecede a cidade:

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais (MUMFORD, 2004, p.11).

O homem, inicialmente, utilizou formações naturais, como cavernas para suprir as demandas de sua morada, porém estas estruturas tendem a caracterizar-se mais como um abrigo do que como um lar. Entender como o homem iniciou o processo de evolução do ambiente construído antecede ao momento de sua fixação. Uma das mudanças iniciais estava relacionada com a afetividade e o respeito aos mortos, pois os primeiros que tiveram moradas permanentes foram os mortos, seja numa caverna, numa cova, ou num monte de pedras.

As moradias se alteram, “historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço (RODRIGUES, 2003, p. 11)”. É no interior da casa que o homem realiza diversas necessidades básicas das pessoas, isto é, além de ser um abrigo, é o lugar onde se dorme, onde são feitas as refeições, onde se realiza a higiene pessoal, onde se convive com o grupo doméstico, enfim onde se tem privacidade. A moradia é também local de trabalho, que pode ser de manutenção da própria casa, como lavar, cozinhar, passar e, muitas vezes, trabalho para a subsistência.

A casa é, em seu sentido mais comum, uma estrutura construída pelo homem para que esteja protegido, real e materialmente, contra as incertezas do mundo e do comportamento dos outros. A proteção não é só contra a materialidade do não ter onde morar, mas o real pode ser a subjetividade alheia, pois quando a casa é “dos outros”, as pessoas podem ser cruéis.

Rodrigues (2003) observa que não tem como pedir emprestado um quarto, uma cama para dormir um pouco e depois, simplesmente, ir embora, o que é diferente de pedir um prato de comida ou roupas para vestir. Aliás, a privacidade e a infracionabilidade que a moradia permite às pessoas que moram juntas é peculiar.

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno. (RODRIGUES, 2003, p. 14).

A terra urbana, assim como as edificações, constitui mercadorias do modo de produção capitalista. “A terra urbana é permanente, nunca se desgasta, e as edificações sobre esta terra têm propiciado a oportunidade de acumular riquezas.” (RODRIGUES, 2003, p.16). Ou seja, o espaço urbano é produzido e consumido constantemente, isto porque a dinâmica do espaço urbano é expressão visível da concentração cada vez maior da população, da densidade populacional e da heterogeneidade tanto populacional quanto de serviços e atividades econômicas, as quais constituem condições essenciais à reprodução do capital.

No entanto, o espaço urbano que é ao mesmo tempo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 2005, p. 9)” enseja antagonismos que se acentuam em consequência do modo de produção capitalista. Ou seja, ainda de acordo com o autor, o espaço urbano capitalista “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2005, p. 11).”

Na perspectiva de Milton Santos, a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o seu próprio espaço por meio dos objetos, sejam naturais e ou artificiais. Os objetos não agem, mas podem ser predestinados a certo tipo de ação que lhes dá sentido. Mas, como afirma o autor, os objetos hoje se “valorizam”. Portanto, materialidade e eventos são tomados em conjunto, ou seja, são indissociáveis. No entanto, “há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história (SANTOS, 2008, p.86)”.

A valorização do espaço na cidade entende-se como valorização do terreno. O espaço é instância e não se valoriza, mas o que se valoriza é o terreno. Portanto, o território transforma-se em mercadoria. O espaço é abstrato, mas o território da cidade é concreto por sua forma e torna-se mercadoria.

A terra, a água, o ar são indispensáveis à vida. São bens da natureza que foram “transformados” em mercadorias. A natureza, na perspectiva do senso comum, “é aquilo que não é artificial. [...] Natural é o que a natureza fez (CARVALHO, 1991, p.9).” Mas, a questão não é tão simples. Um dos significados da “natureza” diz respeito àquilo que se distingue pela dinâmica, ritmo, finalidade, formas, reprodução e recriação que cada um ou grupos de seres que compõem o planeta, o homem torna significante.

Tanto é que o autor assinala os “dois grandes agrupamentos na natureza: os que têm e os que não têm vida (CARVALHO, 1991, p.11).” Porém, isso não nos impede de apreender as coisas como fenômenos e assim interpretá-los e não simplesmente descrevê-los, de maneira que os elementos simbólicos e sua dinâmica adquirem grande importância. Por isso é “que tem sentido dizer que os homens fizeram ou fazem sua própria história (CARVALHO, 1991, p.12).” Enquanto a natureza também tem sua própria história, mas que é narrada pelo homem.

Quando falamos de natureza, não falamos somente das coisas, da flora, da fauna, dos rios, das montanhas, entre outros, mas também da maneira como vemos as coisas, “em particular integradas a um conceito que nós criamos: a totalidade a que chamamos natureza (CARVALHO, 1991, p.14).” O que muda ou tem mudado são “os significados que os agrupamentos humanos a ela têm conferido, ao longo da sua “recente” história sobre o planeta (CARVALHO, 1991, p.14).”

Por outro lado, admitir que tudo aquilo que é da iniciativa humana é também parte integrante da natureza, leva a pensar em distintas formas de ver e de racionalizar as coisas. Para o autor, dependendo do agrupamento humano, do tipo de sociedade ou da classe social, as explicações e as definições jamais se dissociarão das ideias de mundo de quem fala.

O que se concebe como natureza é exatamente o que está presente no dia-a-dia do homem, como se fosse algo estático, imutável, um paralelo ao mundo da humanidade. Para o autor, o homem só conhece aquilo que reconhece como fazendo parte do seu universo. Atualmente, a relação existente entre sociedade e natureza é aquela pautada na dominação, em que o homem vê nela uma fonte de recursos de onde se extrai riquezas que servirão tanto para a sobrevivência, como para a aquisição do excedente. No entanto,

o fato é que entre os seres que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em ‘mundos’ distintos, tal como fazemos hoje: de um lado o mundo natural, de outro, o social, cada um com sua própria alteridade. (CARVALHO, 1991, p 25).

A medida que a sociedade vai se tornando mais complexa, novos valores vão sendo agregados à realidade e o homem vai se separando da natureza, não de forma absoluta e em todos os lugares, mas onde as ideias começam a ganhar corpo se estrutura um mundo de diferenciações, de dominação e de poder. Primeiro a natureza é divinizada pelo pensamento teológico, ou seja, a natureza vem atender aos interesses da instituição religiosa e do restante que compunha o corpo da classe dominante, modelo de natureza que só vai ser rompido com a consolidação do modo de produção capitalista, nos séculos XVII e XVIII. Como afirma Carvalho,

na sociedade capitalista, o conhecimento não tem mais o sentido da reconciliação do homem com o mundo, [...] mas sim como um meio de controle da natureza, que daqui para a frente vai ter que funcionar como uma espécie de 'máquina perfeita', já que não pode falhar no fornecimento da enorme quantidade de mercadorias, ou posteriormente de matérias-primas, industriais, que o novo sistema comandado pela burguesia vai requisitar. (CARVALHO, 1991, p 42).

A natureza é transformada em elemento de sustentação, o que corresponde para Milton Santos (2008) aos objetos e ações que integram, por meio das técnicas e do trabalho, o modo de produção capitalista. O meio natural, para o autor, era utilizado pelo homem sem grandes transformações e ao exercício da vida, da existência do grupo.

No meio natural, para Santos (2008), o homem escolhia da natureza o que considerava fundamental à vida, e isto não significava que a sociedade não dispunha de técnicas que pudessem impor transformações às coisas naturais e as leis. “[...] as condições do trabalho estão em relação direta com um modo particular de constituição da natureza (MOSCOVICI, 1968 *apud* SANTOS, 2008, p.234).” Ou seja, o trabalho não determina um tipo de sociedade, mas a constituição da natureza.

No modo de produção capitalista, a terra urbana passa a ser mercadoria. A terra é, de acordo com Rodrigues (2003) uma mercadoria *sui generis*, não é produzida, não tem um valor de produção, mas tem um preço que “é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social (RODRIGUES, 2003, p.19)”. Outra característica é que a terra “não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais ‘velha’ que fique nunca se deteriora (RODRIGUES, 2003, p.16-17)”. O consenso é de que só o trabalho cria valor. A terra é uma mercadoria no sentido de que seu preço é definido pelo “estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores (RODRIGUES, 2003, p.16).”

Deste modo, a terra, a moradia e a natureza não circulam, e sim o título de propriedade e as matérias-primas. Então, o que se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Porém, para os moradores o que tem valor é a propriedade do lote, a ocupação, e não o papel. Diante disso, entender como se constrói os loteamentos destinados à população de baixa renda em áreas periféricas é fundamental para se desvendar as representações sociais no contexto em que se desenvolve o estudo empírico.

## 2.1 OS LOTEAMENTOS

O espaço urbano é produzido e consumido constantemente. É o espaço para se conferir a produção de diferentes lugares, como os loteamentos com as mais diversas características, dentre as quais ressaltam: a densidade populacional, a segregação das classes sociais, a concentração populacional e de serviços e atividades econômicas essenciais à reprodução do capital.

O mercado imobiliário não se restringe à população de classe alta. A moradia é uma mercadoria tanto para a população de altos rendimentos como dos mais baixos rendimentos. O que diferencia é a maneira como o mercado imobiliário atende às populações. Ressalta-se que a produção da espacialidade da sociedade urbana não deve ser entendida somente no sentido econômico, mas também como conteúdo de uma produção social, política e cultural, de acordo com Penna (2003).

Diante disso, indaga-se: quem produz o espaço enquanto mercadoria? O espaço, segundo Corrêa (2005), é produzido pelos agentes sociais que o autor denomina de: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. Foca-se a discussão na ação dos agentes sociais excluídos que produzem e consomem espaço.

Especificamente, discute-se a ação dos grupos sociais excluídos, isto porque a presente pesquisa refere-se a uma população de baixa renda que se localiza na periferia do Distrito Federal. Trata-se, portanto, segundo Corrêa (2005), da população que tem como possibilidade de moradia a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos.

Uma moradia é fruto de um trabalho, de uma edificação efetivada na terra, na natureza. Portanto, tem um valor de troca, mas sua “importância para o dono de ‘casa própria’ é o valor

de uso” (VALLADARES, et al, 1980, p. 51). No caso dos loteamentos, se são, no momento, “as soluções de morar mais interessantes para os pobres, porque permite o maior número de conexões e de acertos nos quais eles têm papel positivo e algum poder, isso não quer dizer que se apresentem sem problemas” (VALLADARES, et al, 1980, p.38). Os problemas, de acordo com a autora, existiriam em dois níveis:

1) nas ações imediatas e cotidianas que dizem respeito diretamente a indivíduos, famílias e pequenos grupos e 2) no conjunto urbano enquanto sistema articulado, condicionador do fenômeno expansão periférica. No primeiro caso, os aspectos negativos têm caráter palpável e imediato. No segundo, as suas consequências só se fazem sentir a longo prazo e por quem for capaz de ver o conjunto urbano com uma distância crítica tal, que faça aparecer as contradições entre seus elementos em relação ao todo. Afinal, as periferias, se tornam viável a nova estrutura metropolitana brasileira, também representam a maior ameaça de dissolvê-la em caos e anomia. (VALLADARES, et al, 1980, p.38-39).

No espaço urbano, insere-se também a produção da moradia. Para que a população de baixa renda possa resolver seu problema de morar, ela compra um lote em área da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos e sua preocupação inicial é com o valor da prestação mensal. De posse do seu lote, começa a construção da casa, por meio “de um processo longo e penoso, calcado na cooperação entre amigos e vizinhos ou apenas na unidade familiar: a autoconstrução (RODRIGUES, 2003, p.30).”

A construção da moradia se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do ‘tempo livre’ da família. Se realiza nos fins-de-semana e, em parte, nas férias, além, é claro, do dinheiro disponível para a compra do material de construção e da contratação de eventual trabalhador especializado. Os loteamentos surgem da necessidade de onde e como morar. Para as camadas populares,

uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estará seguro pelo fato de terem onde morar. Mesmo quando se consideram os arremedos de cidades onde moram e são proprietários, a terra/casa é uma garantia de ter seu lugar na cidade nos períodos mais difíceis. (RODRIGUES, 2003, p.49).

Para a autora, a produção da cidade é social, mas a renda é apropriada individualmente. Fato corrente quando se compra um terreno numa área pouco ocupada e nele se constrói. Os lotes vagos são vendidos a preços mais elevados que os dos primeiros, sem que se tenha sofrido qualquer transformação.

O que ocorre é que os loteamentos destinados à população de baixa renda são organizados e colocados à venda com pouca ou nenhuma infra-estrutura, o que para Rodrigues (2003) significa que os compradores se organizam e lutam para obter os equipamentos e serviços coletivos. “Beneficiam, sem dúvida, aqueles que estão produzindo seu espaço, mas beneficiam principalmente aqueles que deixaram as terras vazias aguardando ‘valorização’ (RODRIGUES, 2003, p.21).”

Assim, os proprietários de terras atuam para obterem uma maior renda fundiária de suas propriedades, como afirma Corrêa (2005). Inicialmente, o loteador vende os lotes pior localizados em relação aos equipamentos e serviços e, em seguida, gradativamente, e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, coloca os demais à venda. A ocupação de alguns lotes já faz aumentar o preço dos demais, ‘valorizando’ o loteamento. “Esta é uma forma de ocupação programada, onde é também comum deixar lotes estrategicamente localizados para a instalação de serviços e comércio.” (RODRIGUES, 2003, p.21).

Nos loteamentos de baixa renda, o que predomina é a produção de casa pelo processo de autoconstrução. No caso, a indústria de edificação está ausente, já que é o próprio morador que edificará sua moradia. Além disso, destaca-se que existe toda uma produção da moradia e da cidade que não está vinculada ao mercado imobiliário e se encontra ausente de legitimidade jurídica da propriedade da terra, mas assim mesmo ocorre a produção de moradias e de cidades. A produção da moradia nos loteamentos ocorre numa diversidade de processos privados de apropriação do espaço.

Assim, distinguem-se, de acordo com Rodrigues (2003), duas categorias de proprietários de terras: os “que possuem uma terra para edificar a casa própria e os que especulam a terra. Aqueles que têm uma casa para morar e aqueles que têm muitas casas para alugar.” (RODRIGUES, 2003, p.24). No caso específico dos loteamentos, ainda de acordo com Rodrigues, existe um trabalho incorporado, do qual os loteadores esperam obter seu lucro.

Nos loteamentos clandestinos, ressalte-se que os loteadores não obedecem às normas jurídicas e urbanísticas previstas. Inclusive, muitas vezes, “não há aprovação do projeto ou, quando há, não é executado como o previsto.” (RODRIGUES, 2003, p.27). Portanto, o ônus dos loteamentos clandestinos tem recaído sobre os moradores-compradores desses lotes, que não podem aprovar a planta da casa. Assim, a construção também se torna clandestina, pois os moradores-compradores não podem ter a documentação da propriedade legalizada, mesmo tendo pago pela terra. O que tem acontecido é que:

Tem sido frequente a ‘oficialização’ dos loteamentos clandestinos e a anistia para construções irregulares. Se de um lado constitui-se no atendimento da reivindicação dos moradores e os beneficia, de outro torna oficial um loteamento executado irregularmente, permitindo maiores rendas e lucro a esta forma ilegal de parcelamento da cidade, (RODRIGUES, 2003, p.27).

Assim constitui-se uma das maneiras da população de baixa renda resolver seu problema de morar, ou seja, eles se sujeitam a comprar um lote em áreas da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos. E, quando não se consegue sequer ser proprietário nessas condições, passam a lidar com a ideologia dominante de que “é porque se é preguiçoso, (RODRIGUES, 2003, p.32).” Esta situação dificilmente é reconhecida como “as condições não permitiram que eu comprasse uma casa (RODRIGUES, 2003, p.32).”

Para Cardoso (1998), o debate das políticas públicas tem como um dos elementos centrais o acesso a terra e a questão da irregularidade da moradia popular. “Isso se deve, por um lado, aos mecanismos informais através dos quais a população enfrenta os limites do mercado fundiário e habitacional, e, por outro lado, a uma precarização da moradia, (CARDOSO, 1998, p.1679).” Ou seja, o aspecto jurídico, e/ou urbanístico e/ou de infraestrutura, e/ou ainda o aspecto ambiental marcam a questão da irregularidade.

Os loteamentos clandestinos em áreas de preservação ambiental revelam as faces públicas desse mercado informal. O mercado de loteamentos populares da periferia, por outro lado, precisa reduzir dramaticamente seus custos de forma a viabilizar o baixo preço de revenda dos lotes, assim como o financiamento direto à longo prazo. Isso se faz através do desrespeito às normas jurídicas e urbanísticas, através da não implantação de infra-estrutura, ou através da ocupação de terras impróprias à urbanização.

A informalidade, o risco e a ocupação de áreas de preservação colocam-se, assim, como questões fundamentais para se pensar, de forma mais abrangente, a problemática do *deficit* habitacional (CARDOSO, 1998, p. 1679-80).

O autor destaca que a informalidade existe em domicílios onde o proprietário é possuidor apenas da construção e não do lote, o que permite identificar os casos de irregularidade na propriedade da terra. No caso das áreas de proteção e preservação, o autor considera que “pode-se pensar na viabilidade de substituição daquela área no *patrimônio ambiental* daquela comunidade” (CARDOSO, 1998, p. 1681).

Dentro desse contexto, em que natureza e moradia estão unidos, as representações sociais podem ser compreendidas como práticas espaciais, resultado de relações sociais, de

processos cognitivos relacionados a uma identidade individual ou coletiva. Nesse sentido, as posições ideológicas detêm papel fundamental na constituição de sistemas de representações ligado à elaboração de imagens espaciais, como apontam Moscovici (1978) e Jodelet (1989).

Assim, “as representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deva ser” (MOSCOVICI, 1978, p. 59). Destaca-se que, se toda representação é uma representação de algo, todo o objeto seria um signo, ou seja, significante de algo Moscovici (1978).

Diante disso, entender o problema habitacional do entorno do Distrito Federal é fundamental para se desvendar as representações sociais da moradia e da natureza. Para investigar a proposição têm-se como objeto empírico de estudo os loteamentos clandestinos da Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do rio Descoberto no Município de Águas Lindas de Goiás-GO.

### **CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

A questão da moradia se tornou visível no Brasil efetivamente em um contexto amplo de reformas urbanas implementadas, de acordo com Ribeiro (1985), devido ao “rápido crescimento da economia do país, a intensificação das atividades portuárias e, conseqüentemente, a sua integração cada vez maior no contexto da economia capitalista internacional (RIBEIRO, 1985, p.64).” Portanto, a reorganização do espaço urbano exigida, principalmente na então capital, o Rio de Janeiro, é condizente ao novo momento de organização econômico-social que passa a nação.

As reformas urbanas na capital do Brasil passaram por um intenso processo que Ribeiro (1985) denominou de ‘cirurgia urbana’ e expandiram os principais vetores do crescimento da cidade para fora do seu centro histórico. Daí resultou uma escassez de moradias para a população de baixa renda, as quais foram obrigadas a procurar uma nova alternativa de moradia, pois moravam em cortiços proibidos pela falta de salubridade.

Ribeiro (1985), com base em textos de Engels, afirma que o agravamento da crise da moradia urbana está associada ao modo de produção capitalista, ou seja, que “a penúria de habitações é fruto dos baixos salários e da instabilidade no emprego (RIBEIRO, 1985, p.17).” A dinâmica do consumo de moradia é fortemente influenciado pelo funcionamento do mercado de terras e moradias.

A reprodução da crise da moradia no Brasil atingiu a população com os mais baixos rendimentos desde a intensificação da reprodução do capital internacional no Brasil. No entanto, a questão habitacional é um dos problemas brasileiros que ainda persiste e se intensifica nos dias de hoje. O que se observa é que não há controle governamental quando se trata de para onde e de que forma as cidades deveriam crescer. Uma das maiores responsáveis pela situação é a maneira como se comporta a dinâmica do mercado imobiliário em relação à política habitacional, bem como o rápido crescimento das cidades brasileiras e a formação de periferias. Assim, os temas dos subitens seguintes, abordam primeiro o processo de urbanização brasileiro, especificamente dos Municípios que se encontram limítrofes ao Distrito Federal.

### 3.1 O CONTEXTO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A urbanização é evidenciada pelas transformações do espaço natural e rural em urbano, paralelamente à transferência em larga escala da população do campo para a cidade, em razão de fatores econômicos, sociais e culturais. O processo de urbanização brasileira, analisado por Milton Santos (2005) considera o âmbito social e econômico na organização do território, bem como traça a realidade das tendências de ocupação do espaço. Santos ressalta ainda que no Brasil, somente entre 1940 a 1980 efetivou-se a inversão do lugar de residência da população do campo para as cidades, atingindo a população urbana em 68,86% da população total (SANTOS, 2005, p.31). Portanto, nesse período, a população brasileira triplicou, enquanto a população urbana se multiplicou em sete vezes e meia. Outro ponto de destaque da urbanização brasileira é que o país foi um dos que mais tardiamente se industrializou, porém onde mais rápido ocorreu a urbanização.

A expansão generalizada do fenômeno urbano no Brasil foi alcançada “depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva” (SANTOS, 2005, p.9). Para Santos, o processo de urbanização alcançou até 1950 a urbanização das aglomerações com mais de 20 mil habitantes. A fase posterior acentuou a concentração populacional, em que o processo de urbanização multiplicou-se e as cidades de tamanho intermediário alcançaram o estágio de metropolização. O censo 2000, do IBGE, revelou que 81,2% da população brasileira viviam nas cidades, o que correspondeu a um aumento considerável da população urbana quando comparada com os dados de 1940 (ver tabela 1).

**TABELA 1 - Distribuição da população no território brasileiro entre 1940 e 2000**

<b>População</b>	<b>1940</b>	<b>1960</b>	<b>1980</b>	<b>2000</b>
<b>Total *</b>	41 milhões	70 milhões	119 milhões	169 milhões
<b>Urbana</b>	26,35%**	45,52%	68,86%	81,2%

\*Números aproximados

Fonte: IBGE (2008) <sup>4</sup> \*\*SANTOS (2005)

O ciclo do processo de urbanização brasileira, apesar das mudanças no contexto socioeconômico e político, continua a manter tendências perversas da urbanização. A urbanização brasileira adota um modelo geográfico de crescimento espreado, em que o novo perfil econômico da grande cidade “é um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>, acesso Maio de 2008.

mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas (SANTOS, 2005, p.9-10).”

O espaço urbano é modificado e sua dinâmica transformada de acordo com as racionalidades específicas de cada período. No caso atual, a produção é feita de acordo com a racionalidade capitalista. A cidade é o espaço para se conferir a produção de diferentes lugares, no que diz respeito a sua caracterização e identificação, assim produzindo um fenômeno muito comum da racionalidade capitalista contraditória, que é a segregação em que as classes sociais se agrupam cada vez mais separadamente.

### **3.2 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

Dentre os estudos empíricos e teóricos já desenvolvidos sobre a habitação no Distrito Federal e seu Entorno destacam-se a pesquisa de Peluso (1999), em que se realçam as questões habitacionais e o papel das representações sociais e os trabalhos de Paviani (1987), que abordam o processo de formação de periferias. Os dados do IBGE e do Plano Diretor do Município de Águas Lindas também se constituíram em fontes de pesquisa iniciais. Outros autores, importantes para se compreender a urbanização e a segregação sócio-espacial das áreas limítrofes do DF, serão apresentados à medida que se desenvolver o texto.

Em Brasília, o processo de estruturação da cidade se deu por meio de um planejamento direcionado para a segregação espacial, hoje evidente tanto no Distrito Federal quanto no entorno.

Brasília, construída no período expansivo da urbanização brasileira e planejada para alcançar entre 500.000 a 700.000 habitantes no ano 2.000, na realidade, alcançou 2.043.169 no mesmo ano. A tabela 2 ilustra o crescimento populacional ocorrido no Distrito Federal de 1960 a 2004:

**TABELA 2 - Crescimento populacional do Distrito Federal de 1960 a 2004**

Anos	População
	DF
1960	141.742
1970	537.492
1980	1.176.908
1991	1.601.094
2000	2.043.169
2004	<b>2.282.049 (estimada)*</b>

Fonte: IBGE (2008).

\* Codeplan<sup>5</sup>.

Como observado, o crescimento exponencial da população do Distrito Federal demandou espaço para assentamentos urbanos. A política de habitação do Governo do Distrito Federal (GDF) foi espacialmente seletiva e restritiva à ocupação do território, o que promoveu um padrão de ocupação caracterizado pela concentração nas cidades-satélites e dispersa pelo território, do que resultou não só a segregação sócio-econômica, como o crescimento acelerado dos Municípios situados na área de influência direta da Capital Federal. A grande valorização da terra decorrente da seletivização do território fez com que pessoas de renda baixa, que não puderam arcar com o alto preço dos imóveis, procurassem lugares de menor valor dos aluguéis ou da moradia e migrassem para os Municípios próximos. A tabela 3 ilustra o crescimento populacional do Entorno do Distrito Federal entre 1991 a 2004.

**TABELA 3 - Crescimento populacional do Entorno do Distrito Federal de 1991 a 2004**

Anos	População	Crescimento médio anual estimado do período % (1991-2004)
1991	560.615	6,72%
2000	907.565	
2004	<b>1.088.116 (estimada)</b>	

Fonte: IBGE (2008)<sup>6</sup>

A mancha urbana formada nos limites do Distrito Federal, ou seja, a RIDE, comporta aproximadamente mais de 1 milhão de habitantes (IBGE, 2008) e aumenta continuamente. O crescimento acelerado dos Municípios limítrofes do Distrito Federal, como visualizado nos

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <http://www.siedf.codeplan.df.gov.br/gft/gftdefault.asp?publico=sim>, acessado em maio 2008.

<sup>6</sup> Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> e Codeplan.

dados do IBGE, sofreu um aumento populacional com taxas médias anuais de 6,72%, no período de 1991-2004, sendo as do Distrito Federal da ordem de 3,04% a.a no mesmo período. Como resultado, desencadeou-se um processo de demanda por moradias principalmente para a população de baixa renda. O fato de se tratar de uma população de baixa renda não inviabilizou o acesso à moradia na periferia distante, por meio da compra do lote.

O acesso ao espaço nas áreas centrais foi restringido, evidenciando ainda mais a exclusão social, ou seja, a segregação sócio-espacial manifestou-se na reprodução do espaço de residência. As populações de classes mais baixas acabaram encontrando soluções para suas necessidades habitacionais, muitas vezes à revelia do mercado imobiliário formal.

A história de Brasília, como revelam Peluso (1987) e Paviani (1987), se desenrola por uma política de segregação sócio-espacial visível por dois momentos descritos pelos autores. O primeiro se refere à criação das cidades-satélites do Distrito Federal, cuja população com baixos rendimentos foi levada para áreas mais distantes do centro. O segundo diz respeito ao adensamento dos Municípios do Entorno de Brasília, quando por ocasião dos fluxos migratórios em busca de trabalho, as classes dominantes que possuíam fazendas no entorno passaram a vendê-las criando um espaço que constituiu a periferia externa do Distrito Federal.

No processo de loteamento, de acordo com Lago (2003), existem dois critérios correlacionados que servem para definir o assentamento popular como “loteamento”, independente de sua situação jurídica. O primeiro diz respeito à compra do lote, ou seja, à existência do mercado. E o segundo é consequência do primeiro e se refere à presença do agente econômico, no caso, o loteador, o responsável pelo empreendimento.

Ante esses dois critérios, foram implementados os loteamentos em Águas Lindas por agentes descapitalizados que realizavam a operação sem investir previamente grande soma de recursos. A periferia limítrofe ao Distrito Federal apresentou uma característica comum a todos os Municípios, embora os situados a sul fossem os de maior expressão. Inicialmente, os loteamentos se constituíam em investimentos que eram repassados à população segregada apresentando duas formas distintas de procedimentos, de acordo com Paviani (1987). De um lado, os loteamentos financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que contavam com infra-estrutura e benfeitorias urbanas e que depois se transformaram em Municípios, como Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama.

Por outro lado, os loteamentos abertos eram repassados aos moradores por meio de financiamento próprio, em que as imobiliárias vendiam os lotes sem as condições mínimas de infra-estrutura e benfeitorias urbanas, nas quais predominavam a autoconstrução da moradia. Muitos desses loteamentos, com o preço final do lote pouco elevado, ao atingirem grande população, tornaram-se também Municípios, como Águas Lindas de Goiás.

Dessa maneira, procedeu a regra geral para o incremento do entorno do Distrito Federal que hoje constitui a RIDE, que apresenta substancial disparidade em relação ao Distrito Federal, tanto no que diz respeito aos serviços públicos disponibilizados, quanto à oferta de empregos. Talvez por isso, o intenso fluxo da movimentação pendular para o Distrito Federal na busca dos serviços públicos, como saúde e educação e, principalmente, empregos.

Assim, o processo de loteamento da periferia do Distrito Federal é resultante da política habitacional adotada pelo Estado. Este procedimento, adotado com intensidade pelo Governo do Distrito Federal durante toda a década de 60, sofreu um arrefecimento durante os anos 70 e 80, em função de sensível redução nos investimentos estatais em políticas habitacionais para as populações mais carentes.

Os loteamentos nos Municípios limítrofes com o Distrito Federal, no Estado de Goiás, cresceram em um ritmo assustador a ponto de o Município de Luziânia ter sido desmembrado no curto período de 1990/1996 em três outros: Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental.

Águas Lindas de Goiás é um claro exemplo de expansão periférica feita sem controle por parte dos órgãos competentes, pois parte do Município se localiza na APA do rio Descoberto, na qual se encontra a barragem do Descoberto. O Município surgiu para abrigar a população de baixa renda que não encontrava habitação dentro do quadrilátero.

Assim, os Municípios limítrofes ao Distrito Federal, inexoravelmente, como Águas Lindas de Goiás, expandiram-se, por meio do mercado de lotes, como *locus* privilegiado da carência e da ilegalidade. O resultado é um padrão segregador e reprodutor das desigualdades das classes, o que marca a distância tanto física quanto social entre as classes.

Em diversos estudos (Peluso, 1987; Paviani, 1987; Souza, 2003, 2006), observa-se o fenômeno da valorização da terra como fator determinante tanto da atração, quanto da expulsão da população com baixos rendimentos. A atração, para realizar o sonho e o ideal de ter uma vida melhor, trabalho, saúde e escola para os filhos. A expulsão, quando são afastados para áreas distantes, onde o preço da terra é mais barato por não possuir infra-estrutura ou

mesmo por se tratar de áreas sensíveis ou ambientalmente de risco. Tal situação corresponde à segregação do espaço do tipo 'clássica', em que ocorre "um processo de 'empurramento' dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia" (SOUZA, 2006, p. 466).

O fenômeno da segregação residencial se diferencia sob o ângulo socioeconômico. Souza (2003) identifica dois processos de segregação residencial: a induzida e a auto-segregação. Na segregação residencial induzida as pessoas não escolhem onde morar, pois são forçadas a migrar para áreas empobrecidas e carentes. Difere da auto-segregação, em que as pessoas fazem a opção de se afastarem do centro da cidade, ou mesmo da própria cidade. Um dos maiores responsáveis pela segregação induzida é a dinâmica do mercado imobiliário. Os migrantes pobres são atraídos pela cidade grande, Brasília. O alto preço da terra dificulta a permanência nas áreas centrais, enquanto nas periferias, onde o preço dos imóveis é muito baixo, formam-se loteamentos sem infra-estrutura, muitos localizados em áreas ambientalmente sensíveis ou de proteção ambiental, que atraem os expulsos.

Da mesma maneira, a população transfigura-se em "agente", como diz Paviani, (1987), no momento em que de posse de um lote, constrói barracos para moradia ou aluguel e, portanto, participa do processo de formação de periferias. É o que ocorre em Águas Lindas.

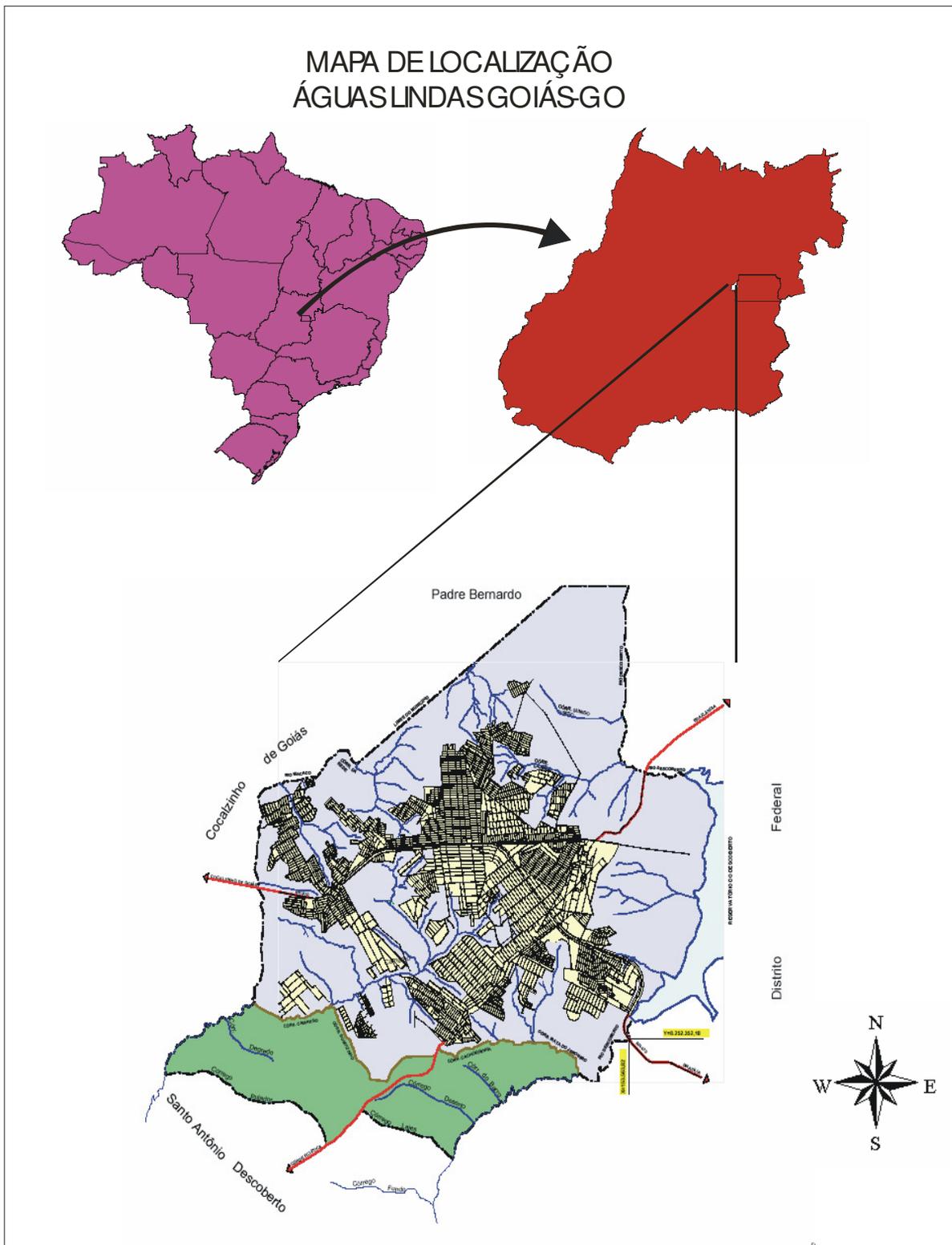
## **CAPÍTULO 4 - ÁGUAS LINDAS: O OBJETO DE ESTUDO E SEU CONTEXTO**

Águas Lindas se originou de um loteamento de chácaras de recreio às margens da rodovia federal BR-070, conhecido como Parque da Barragem, quando seu território pertencia a Santo Antônio do Descoberto-GO, que por sua vez, segundo Bertran (1994, p.112) integrava o julgado de Santa Luzia, hoje Município de Luziânia-GO. Santo Antônio do Descoberto-GO, na época, denominado de Santo Antônio dos Montes Claros, era a terceira mina de ouro do julgado de Santa Luzia.

Águas Lindas deixou de ser Município de Santo Antônio do Descoberto-GO, emancipando-se em 12 de outubro de 1995. Em três de outubro de 1996, realizou-se a primeira eleição na cidade, elegendo-se para o cargo de prefeito o Sr. Ordalino Garcia de Melo, para o período de 1997-2000. O núcleo urbano dista aproximadamente 16 km do Município de Santo Antônio do Descoberto, 50 km de Brasília, 8 km de Ceilândia, 26 km de Taguatinga e 200 km de Goiânia - capital do Estado de Goiás.

O Município encontra-se estruturado pelas rodovias BR-070 (que liga Brasília - DF a Cocalzinho - GO) e a GO-547 (que liga Brazlândia - DF à Cidade Eclética-GO), (ver figura 3). Tem como retângulo envolvente as coordenadas de 15°45'00" e 15°52'30" de latitude sul e de 48°15'00" e 48°22'30" de longitude oeste, e seu Município corresponde a uma área de 278 km<sup>2</sup>.

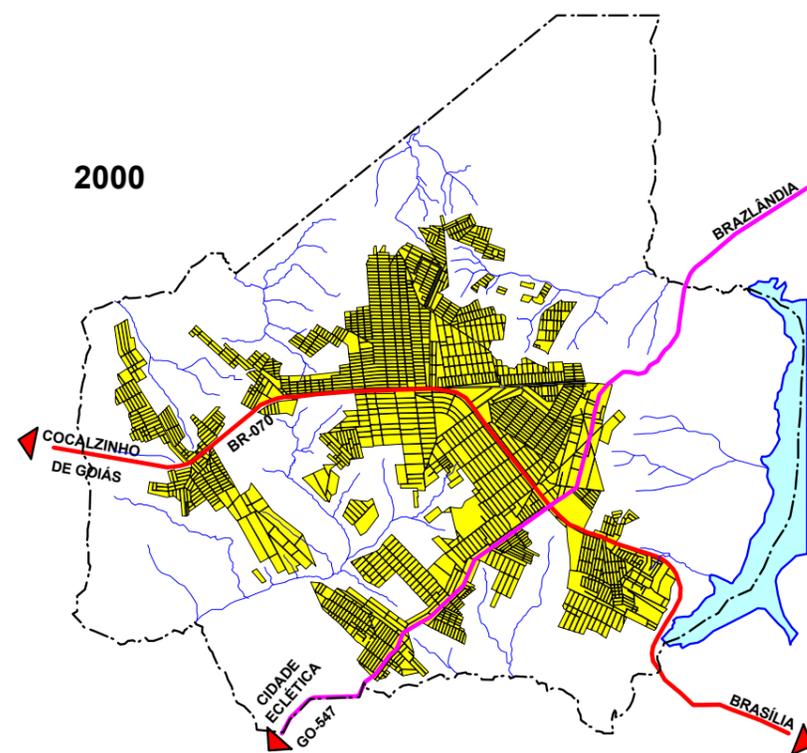
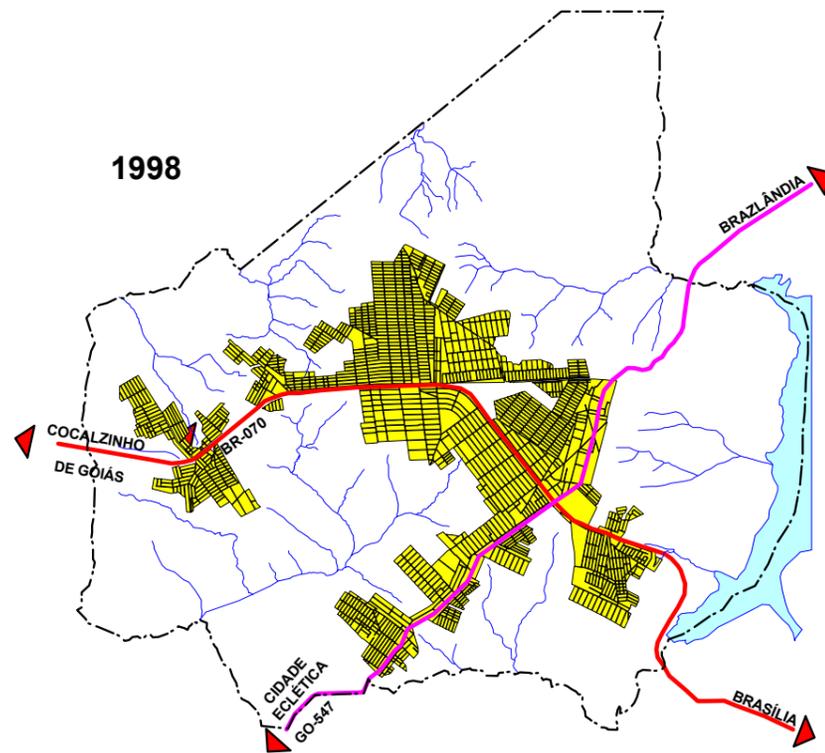
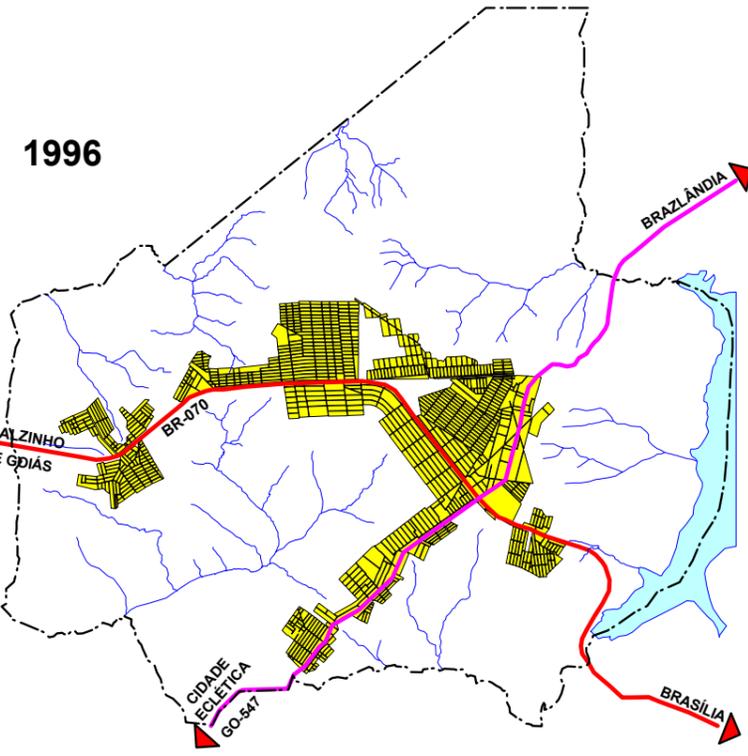
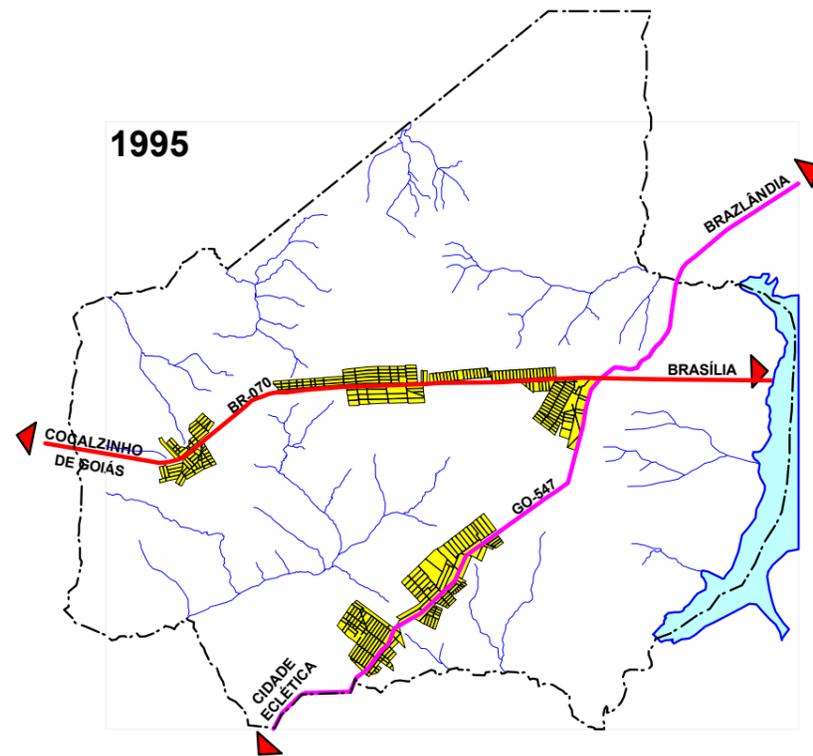
**FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO**



**Fonte:** \*IBGE: Malha Municipal 2005- Escala:500.000, customizados pelo programa ARCVIEW 3.2  
\*\* adaptado Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás, 2002

O principal curso d'água é o rio Descoberto, que tem como principais afluentes o Córrego Moreira, Coqueiro, Mato do Buraco, rio Macaco, em sua margem direita e Corguinho, Buriti e rio Melchior, na margem esquerda. O rio Descoberto, com extensão aproximada de 80 km, tem sua nascente na Chapada Vargem Grande e encontra-se represado próximo às suas nascentes, para o abastecimento de água do Distrito Federal. A sub-bacia abriga as cidades satélites de Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, no Distrito Federal, e Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto no Estado de Goiás, com área de drenagem de aproximadamente 1.400 km<sup>2</sup>.

O adensamento populacional que evolui em torno da barragem é intenso (ver figura 4): de um lado Águas Lindas, de outro, atividades agrícolas. Como o mapa demonstra, o adensamento populacional entre os anos de 1998 a 2000 se intensificou, margeando as principais rodovias do Município: a BR 070 que liga Brasília-DF à Cocalzinho-GO e a GO 547 que liga a Cidade Eclética-GO à Brazlândia-DF.



**LEGENDA**

-  MALHA VIÁRIA
-  RESERVATÓRIO DO DESCOBERTO
-  VIA REGIONAL BR-070
-  VIA REGIONAL GO-547
-  RIOS E CÓRREGOS
-  LIMITE DO MUNICÍPIO

**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
PREFEITURA DE ÁGUAS LINDAS

 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
**GOIÁS**  
SUPERINTENDÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO MUNICIPAL

**PLANO DIRETOR**  
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO

**CRESCIMENTO URBANO** **6**

ESCALA 1/150.000  
  
0 1000 2000 3000 m

NORTE  
  
DATA: Abril/2000

 **FERNANDO TEIXEIRA & ASSOCIADOS**

De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis de Águas Lindas de Goiás, os loteamentos mais antigos foram registrados em Luziânia-GO e Santo Antônio do Descoberto-GO, e os mais recentes no próprio Município. Porém, o cartório confirma a existência de loteamentos não registrados no Município, entre eles: Recreio Águas Lindas II e III, Jardim Alterosa, Camping Clube, Jardim das Oliveiras II, Park das Águas Bonitas II, Residencial Águas Lindas, Solar da Barragem, Vila Esperança, Cidade do Entorno, Residencial Alvorada, Recreio Águas Lindas, Chácara Quedas do Descoberto II, Mansões Lago do Descoberto, Jardim Santana e Jardim Califórnia <sup>7</sup>.

Os loteamentos não são reconhecidos oficialmente pelo cartório, isto é, sabe-se da existência desses loteamentos, porém eles não têm projeto aprovado. Portanto são irregulares, ou porque se situam em áreas ambientais que se encontram sob vigência da legislação ambiental: o Decreto nº 88.940, de 7 de novembro de 1983, ou por terem sido registrados em outros Municípios.

Os loteamentos que existem na APA, assim como os demais, acabam interferindo na qualidade da água da represa da bacia do rio Descoberto, pois o Município não dispõe de uma infra-estrutura de esgotamento sanitário, ficando a cargo da população o seu próprio destino, pois utilizam fossas negras, assim como esgotamento a céu aberto.

O Município conta com uma coleta de lixo deficitária fazendo uso das mais diversas formas de recolhimento: carroças particulares, trator com carroceria. Em algumas localidades, o serviço é prestado por meio de caminhão convencional de lixo, o que acaba contaminando as águas de lençóis que abastecem a represa do Descoberto.

De acordo com o Decreto de criação da APA, a aprovação de planos de urbanização está condicionada à construção de redes de coleta e estações de esgoto adequado, definido pela Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O Município de Águas Lindas, porém, não possui estudo de impacto ambiental nem, conseqüentemente, de Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), e de acordo com o gerente ambiental <sup>8</sup> o Município não tem estrutura para elaborá-lo, visto que a prefeitura tem somente uma gerência ambiental e não uma secretária com profissionais qualificados. A aprovação de loteamentos e empreendimentos na área se encontra a cargo do governo

---

<sup>7</sup> Informações obtidas no Cartório de Registro de Imóveis de Águas Lindas de Goiás em Fevereiro de 2008.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 06 de Março de 2008.

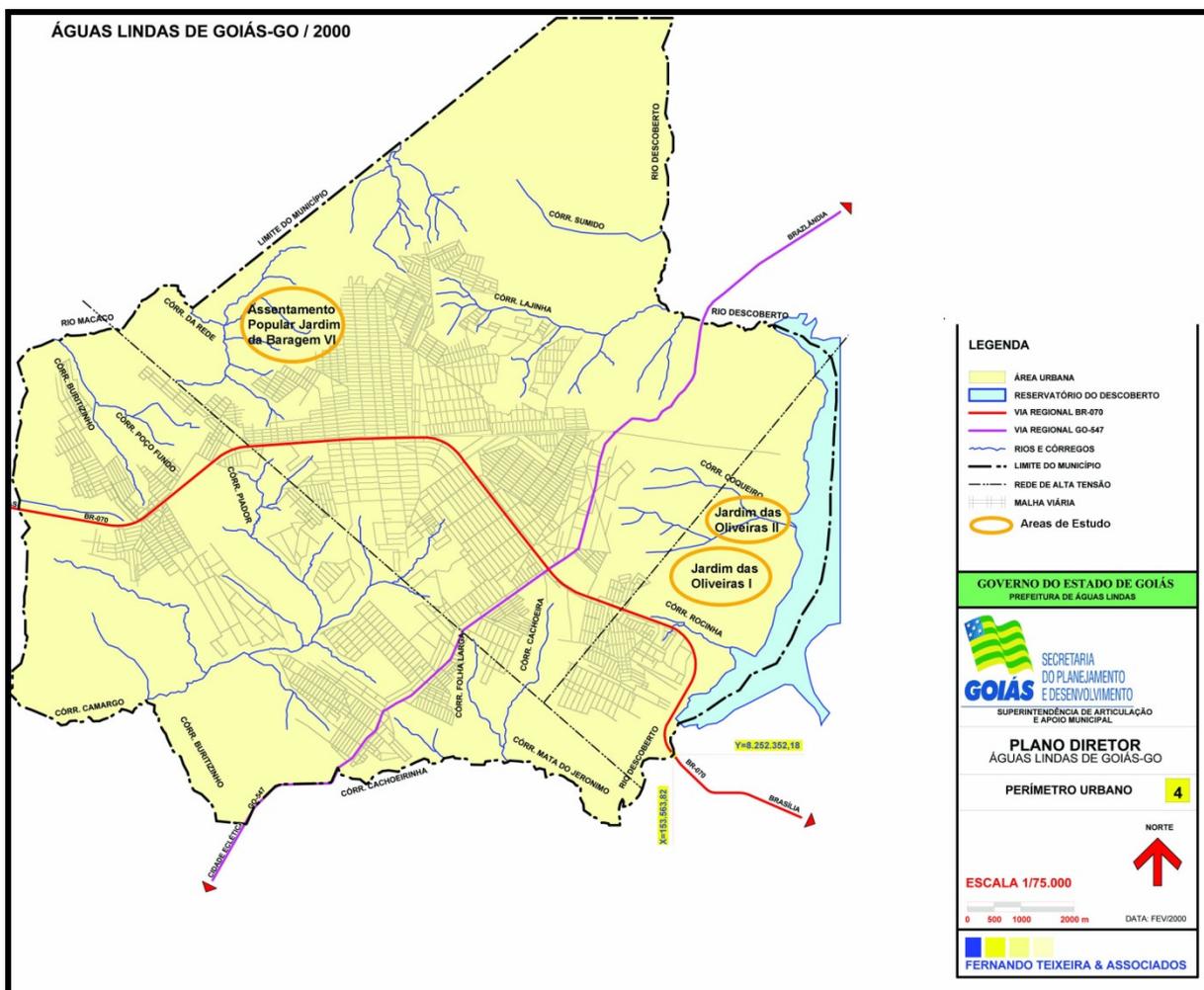
estadual. A CAESB e a Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) assinaram um consórcio em 2002 e estão iniciando suas atividades para implantação da rede de esgoto do Município. A CAESB terá 30 anos de concessão de uso da água do Sistema de Abastecimento do rio Descoberto. Segundo o gerente ambiental, existem programas habitacionais da Secretaria Municipal de Solidariedade e Cidadania que está removendo a população que mora próximo ao rio Descoberto para residir em conjuntos habitacionais.

O Município conta hoje com programas de política habitacional voltados para a população de baixa renda, o Programa de Subsídio Habitacional (PSH) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PSH é um financiamento entre o Município e a Caixa Econômica Federal (CEF) para atender às famílias de baixa renda. Das famílias, será cobrada uma parcela simbólica de cinquenta reais por mais de 10 anos. O empreendimento se localiza no Jardim da Barragem VI (ver figura 5). Foi realizada uma triagem para 200 famílias, das quais 126 casas estão ocupadas. Faltam construir 74 casas para que o projeto seja concluído. O programa é de 2003 e da gestão do prefeito José Zito de Gonçalves Cirqueira e se encontra finalizado, segundo entrevista à Secretaria de Solidariedade e Cidadania do Município<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 07 de Março de 2008.

**Figura 5: Localização dos Loteamentos em estudo**



**Fonte:** Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás, 2002, com adaptações da autora.

Ressalte-se que, atualmente, existem 12 invasões nas casas do programa do PSH. Um levantamento da situação das famílias constata que são precárias suas condições sócio-econômicas. No entanto, a Secretaria de Solidariedade e Cidadania do Município optou pela regularização da situação de moradia.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, está se iniciando e tem previsão para terminar em 24 meses. Para assentar as famílias no local, são previstos mais oito meses e atenderá 60 famílias na primeira fase. No caso de habitação, já existe um cadastro de famílias que residem prioritariamente em áreas de risco. Parte do recurso será disponibilizada em equipamentos sociais da região do Jardim Guairá, onde se localizará o empreendimento. Segundo o projeto, serão construídas quadras de esporte, creche, quadra poliesportiva, centro comunitário além da galeria de água pluvial.

As áreas de risco, ou seja, nascentes, próximas à rede elétrica e invasões de área pública, segundo o projeto, estão situadas nos bairros: Queda do Descoberto, Jardim Guairá, Jardim das Oliveiras, Mansões Centro-Oeste, Mansões Pôr-do-sol, Portão da Barragem, Jardim das Laranjeiras, Lago do Descoberto e Sol Nascente. Todas serão áreas de intervenção do PAC. O programa selecionará as famílias que tenham o maior número de filhos, portadores de necessidades especiais, idosos e mulheres solteiras consideradas chefe de famílias. Hoje, são 158 famílias inscritas. Em suma, foram estas as características ambientais, urbanísticas, populacionais e de moradia do Município levantadas durante a coleta de dados e informações.

## CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA

Para compreender o estudo exploratório, retomam-se os seguintes objetivos: reconhecer a área da APA ocupada por moradias irregulares, realizar um levantamento de informações sobre os moradores e o loteamento, reconhecer os problemas ambientais e urbanos do loteamento, investigar se os moradores da APA estão sendo removidos para outros loteamentos. Metodologicamente, a pesquisa tem como objetivo testar os instrumentos, tanto da coleta de dados, quanto do método de análise das entrevistas, denominado de ALCESTE. Trabalha-se com a hipótese de que a prática da ilegalidade está relacionada às representações sociais que os agentes produtores do espaço de Águas Lindas constroem sobre a moradia e a natureza.

### 5.1. PARTICIPANTES

A pesquisa exploratória baseou-se inicialmente em três grupos interrogados, que se compõem de dois agentes de políticas públicas, um promotor imobiliário e nove moradores, entre os quais quatro são moradores do Programa de Subsídio Habitacional (PSH) e cinco, do Jardim das Oliveiras I, que corresponde ao local da moradia - que para os participantes é a moradia própria. Somente um dos entrevistados, um agente de política pública, declarou que mora em hotel do Município, conforme consta da tabela 4 e corresponde a outros (Out).

**Tabela 4: Dados sócio-econômicos dos participantes do estudo exploratório**

SEXO		IDADE		ESCOLRIDADE				RENDA FAMILIAR				MORADIA ATUAL		MORADIA ANTERIOR	
M	F	A	I	Esc1	Esc2	Esc3	Esc4	Ses1	Ses2	Ses3	Ses4	P	Out	P	AL
4	8	8	4	4	3	3	2	3	5	1	3	11	1	6	6

As variáveis selecionadas neste estudo foram: a) sexo (M - masculino e F - feminino); b) idade (J - jovens, com idade variando entre 18 e 24 anos; A - adultos, variando entre 25 e

59 anos e I - idosos de 60 anos em diante); c) escolaridade (Esc 1 – se refere aos analfabetos; Esc 2 – os que estudaram até o 1º grau; Esc 3 – 2º grau e Esc 4 – faculdade); d) renda familiar (Ses <sup>10</sup> 1 os que recebem até 500,00 reais; Ses 2 – de 501,00 a 1000,00; Ses 3 – 1001,00 a 1500,00 e Ses 4 – de 1501,00 a 3000,00); e) Moradia atual (P – própria e Out – Outros); f) Moradia anterior (P – própria e AL – alugada).

Os participantes deste estudo constituem-se basicamente de mulheres com baixa escolaridade e renda média de até mil reais, que moravam de aluguel e diante do alto preço dos terrenos e dos aluguéis, mudaram para Águas Lindas. Ressalte-se que, quanto à situação da moradia anterior, para os moradores que foram entrevistados, seis moravam de aluguel (AL), entre os quais quatro moram hoje no PSH e dois no Jardim das Oliveiras I. Portanto, todos que residem hoje no PSH moravam de aluguel e no Jardim das Oliveiras I, dos dois moradores que possuíam moradia própria (P), um deixou sua moradia na Ceilândia-DF para os filhos e o outro trocou sua residência em Minas Gerais pelo lote de Águas Lindas e ainda teve um retorno em dinheiro.

## **5.2. O INSTRUMENTO DE PESQUISA**

Os instrumentos elaborados para detectarem as representações sociais foram entrevistas semidirigidas, aplicadas aos moradores, agentes de políticas públicas e promotores imobiliários. Justifica-se a entrevista com diversos agentes de acordo com De Alba (2006) que, na sua pesquisa na Cidade do México, verificou que a imagem de um objeto depende da posição que o sujeito ocupa na estrutura social.

As entrevistas semidirigidas permitem, por um lado, abordar os participantes da entrevista, tanto com perguntas livres, quanto com dirigidas, ou seja, perguntas abertas e fechadas (ver anexo 1). Portanto, com uma série de questões tanto abertas quanto fechadas. A primeira parte do instrumento de pesquisa é composta de questões que abordam aspectos sócio-econômicos e espaciais, o que permite elaborar o perfil do universo dos entrevistados.

Como as entrevistas foram aplicadas a participantes que ocupam papel social distintos no Município, há perguntas em comum a todos, como, por exemplo, o que é “natureza” e o que é “moradia”, e assim, permitir a investigação do “que pensam os indivíduos acerca de um

---

<sup>10</sup> SES – As Condições sócio-econômicas correspondem a uma das variáveis consideradas no estudo especificamente se refere a renda da família.

determinado objeto e porque pensam” (ALMEIDA, 2001, p 131), além de manter uma possibilidade de comparação das opiniões manifestadas a respeito da moradia e da natureza dos locais onde existem loteamentos irregulares.

As perguntas livres partem do pressuposto de que cada grupo tem um universo de opinião particular. Cabe salientar, com base na pesquisa de Moscovici (1978), a distinção entre as questões que são centradas no grupo, das que são centradas no conteúdo. As dirigidas ao grupo, segundo o autor, “tende a definir as modalidades de expressão do grupo a propósito de um objeto dado” (MOSCOVICI, 1978, p. 32), isto significa que procuram demonstrar as representações em relação ao objeto. Portanto, verifica-se a maneira como os diferentes grupos têm uma imagem ‘real’ ou ‘ideal’ do objeto. As questões centradas no conteúdo dizem respeito à moradia e à natureza.

### **5.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA**

A aplicação das entrevistas foi realizada pela pesquisadora no mês de março de 2008. A coleta procedeu com a entrevistadora inquirindo os participantes. As entrevistas duraram de 15 a 30 minutos. Utilizou-se gravador nas entrevistas. Aos participantes identifiquei-me como aluna da Universidade de Brasília, informei-os sucintamente sobre a pesquisa e solicitei a participação na pesquisa que tem interesse exclusivamente acadêmico. Também foi utilizada na pesquisa em campo máquina fotográfica para registro das condições do loteamento.

### **5.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

Para análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de dados textuais ALCESTE<sup>11</sup> (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). Trata-se de um *software* produzido por Max Reinert, em 1986, na França, e se presta a análise quantitativa de dados textuais de maneira automática. “O objetivo é obter uma primeira classificação estatística dos enunciados simples do *corpus*, em função da distribuição de palavras dentro do enunciado, a fim de apreender as palavras que lhes são mais características

---

<sup>11</sup> “Analyse Lexicale par Contexte d’ un Ensemble de Segments de Texte”.

(RIBEIRO, 2005, p. 244)”. Ou seja, a análise com ALCESTE possibilita distinguir classes de palavras que representam diferentes formas de discurso a respeito do tópico de interesse.

Portanto, o programa “permite uma análise lexicográfica do material textual, oferece contextos (classes lexicais) que são caracterizados pelo seu vocabulário e pelos segmentos de textos que compartilham este vocabulário (IMAGE, 1998 *apud* CAMARGO, 2005, p. 512).”

De Alba (2004), utilizando o *software*, explora a estrutura e a organização do discurso, portanto apresenta as representações sociais dos entrevistados. A análise do material discursivo é realizada por meio da interpretação dos fragmentos do discurso selecionados pelo programa, com intuito de buscar o significado e repercussões das representações dos envolvidos na ocupação da área.

O *software* de análise estatística textual é uma primeira etapa da análise de conteúdo. Os motivos da utilização do método ALCESTE são, primeiramente, de acordo com De Alba (2004), a sua compatibilidade com a teoria das representações sociais, pois possibilita a exploração do texto bruto, evitando as contaminações de análise do investigador. Segundo, a análise do conteúdo temático e a análise dos mundos lexicais proposta pelo ALCESTE podem ser complementar, na medida em que pode ser uma primeira etapa de análise do texto que ajudará a uma melhor interpretação dos resultados levantados pelas entrevistas.

O programa, para a autora, relaciona-se às necessidades e problemáticas dos investigadores sociais, que se vêm permanentemente confrontados com a análise de materiais lingüísticos, como entrevistas, relatos da história de vida dos moradores, as respostas livres às questões abertas, entre outras.

O material para análise com auxílio do ALCESTE demanda um trabalho suplementar de correção e preparação, após a transcrição das entrevistas, assim como de interpretação dos dados obtidos com a análise do ALCESTE. Todos os dados coletados devem estar em um único arquivo, denominado de *corpus*, cuja Unidade de Contexto Inicial (UCI) corresponde às divisões de cada entrevista em que todo o material verbal ou anotações produzidas pela pesquisadora, durante a entrevista ou no momento da sua transcrição, como perguntas, intervenções e anotações diversas, corresponde ao primeiro índice da estrutura que convém assinalar para o ALCESTE. O conjunto de (UCIs), o *corpus*, constitui o material do qual se elabora a análise.

Assim, indaga-se: como funciona o ALCESTE? Segundo De Alba (2004), o conjunto de análise estatística do uso discursivo ou o uso de vocabulários em um ou mais textos se

desenvolve por um conjunto de etapas. O programa efetua uma análise geral do material que corresponde à leitura do texto e cálculo do dicionário, à divisão das matrizes e classificação das Unidades de Contexto Elementares (UCE), à descrição da classificação efetuada e cálculos complementares.

Dentre as etapas de funcionamento do *software*, destacam-se, segundo De Alba (2004), Camargo (2005) e Ribeiro (2005), os seguintes procedimentos do programa: ao analisar o *corpus* o programa primeiro reconhece as UCIs, realiza uma primeira fragmentação do texto em que divide o texto em UCE. As UCEs “*son segmentos de texto compuestos por sucesiones de palabras principales*” (DE ALBA, 2004, p. 1.4). Portanto, distingue entre as palavras principais ou funcionais (substantivos, verbos e adjetivos) que são co-ocorrentes e as palavras relacionadas (preposições, conjunções, artigos e pronomes) que são eliminadas. Ou seja, as UCEs constituem pequenos fragmentos de texto que contêm um enunciado completo. Assim, na frase seguinte:

“*Eu gosto de morar próximo à barragem, porque até o ar fica diferente, por causa da umidade fica bom viver aqui.*” (Participante 7, Março/2008).

Se considerarmos somente as palavras principais - *gosto, morar, próximo, barragem, ar, fica, diferente, umidade, bom e viver* - o conjunto de palavras evocam a proximidade de morar próximo à barragem. Dessa maneira, as palavras principais são aptas a expressar nossos usos no mundo lexical, enquanto as palavras relacionadas têm um papel secundário, segundo Reinert (*apud* De Alba, 2004). O programa realiza a distinção entre as palavras principais e relacionadas para proceder à eliminação das terminações das primeiras. Assim, ocorre o procedimento básico a partir do qual se realiza o cálculo estatístico sucessivos.

Cabe ressaltar que a análise das palavras principais não equivale a uma análise temática do discurso. Isso se dá porque o ALCESTE não leva em conta a construção sintática da frase. No entanto, para Reinert (*apud* De Alba, 2004), o conteúdo temático depende da organização sintática e semântica dos enunciados, enquanto a lista de palavras principais constitui os mundos lexicais do discurso, que, de acordo com De Alba (2004), não se define por si mesmo, senão em relação aos outros. A autora tecnicamente define “*los mundos lexicales son un conjunto de palabras principales que tienen una organización habitual (repetitiva) en el discurso y que se refieren a algo similar*” (*Ibidem*, 2004, p. 1.4).

Portanto, as UCE são resultantes da primeira etapa de análise do programa, qual seja: a leitura do texto e cálculo dos dicionários, cuja etapa realiza a “primeira segmentação do texto,

agrupa as ocorrências das palavras em função de suas raízes e procede ao cálculo da frequência das formas reduzidas (CAMARGO, 2005, p.514).”

Na segunda etapa, De Alba (2004), Camargo (2005) e Ribeiro (2005), ressaltam que o programa efetua uma classificação das unidades de contexto em função da semelhança de vocabulário. Assim, um duplo procedimento de classificação permite comprovar a estabilidade das classes. O programa realiza uma primeira classificação das unidades de contexto de determinado tamanho e outra com tamanho superior. De Alba (2004) exemplifica com dez morfemas lexicais e com doze. Se a classificação é estável, a variação do tamanho do vocabulário por UCE não muda a estrutura da distribuição das classes nem seu conteúdo. Assim, cada classe é composta de várias UCEs em que a semântica é homogênea e que estarão organizadas de maneira que as unidades sejam compostas de enunciados lingüísticos que comportam uma ideia ou uma representação elaborada pelos sujeitos acerca de si e de seu mundo compondo as classes. A análise estatística que possibilita a identificação das ideias é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que se destina a calcular as partições em classes as quais se resume por um “dendograma<sup>12</sup>”.

Em seguida, a terceira etapa fornece os resultados mais importantes. Segundo Alba (2004), Camargo (2005) e Ribeiro (2005), esta etapa define as classes escolhidas e descreve as classes obtidas. Para isso, o programa executa vários procedimentos estatísticos suplementares para cada uma das classes obtidas da etapa precedente. Por conseguinte, realiza a Análise Fatorial de Correspondência (AFC)<sup>13</sup> realizada a partir da CHD.

A última etapa do programa se destina aos cálculos complementares no qual ocorre um prolongamento da etapa anterior. Com ajuda de vários procedimentos estatísticos suplementares, que são segundo Camargo (2005) e Ribeiro (2005) seleção das unidades de contexto representativas de cada classe, cálculo dos segmentos repetidos por classe, fornece a Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) para cada classe o que permite o estudo das relações entre as classes, realizam a seleção das palavras mais características das classes para apresentação em um índice de contexto de ocorrências e por último, permite a exportação das UCEs para outros programas de informática.

O ALCESTE permite, de acordo com Ribeiro (2005), várias formas de consulta, sejam etapa por etapa ou sob a forma de relatório completo e/ou simplificado, isto é, consulta aos

---

<sup>12</sup> De Alba (2004) denomina ‘dendograma’ o gráfico que indica o número de classes, sua estrutura e forma de relação entre as classes.

<sup>13</sup> A AFC de acordo com De Alba (2004) é efetuada a partir da tabela de dados apresentados com o dicionário dos morfemas lexicais.

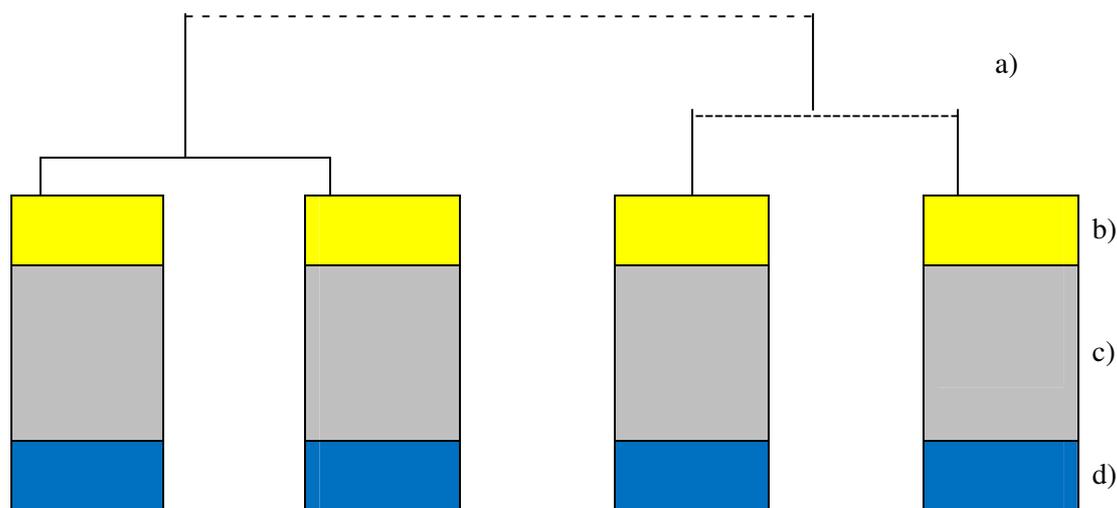
diferentes dicionários, as classes escolhidas ou descrição das classes e da “Índex contextuais de formas”.

Dentre as etapas de funcionamento do *software*, destacam-se, segundo análise empreendida no Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social (CENTRO MOSCO), sob orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Maria de Oliveira Almeida, as seguintes estratégias de consulta para a realização de uma análise qualitativa.

Na pesquisa, foram consideradas as três etapas que correspondem, segundo Ribeiro (2005), às operações mais importantes que produzem os resultados para interpretação. São as etapas C1 e C2 que fornecem resultados que permitem a descrição das classes obtidas, principalmente pelos vocabulários característicos, ou seja, a operação C1 corresponde à definição das classes escolhidas pelo programa e a operação C2 diz respeito à descrição das classes. A etapa D1 permite a contextualização do vocabulário típico de cada classe obtido na etapa C2. Ou seja, foram consideradas as etapas: 1. Definição das classes; 2. Descrição das classes obtidas, principalmente por meio dos vocabulários característicos; 3. Contextualização do vocabulário típico de cada classe.

A partir da análise, considerando as etapas C1, C2 e D1, Ribeiro (2005) constrói graficamente um quadro que sintetiza os resultados gerados pela análise do programa ALCESTE. O autor exemplifica a construção do quadro com a seguinte composição: a) as linhas de ligação representam as relações entre as classes sendo que as linhas contínuas indicam relações fortes e as pontilhadas, relações fracas; b) os retângulos amarelos são os locais onde são colocados os títulos de cada classe que são atribuídos pelo autor; c) os retângulos cinza são os espaços no qual se inserem as palavras representativas da classe, ou seja, as obtidas a partir do  $\chi^2$ , frequência e percentual de contribuição na classe que corresponde à Etapa C da análise do ALCESTE; d) os retângulos azuis, porcentagem da variação explicada para cada classe em relação ao *corpus* total, também aparece na Etapa C. Com isso, obtém-se o seguinte quadro (ver figura 6).

**FIGURA 6: REPRODUÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS GERADOS PELA ANÁLISE DO PROGRAMA ALCESTE**



Após a construção do quadro, Ribeiro (2005) orienta proceder a uma descrição textual das informações obtidas das entrevistas, complementando-as com tabelas que informam a frequência, o percentual e o  $\chi^2$  das palavras selecionadas. As palavras que compõem as classes aparecem no relatório em forma de raiz. Para saber a que palavras se referem, deve-se verificar o item que mostra a seleção das palavras e das UCE por classes que se encontra no relatório identificado como a etapa D1.

Para Ribeiro (2005), uma análise mais avançada poderá ser obtida utilizando-se a Análise Fatorial de Correspondência que no relatório completo aparece como etapa C3 e constitui a quarta etapa de consulta da pesquisa. Ribeiro (2005) afirma que a Análise de Correspondência permite:

Visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da C.H.D. Essa análise oferece uma projeção das palavras analisadas em um plano fatorial, cruzando os fatores 1 e 2, com também das variáveis suplementares (por exemplo: sexo, idade, escolaridade, etc.). Obtêm-se, com esta análise, os grandes fatores de agrupamento do discurso (fala, em formato de texto) dos sujeitos (ou documentos), como também correlações entre este discurso e as variáveis suplementares. No programa, há duas formas de leitura dos resultados: uma direta na interface de consulta e, uma outra, no relatório gerado pelo programa (RIBEIRO, 2005, p.256-257).

A fim de ilustrar a maneira como funciona o programa, é apresentado os dados analisados provenientes da investigação sobre as representações sociais da moradia e da

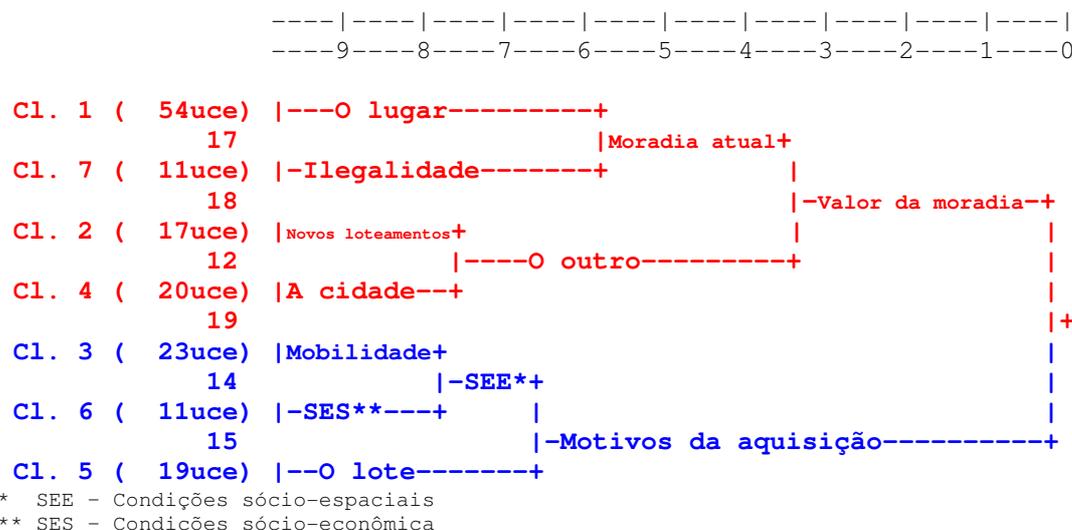
natureza das entrevistas semidirigidas dos moradores. Isso porque o *corpus* das entrevistas dos agentes de políticas públicas e promotores imobiliários não constitui um texto mínimo que, de acordo com Kronberger e Wagner (2003), é de 10.000 palavras.

## 5.5. CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO EXPLORATÓRIO PARA A PESQUISA FINAL

Da análise empreendida pelo *software* reconstrói-se o discurso dos moradores de cada uma das classes, a partir das palavras e UCEs fornecidas pela análise estatísticas, assim resultando numa análise qualitativa. Portanto, a análise qualitativa considera tanto os dados estatísticos como o conhecimento da pesquisadora quanto ao objeto de estudo para que possa reconstruir o discurso coerente com a realidade investigada, que seja de todos os sujeitos e de nenhum em particular, demonstrando sua origem social.

A análise oportunizada pelo ALCESTE do *corpus* das entrevistas dos moradores identificou nove UCIs que classificou em 183 UCEs entre as quais 155 UCEs, ou seja, 84% compõem as 7 classes (ver figura 7).

**FIGURA 7: CHD EFETUADA SOBRE AS 9 ENTREVISTAS COM IDENTIFICAÇÃO DAS 7 CLASSES E SUAS RESPECTIVAS RELAÇÕES**



O dendrograma produzido pela CHD indica a presença de uma estrutura hierárquica que divide as classes em dois eixos, que denominamos de “valor da moradia” e “motivos da

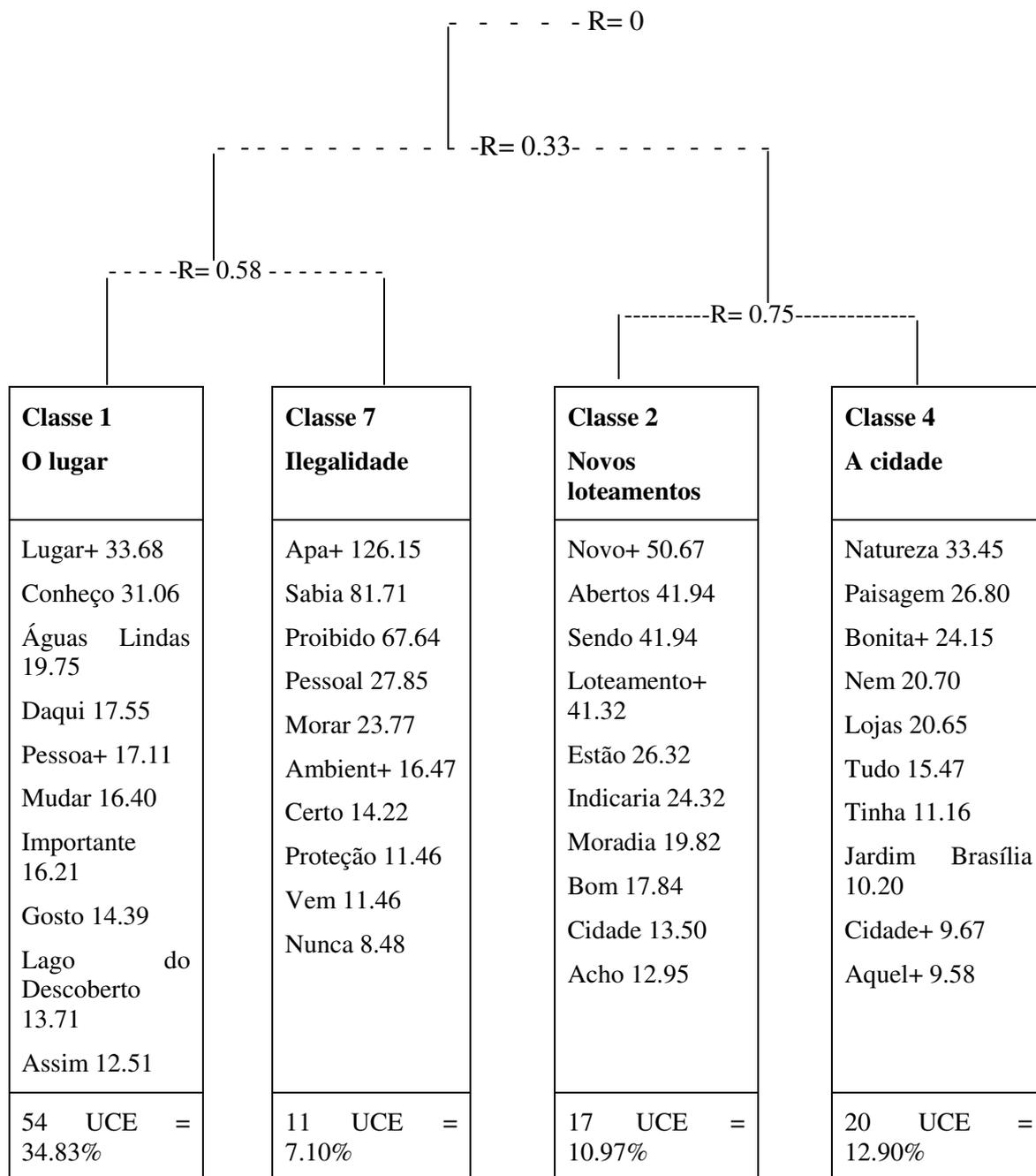
aquisição” do lote. Por conseguinte, os eixos englobam três *subeixos*. O *subeixo* composto pelas classes 1 e 7 denominamos “moradia atual”, o *subeixo* que corresponde às classes 2 e 4 denominamos “o outro” e o *subeixo* composto pelas classes 3, 6 e 5 que chamamos “condições sócio-espaciais” (SEE).

O *subeixo* relativo à “moradia atual” remete tanto ao lugar quanto a seus problemas. No *subeixo* “o outro”, os moradores justificam a permanência dos problemas porque os loteamentos novos continuam proliferando e não solucionam a demanda de infra-estrutura; o mesmo, os moradores confirmam para a cidade (ver figura 8).

Assim, à classe 1, a qual chamamos “o lugar”, os moradores apresentam um campo comum das falas sobre o conhecimento que se tem do lugar e do que leva as pessoas a saírem do loteamento. Na classe 7, que chamamos “ilegalidade”, os moradores reconhecem a situação do loteamento como área de proteção ambiental quando afirmam que moram na APA, que sabem que é proibido morar, não acham certo que morem, no entanto continuam morando.

A classe 2, “novos loteamentos”, aparece como a justificativa de que o problema maior são os novos loteamentos que estão sendo aberto, mas mesmo assim indica a cidade para outras pessoas, porque assim estão tirando-as do aluguel.

**FIGURA 8: CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) SOBRE O CORPUS DISCURSIVO COMPOSTO DE 9 ENTREVISTAS**

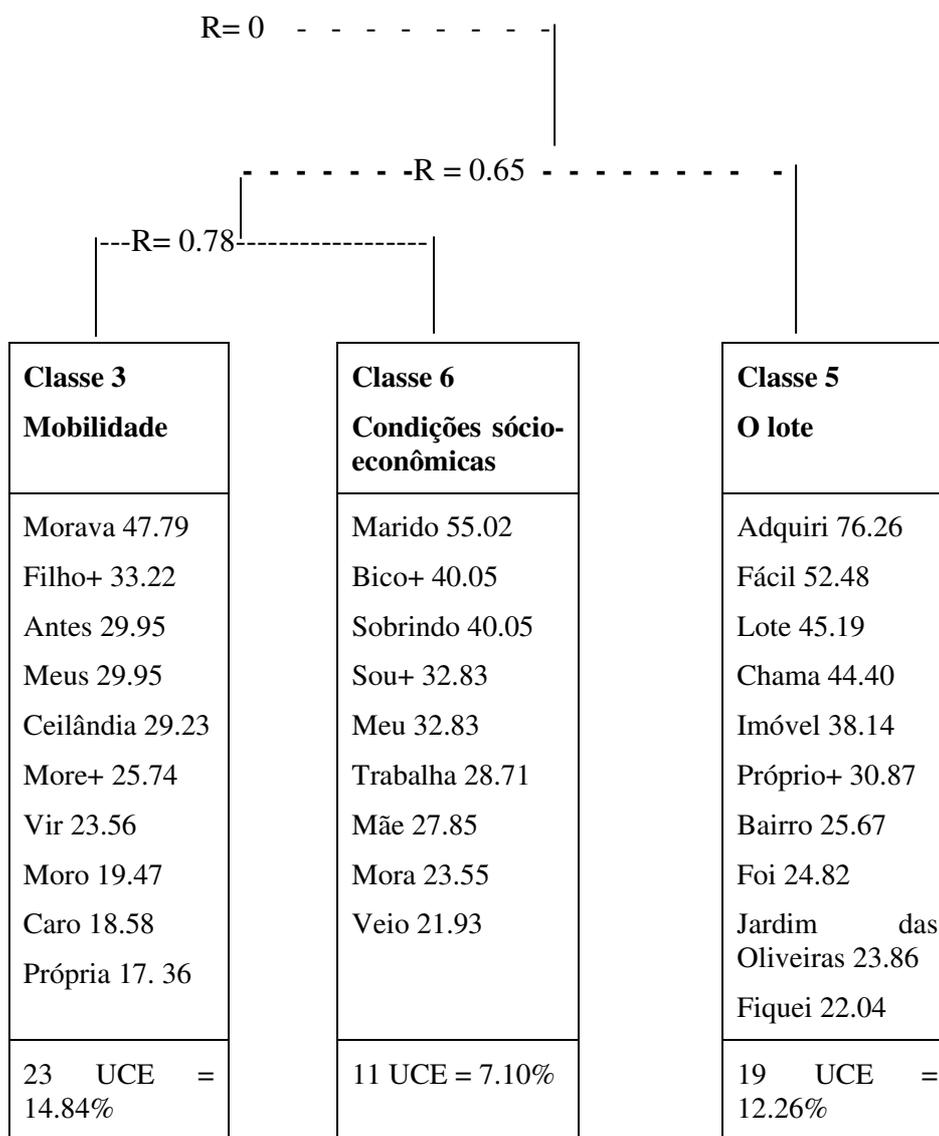


Na classe 4, que denominamos “a cidade”, os moradores falam da moradia e da natureza da cidade, reconhecem a paisagem natural, acham bonita, mas também mencionam que os melhores lugares, os que mais cresceram na cidade são os que têm comércio, lojas, eles se referem ao Bairro Jardim Brasília. Os moradores falam da importância da cidade para si, mas

jogam a responsabilidade dos problemas para os que chegaram depois, ou seja, o outro, os novos loteamentos são bons para tirar do aluguel.

O campo comum das representações, que indica os motivos da mudança, compõe o eixo que diz respeito aos “motivos da aquisição” que, por sua vez, corresponde ao *subeixo* “condições sócio-espaciais” em que os moradores falam de sua mobilidade, de suas condições sócio-econômicas e sobre a aquisição do lote, como justificativas da mudança para o local (ver figura 9).

**FIGURA 9: CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) SOBRE O CORPUS DISCURSIVO COMPOSTO DE 9 ENTREVISTAS**



A classe 3, que chamamos de “mobilidade”, remete a: com quem, como e onde morava e porque se mudou. O que predominou nas falas é que morava com filhos na Ceilândia-DF, veio morar em Águas Lindas, porque é caro o aluguel na Ceilândia e no Município conseguiram adquirir uma moradia própria. Na classe 6, que denominamos “condições sócio-econômicas”, os moradores falam de suas condições, como também das justificativas das suas escolhas. Normalmente, quem trabalha e tem renda é o marido, muitos vivem de bico, estudam e a relação com os parentes é motivo da mudança também.

Na classe 5, que chamamos “o lote”, as representações que surgem é sobre a aquisição do lote pelos moradores. Para eles foi fácil adquirir o imóvel que é próprio e se localiza no Jardim das Oliveiras I. Portanto, nesta classe somente os moradores do loteamento Jardim das Oliveiras I falam da aquisição do lote, enquanto os que residem no conjunto habitacional Jardim da Barragem VI, a fala é sobre a seleção para ganhar a casa.

Portanto, o eixo indica como os moradores vêem sua situação, sua realidade e se projetam, justificam como saída para aquisição do imóvel próprio, a compra do lote na área em estudo. Sua situação econômica não permitia outra solução.

Outra constatação dos resultados obtidos pelo ALCESTE diz respeito à Análise Fatorial de Correspondência, que permitiu estabelecer relações entre as falas e as variáveis sócio-econômicas dos participantes. Os resultados indicam a presença de duas grandes dimensões, como pode ser observado na figura 10, que apresenta a projeção das palavras analisadas e das variáveis.

Na análise fatorial destacam-se as dimensões: a primeira identificada no plano fatorial, pela seta azul, apresenta informações que partem “da motivação à aquisição da moradia”; a segunda dimensão agrupa, no plano fatorial, as condições sócio-econômicas dos moradores que partem de uma “situação precária à aquisição do lote”, o que representa um fator de ascensão social, esta dimensão está identificada pela seta vermelha no plano fatorial. Portanto, o desejo se realiza com a aquisição, assim as duas dimensões se completam.



continuarem a morar e, de outro, as razões que levam a se posicionarem diante das dificuldades.

Com isso, os resultados mostram que os moradores se distribuem em dois grupos: os que moram no PSH e os que moram no loteamento da APA. Uma primeira observação que se faz é que, diante dos dados, nenhum dos moradores do PSH revelou ter sido removido de APA, mas constata-se que os que moram no PSH são basicamente idosos.

Os moradores ancoram suas falas no fato de terem morado de aluguel, possuírem renda muito baixa, família com muitos filhos e nos locais de moradia atual, ou seja, no PSH e no Jardim das Oliveiras I.

Outra constatação é quanto à renda que declararam e indica a situação do vínculo empregatício que não possuem. A participante 3 vive de programa do Governo Federal, o Bolsa Família, e de uma ajuda do ex-marido como afirma a moradora:

*“Sou mãe solteira tenho cinco filhos uma de dezesseis anos, outro de dez anos, outro de nove e três anos e estou grávida do quinto filho. O marido me deixou e eu sustento os cinco filhos. Aqui ninguém trabalha. Vivo da bolsa família. O ex-marido ajuda por semana dando assim quarenta reais, cinquenta reais o que pode. Ele trabalha em oficina aqui”.* (Participante 3, Março/2008).

A situação da moradora retrata bem o que se verificou como condições sócio-econômicas das famílias de Águas Lindas que possuem um lote, geralmente grande quantidade de filhos e a mãe, muitas vezes, é a única que possui uma renda para o sustento da família. Entre as entrevistas dos nove moradores, seis são mulheres, das quais 50% sustentam a casa. É o caso das entrevistadas 3, 4 e 6. A entrevistada 4 é aposentada e com ela mora um sobrinho que tem um filho deficiente de dezessete anos, do qual também recebe uma aposentadoria, portanto, a renda declarada se refere à aposentadoria dos dois.

A renda declarada pela entrevistada 5, que se encontra desempregada, se refere à renda do marido. A entrevistada 8 declarou a renda familiar, ou seja, dela e do marido que é pintor. Observa-se que quando questionados sobre a renda, os moradores mencionaram todos os rendimentos que a família recebe, seja por meio de trabalho, bicos, aposentadorias ou programas do governo. Portanto, as condições de compra dos moradores são limitadas e, mais ainda, assumem a responsabilidade de pagamento de prestação do lote.

Ressalte-se que os entrevistados 3 a 6 são moradores do PSH que se localiza no Jardim da Barragem VI (ver figura 11 e 12). As figuras evidenciam a realidade dos moradores do

programa. As casas são populares e de pequena dimensão. Têm dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro e muitas vezes abriga de 2 a 7 pessoas, de acordo com as entrevistas.

**FIGURA 11: FOTO 1 DO BAIRRO JARDIM DA BARRAGEM VI**



**Fonte:** Jardim da Barragem VI, Águas Lindas de Goiás. 06 de Março de 2008. Foto da autora.

**FIGURA 12: FOTO 2 DO BAIRRO JARDIM DA BARRAGEM VI**



**Fonte:** Jardim da Barragem VI, Águas Lindas de Goiás. 06 de Março de 2008. Foto da autora.

O PSH foi mencionado pelos agentes de política pública como uma das ações mitigadoras de remoção da população que moravam em áreas ambientais. No entanto, não foi localizado nenhum morador que se tenha declarado removido de área de proteção ambiental. Das 126<sup>14</sup> famílias que residem no bairro Jardim da Barragem VI, ou seja, moram nas casas do programa, nenhuma família declarou ter sido removida de áreas de proteção ambiental. As condições sócio-econômicas, quais sejam: número de filhos, idosos, deficientes na família, mães solteiras, baixa renda familiar e o fato de não possuírem imóveis foram determinantes para a seleção das famílias cadastradas no programa. Somente as entrevistadas 4 e 6 não têm filhos, mas a entrevistada 4 é idosa e mora com um sobrinho que tem um filho deficiente.

Quanto aos agentes públicos entrevistados, observou-se não serem funcionários de carreira, mas ocuparem cargos comissionados e possuírem qualificação para a área que atuam. Um na área específica e o outro em área fim. Ou seja, na Secretária de Solidariedade e Cidadania, uma assistente social inclusive com experiência na área, e o gerente do meio ambiente, professor de História, mas com experiência na área ambiental.

Quanto ao grupo dos promotores imobiliários, houve uma forte resistência à participação. Das seis imobiliárias visitadas somente uma se dispôs a participar da entrevista. Quando da apresentação da pesquisadora às imobiliárias, foi apresentado o questionário e explicado o objetivo da pesquisa. Mesmo assim, a resistência persistia inclusive com justificativas de que a imobiliária não trabalhava com vendas de lote, mas somente com documentação, isto significa, para o promotor imobiliário entrevistado, que a negociação de venda dos lotes é realizada por outros e que somente procuravam a imobiliária para prepararem o documento da venda.

## **5.6. PESQUISA EXPLORATÓRIA: REDIRECIONAMENTO DO ESPAÇO DE PESQUISA**

A pesquisa exploratória permitiu tomar decisões importantes para proceder à continuidade da pesquisa, entre elas, conhecer a área da APA ocupada por moradias, portanto, dentre os loteamentos apresentados pelo Cartório de Registro de Imóveis como irregulares, foi delimitado um para aplicação do estudo, no caso o Jardim das Oliveiras I. Os problemas

---

<sup>14</sup> Informações obtidas em entrevista realizada em 07 de Março de 2008, a secretária de Solidariedade e Cidadania do Município.

levantados pelos moradores dizem respeito, principalmente, a situação de ilegalidade do loteamento, isto é, sabem que moram numa APA.

Quanto à remoção dos moradores mencionada pelos agentes de políticas públicas da APA para áreas do PSH, não se confirmou, pois o que se viu na área do PSH foram famílias selecionadas com base em critérios sócio-econômicos, prevalecendo o caso de idosos, deficientes, mães solteiras, sem imóveis e que moravam de aluguel.

Quanto ao caráter metodológico da pesquisa, destaca-se que, diante das dificuldades encontradas na aplicação das entrevistas aos promotores imobiliários e aos agentes de políticas públicas, a pesquisa precisou de um direcionamento quanto aos participantes. Portanto, a segunda fase de aplicação das entrevistas somente será feita aos moradores de área de proteção ambiental que são realmente os atingidos pelo conflito estabelecido entre morar e preservar a natureza.

Quanto ao procedimento de análise, o programa ALCESTE permite realizar a confirmação das representações sociais, o que resulta na possibilidade de ampliação da confiança da pesquisadora quanto ao uso do *software*. Além disso, a análise das entrevistas com o programa ALCESTE reafirmou que as representações não se encontram polarizada entre as dimensões da experiência vivida do espaço e da política, mas mostram uma visão ambivalente dos moradores que vai do positivo ao negativo.

## **CAPÍTULO 6 – PESQUISA FINAL: OS MORADORES DOS LOTEAMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

O objetivo geral da segunda parte do estudo é analisar os discursos dos moradores de loteamentos da APA sobre a moradia e a natureza. Assim, têm-se como objetivos específicos: a) compreender de que maneira as representações sociais estão relacionadas às práticas sócio-espaciais que resultam nos loteamentos ilegais; b) reconhecer como os problemas ambientais e urbanos contribuem para a construção das representações sociais da natureza e da moradia e c) investigar de que modo as representações sociais dos moradores interferem nas tentativas de gerir e planejar a cidade.

Para atingir os objetivos, trabalha-se com as seguintes hipóteses norteadoras do trabalho: como primeira hipótese, considera-se que a prática da ilegalidade está relacionada às representações sociais que os moradores de Águas Lindas constroem sobre a moradia e a natureza. Como segunda hipótese, considera-se que as representações sociais dirigem às práticas sócio-espaciais dos moradores e, como terceira hipótese, os moradores justificam a prática da ilegalidade pela sua realidade social transformada em representação.

### **O CONTEXTO DA PESQUISA**

O estudo foi desenvolvido somente nos loteamentos Jardim das Oliveiras I e II que se localizam na Área de Proteção Ambiental (ver figura 5). Esses loteamentos se situam à margem esquerda da BR 070 e apresentam construções bem variadas. (ver figura 13 e 14).

**FIGURA 13: FOTO DO LOTEAMENTO JARDIM DAS OLIVEIRAS I**



**Fonte:** Jardim das Oliveiras I, Águas Lindas de Goiás. 16 de Setembro de 2008. Foto da autora.

**FIGURA 14: FOTO DO LOTEAMENTO JARDIM DAS OLIVEIRAS II**



**Fonte:** Jardim das Oliveiras II, Águas Lindas de Goiás. 16 de Setembro de 2008. Foto da autora.

No loteamento, é visível o escoamento de águas pluviais se direcionando para a barragem (ver figura 15). O que caracteriza um dos problemas ambientais visíveis no local.

**FIGURA 15: FOTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS DO LOTEAMENTO**



**Fonte:** Contaminação do Lago, Águas Lindas de Goiás. 20 de Setembro de 2008. Foto da autora.

## **6.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA FINAL**

Participaram do estudo trinta moradores dos loteamentos Jardim das Oliveiras I e II, entre os quais 5 residem no Jardim das Oliveiras I, 24 no Jardim das Oliveiras II e uma das entrevistadas não reside mais no loteamento (ver tabela 5), mas morou por vários anos e se mudou, neste ano, por motivos familiares e hoje é sustentada pela filha que reside em Planaltina-DF. Como não tinha o lote em seu nome e seu marido faleceu, os enteados venderam a casa e deram-lhe parte do dinheiro, que lhe cabia, o que não foi suficiente para adquirir outro lote. Restando-lhe o amparo da filha, que alugou um barraco próximo à mesma. A participante visitava uma de suas ex-vizinhas no momento em que se aplicava a coleta da entrevista e manifestou-se interessada em contribuir para o estudo.

**TABELA 5: Condições sócio-econômicas dos moradores**

SEXO		ESCOLARIDADE					IDADE			LOCALIZAÇÃO DA MORADIA ATUAL			RENDA FAMILIAR				
M	F	Esc1	Esc2	Esc3	Esc4	Esc5	Id1	Id2	Id3	Loc1	Loc2	Loc3	Ses1	Ses2	Ses3	Ses4	Ses5
12	18	3	12	8	5	2	3	19	8	24	5	1	7	16	3	2	2

As variáveis selecionadas neste estudo foram: a) sexo (M - masculino e F - feminino); b) escolaridade (Esc 1 – se refere aos analfabetos; Esc 2 – os que estudaram até a 4ª série; Esc 3 – 1º grau; Esc 4 – 2º grau e Esc 5 - faculdade); c) idade (J - jovens, com idade variando entre 18 e 24 anos; A - adultos, variando entre 25 e 59 anos e I - idosos de 60 anos em diante); d) Localização da moradia atual (Loc 1 – Jardim das Oliveiras II; Loc 2 – Jardim das Oliveiras I e Loc 3 - Outros); e) renda familiar (Ses 1 – os que recebem até um salário mínimo; Ses 2 – até dois salários mínimos; Ses 3 – até 4 salários mínimos; Ses 4 – os que não informaram a renda e Ses 5 – os que não tem renda).

As condições sócio-econômicas dos participantes revelam, em relação à renda familiar, variação entre dois mil reais aos que não têm renda e vivem do que os filhos ajudam, mas a predominância é dos que têm uma renda de até dois salários mínimos – ses 2. Os dois que declaram ses 4 são os que não informaram a renda, mas observou-se na entrevista que um é policial do Município. Inicialmente ficou receoso com a entrevista, não se sentindo à vontade para informar a renda. Da mesma maneira, o outro entrevistado, que é comerciante no loteamento, não quis informar a renda. A ambos foi informado que não se tratava de informação primordial para entrevista, o que levou a concluir a entrevista sem grandes problemas.

A renda ses 5 diz respeito a dois participantes que declararam não possuir renda alguma. Uma é sustentada pela filha que mora em outra cidade e o outro se encontrava desempregado, assim como todos da família. A renda ses 1 se refere aos que recebem até um salário mínimo e ses 3 até 4 salários.

A origem da população é variada, conforme a tabela 6, na qual se encontra a mobilidade espacial. Verifica-se que os moradores vieram do nordeste, de outros Municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais. Praticamente, todos foram primeiramente para o Distrito Federal em

busca de uma vida melhor e, frente às dificuldades em manter-se nas áreas centrais, migraram para Águas Lindas.

**TABELA 6: Mobilidade espacial dos moradores**

ESTADO DE ORIGEM								FLUXO MIGRATÓRIO	
DF	GO	MG	NE	SP	PR	TO	MT	1º DF	1º ÁGUAS LINDAS
5	7	4	10	1	1	1	1	26	4

Observa-se que, dos participantes, cinco nasceram no Distrito Federal e a maioria é procedente da Região Nordeste – NE, que abrangem os seguintes Estados: Piauí, Maranhão, Bahia e Ceará. Outra constatação é que o movimento migratório indica segregação social induzida em dois momentos: a chegada ao Distrito Federal e posterior mudança para a cidade periférica. Somente 13,3% dos entrevistados, ou seja, 4 entrevistados foram diretamente de outros estados brasileiros para Águas Lindas. Assim, a grande maioria do fluxo migratório foi primeiramente para o DF e posteriormente para Águas Lindas.

Quanto às condições de moradia, a tabela 7 remete a uma situação em que 50% dos entrevistados moraram de aluguel no Distrito Federal; 30% tiveram residência própria no DF; 10% moraram em lote do GDF; 6,6% moraram no trabalho e em moradia cedida por parente no Distrito Federal, o que corresponde na tabela a “outros”; e 13,3% correspondem aos que não moraram no DF e foram direto para Águas Lindas de Goiás.

**TABELA 7: Condições da moradia dos moradores**

NO DF				ANTES DO DF		EM ÁGUAS LINDAS		
ALUGUEL	LOTE DO GDF	PRÓPRIA	OUTROS	PRÓPRIA	ALUGADA	PRÓPRIA	ALUGADA	INVADIDA
15	03	06	02	28	02	26	03	01

Os entrevistados 4, 15, 21, 22 e 27 nasceram no Distrito Federal e entre 1994 a 1998 mudaram para o loteamento em Águas Lindas. O motivo para os entrevistados 4, 21, 22 e 27 foi o aluguel. Afirmaram que moraram de aluguel na QNG e na ‘L’ norte em Taguatinga, na Ceilândia e em Samambaia. A entrevistada 15 morou com sua mãe de aluguel na expansão da invasão do Setor ‘O’ na quadra 17, momento em que foi contemplada com um lote em Samambaia, mas por influência dos outros, assim relata a entrevistada, trocaram o lote de Samambaia pelo de Águas Lindas:

*“Ela (minha mãe) trocou a casa de lá por essa aqui pau a pau. Antes de ganharmos esse lote em Samambaia nós morávamos na invasão da dezessete no setor O. Minha mãe morava de aluguel (antes de vir para Samambaia). O lote de Samambaia foi doado. Ela saiu lá de Samambaia e veio pra cá por causa de influência, mas ela gostou daqui que era um lugar sossegado, menos violento. E aqui há alguns anos atrás era igual aquela cidade do interior, calma, tranquila, igual roça. Minha mãe é uma pessoa de idade, cheia de problemas de saúde. Ela nem veio conhecer aqui antes de trocar. Aqui tem um irmão da igreja ali, que ela é muito amiga dele, aí ele que achou essa troca aqui pra ela. Quando minha mãe chegou lá na casa às coisas já estavam tudo em cima do caminhão pra ela, sem ela ver a casa aqui. Agora ela gosta daqui. Acho aqui sossegado”.* (Participante 15, Outubro/2008).

Para os que moravam de aluguel, no trabalho, ou de favor, é um alívio financeiro terem adquirido um lote barato, mesmo pagando prestações em áreas caracteristicamente precárias em infra-estrutura básica e serviços públicos, como saúde, educação e transportes. Também se observa que os moradores revelaram que quando moravam com os pais, a grande maioria, as casas eram próprias e geralmente a natureza para eles, a paisagem natural, é uma roça, pois a maioria morava com os pais na roça. E indicam uma situação de segurança e de tranquilidade em relação à casa dos pais.

Os entrevistados 3, 9, 10, 16, 28 e 29, que declararam possuir casa própria no Distrito Federal, também afirmaram, em comum, que a tranquilidade foi um dos motivos da mudança para o loteamento. Em particular, ressaltou-se que, entre os motivos da vinda para o loteamento em Águas Lindas, para os sujeitos 3 e 10, foi a segurança. Para eles, os locais que moravam no Distrito Federal eram muito violentos, assim afirmam:

*“Antes eu morava na Estrutural, morei lá cinco anos. Eu saí de lá, não foi pela moradia, porque lá é um lugar que a gente tem conhecimento. Eu saí mais pelo sossego que lá não tinha. Como eu morava num lugar muito agitado, minha mulher vivia doente direto,*

*por causa daquilo. Lá é muito povoado, muito quente. Lá tem muito bar, principalmente no final de semana*". (Sujeito 3, Setembro/2008).

O entrevistado 10, da mesma maneira, apresenta argumentos no que diz respeito a tranquilidade.

*"É lógico que eu queria um imóvel em Brasília da seguinte forma entre 2000 a 2001, o governo deu aqueles lotes de beco pros policiais militares lá. Ai, eu já conhecia um da área lá, que recebeu um lote de beco, ai eu fui e comprei. Só que lá, Brasília é muito tumultuado, então, eu vim refugiar aqui, e moro aqui há sete anos. Essas plantas tudo foi eu que plantei. Aqui o motivo de eu estar aqui mesmo é mais tranquilidade, é tranquilidade. Mas, pra eu voltar pra Brasília eu não quero, mas como se diz à maioria o sonho do povo daqui é voltar pra Brasília*". (Sujeito 10, Setembro/2008).

Especificamente para o sujeito 9, ter se mudado para o loteamento foi a aquisição de mais lotes. A entrevistada relata que o marido tem dois filhos e resolveram vender a casa na Ceilândia e comprar um lote para cada filho e para eles. Escolheram Água Lindas, pois o valor do lote propicia a aquisição. Como relata a entrevistada:

*"O meu marido, na realidade, tem dois filhos com a primeira esposa dele e os meninos cada qual queria sua casa, inclusive a menina dele iria casar na época e precisava de uma casa. Ai a gente resolveu vender lá e dar pra cada um uma casa, e realmente a gente deu. [...] Esse loteamento aqui ele é atrasado em termos de comércio e tudo, mas pra morar até que ele é tranquilo, porque não têm comércio, bares. É por isso que ele é tranquilo. Se tivesse mais comércio passaria a ser mais agitado eu acho*". (Sujeito 9, Setembro/2008).

A entrevistada 16 revela que o motivo da venda do imóvel na Ceilândia também foi separação do marido. Para o sujeito 28, que se identificou como o proprietário da chácara que hoje é o loteamento Jardim das Oliveiras I, ele continua tendo seu apartamento no centro de Taguatinga, mas que gosta do loteamento porque é tranquilo e tem liberdade, assim expressa:

*"Eu moro aqui por gostar, eu tenho um bom apartamento no centro de Taguatinga e venho pra cá porque gosto daqui, eu tenho liberdade, de estar no meio do verde, no meio da minha criação, porque eu adoro criação*". (Sujeito 28, Outubro/2008).

O imóvel que o entrevistado ocupa hoje no loteamento corresponde à dimensão de dez lotes dos demais moradores. É como uma pequena chácara para ele e sua esposa. O sujeito 29 revelou que a tranquilidade e a proximidade com o trabalho foram fundamentais para a mudança, como narra:

*“Eu queria sair do DF queria morar num lugar assim mais afastado, longe do barulho, do movimento urbano. Eu prefiro um lugar mais sossegado, mais tranquilo. Eu tinha um apartamento no centro de Taguatinga ai, viemos pra cá porque aqui é mais tranquilo esse silêncio só esse barulho de passarinho que pra mim é uma paz tão grande. Eu vendi lá e viemos pra cá. [...] O lugar, o afastamento, a tranquilidade foi que me fizeram decidir comprar aqui. É um lugar mais tranquilo, perto da Ceilândia, porque eu trabalhava e trabalho na Ceilândia. Na época foi tranquilo adquirir o lote aqui.”* (Sujeito 29, Outubro/2008).

O perfil dos moradores demonstra que, mesmo condizente em classificações unânimes quanto à escolaridade, renda familiar, condições de moradia e mobilidade espacial, nota-se que da mesma maneira que Peluso (1998) observa em sua pesquisa em Samambaia, pode-se afirmar o mesmo para os moradores do loteamento em Águas Lindas:

Cada um é um particular quanto à maneira de viver as condições gerais. É o que se poderia chamar de “bagagem” sócio-econômica e espacial, com a qual enfrenta-se o mundo e pretende-se fazer parte dele e é o contexto mais imediato, particularizado, do contexto geral de periferização, pobreza e expulsão branca da população de baixa renda (PELUSO, 1998, p.83).

O sujeito do loteamento acaba dialogando com o seu espaço de moradia e suas condições sócio-econômicas, o que proporciona identificar os problemas, apresentar propostas sobre eles e classificar os outros moradores, os outros loteamentos, as outras cidades. O que constitui o conteúdo com os quais as representações sociais adquirem sentido.

Os moradores já demonstraram várias representações sociais, das quais uma é a ancoragem na casa dos pais – a tranquilidade; outra é a representação social da cidade como um lugar inóspito, do qual pretendem se afastar. É um contexto de pobreza e expulsão branca, mas o indivíduo tem uma escolha de acordo com suas representações.

## **6.2. INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO**

Trabalha-se com entrevistas narrativas conduzidas por tópicos guias somente aos moradores de Águas Lindas que se localizam na área de conflito sócio-ambiental, ou seja, as moradias situadas na APA do rio Descoberto. As entrevistas narrativas contribuem para a

expansão e o aprofundamento do objeto de estudo pelo registro narrativo em que a trajetória de vida dos moradores é o foco principal, o que permite penetrar no universo do pensamento dos entrevistados e compreender as representações sociais.

A narrativa, para Jovchelovitch & Bauer (2002), é uma tentativa de ligar os episódios tanto no tempo quanto no sentido. Por isso, o enredo é que dá a coerência e sentido à narrativa, bem como fornece o contexto para entender os acontecimentos, ações, descrições, objetivos, moralidade, crenças, valores e relações que geralmente constituem a história.

O enredo é o encadeado de ações executadas que criam sentido para o entrevistador. Ou seja, são os eventos de uma história para compreender a fala no contexto de sua produção social. Aí os relatos de fatos vividos são ordenados em uma sequência lógica no tempo e no espaço.

O ato de contar história, de acordo com Jovchelovitch & Bauer (2002), é relativamente simples e implica em duas dimensões: a cronológica e a não cronológica. A primeira se refere à narrativa em sequência de episódios e a segunda na construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um “enredo”.

As entrevistas narrativas seguem regras que Jovchelovitch & Bauer (2002) consideram primordiais para ativar o esquema da história, provocar narrações dos informantes e conservar a narração, andando através da mobilização do esquema autogerador. Os autores sistematizam a técnica nas seguintes fases, como se observa na tabela 8.

**Tabela 8: Fases principais da entrevista narrativa**

<b>FASES</b>	<b>REGRAS</b>
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes <sup>15</sup>
1. Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização (“cada”)
3. Fases de perguntas	Somente “Que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo “por quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes <sup>16</sup>
4. Fala conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo “por quê?” Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

Fonte: JOVCHELOVITCH & BAUER, p 97, (2002).

Preparar a entrevista narrativa demanda tempo, pois é conhecimento preliminar do acontecimento principal, no caso o problema a ser investigado, que na pesquisa ocorreu na coleta de dados iniciais do Município e na aplicação do estudo exploratório. Portanto, o pesquisador necessita familiarizar-se com o campo de estudo, o que implica realizar investigações preliminares, ler documentos e tomar nota de fatos e acontecimentos específicos do campo de estudo. Assim, evidenciam-se as lacunas que a entrevista narrativa deve preencher como também se consegue a formulação condizente do tópico inicial central e dos demais.

A entrevista narrativa foi organizada com base em tópicos guias que constitui, segundo Gaskell (2002), parte vital do processo de pesquisa e necessita atenção detalhada, o que necessita um entrevistador bem preparado durante a conversação aparentemente natural e quase casual. O tópico guia sugere títulos, uma guia e funciona como um lembrete (ver anexo 2).

Nas entrevistas narrativas, Jovchelovitch & Bauer (2002) distinguem as questões em exmanentes e imanentes. As primeiras dizem respeito aos interesses do pesquisador, suas formulações e linguagem. Enquanto nas questões imanentes se tratam dos temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante as narrações trazidas pelo informante. Os

<sup>15</sup> “Questões exmanentes refletem os interesses do pesquisador, [...] (JOVCHELOVITCH & BAUER, p 97, 2002).”

<sup>16</sup> “... as questões imanentes: os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração trazidas pelo informante (JOVCHELOVITCH & BAUER, p 97, 2002).”

autores ressaltam que a atenção do entrevistador deve ser focada nas questões iminentes, pois é o momento em que o entrevistador prepara as perguntas para serem realizadas posteriormente, na fase conclusiva.

As narrativas podem produzir distorções que Jovchelovitch & Bauer (2002) consideram como parte de um mundo de fatos. A dimensão expressiva do narrador é uma representação do real, das interpretações particulares do mundo, expressam um ponto de vista de uma situação específica no tempo e no espaço e estão inseridas no contexto sócio histórico.

Para realizar entrevista narrativa, o entrevistador precisa ter em mente o objeto de estudo, os objetivos a serem atingidos, o problema a ser investigado e a hipótese de estudo (ver anexo 2) e, principalmente, saber como abordar os entrevistados e conduzir a entrevista no foco da pesquisa e compreender outros assuntos, temas e ou tópicos que são apresentados pelos entrevistados. Portanto, a fase de preparação nas entrevistas narrativas é fundamental e definidora do material que é coletado em campo.

### **6.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA**

O procedimento primordial que favoreceu ao resultado da coleta foi trabalhar com o informante-chave que se constitui, no caso da pesquisa, de uma pessoa que conhece a comunidade, os primeiros moradores e que dispõem de tempo para apresentar o entrevistador aos entrevistados e muitas vezes, acompanhando a entrevista. Na maioria das vezes, o informante-chave conduzia o entrevistador à residência do entrevistado, os quais eram apresentados e marcadas posterior visita para entrevista. O informante-chave da pesquisa foi conhecido durante a aplicação das primeiras entrevistas narrativas. Na ocasião, o entrevistador convidou-o a contribuir para pesquisa, pois demonstrou conhecimento, durante a entrevista, dos moradores e de seus locais de residência.

Todas as entrevistas foram gravadas. Também foi utilizada câmara fotográfica para registrar imagens do loteamento em estudo. A coleta ocorreu nos meses de setembro, outubro e novembro de 2008. Na segunda quinzena de setembro e primeira semana de outubro a coleta foi interrompida devido ao período eleitoral, pois os entrevistados estavam relacionando o estudo com a propaganda política.

As entrevistas duraram de 10 a 45 minutos. Foram coletadas nas casas dos moradores. Ao todo foram colhidas trinta entrevistas narrativas. Nenhum dos participantes convidados a participar do estudo se opôs ou se negou a participar. A obtenção do material coletado em campo durou praticamente dois meses, o que demandou tempo, paciência e dedicação à coleta.

#### **6.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

O procedimento utilizado para a análise dos dados foi o mesmo empregado no estudo exploratório, ou seja, o método de análise de dados textuais ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto).

## **RESULTADOS**

As representações sociais da moradia e da natureza são desvendadas no âmbito do campo consensual dos moradores, em que a objetivação e a ancoragem constituem o primeiro sentido das ideias que torna o símbolo real e que dá à realidade um ar simbólico. Portanto, a realidade cotidiana, dominada pelo senso comum é conhecida.

A análise oportunizada pelo ALCESTE do *corpus* das entrevistas narrativas identificou trinta UCIs que classificou em 1031 UCEs dentre as quais 819 UCEs, ou seja, 79,44% compõem as 4 classes (ver figura 16).

**FIGURA 16: INTERSECÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES SOBRE O CORPUS DISCURSIVO COMPOSTO DE 30 ENTREVISTAS <sup>17</sup>**



Fonte: relatório resumido ALCESTE, dezembro, 2008.

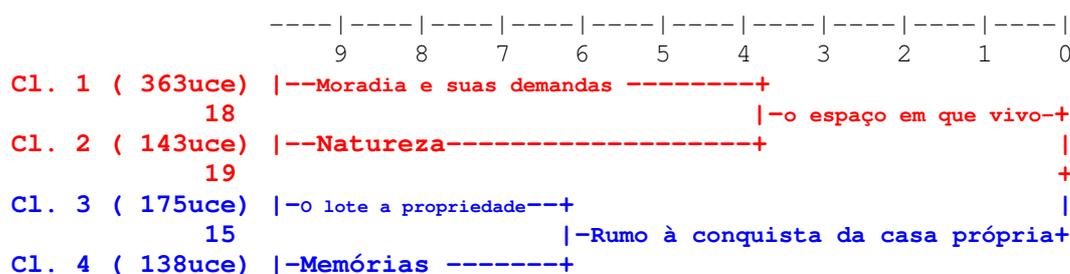
Na figura 16.1, visualizam-se as quatro classes e o total de UCEs para cada e suas respectivas porcentagens são demonstrada na figura 16.4. No caso da classe 1, o programa classificou 363 UCEs que correspondem a 44,32% do total de 819 UCEs que, por sua vez, indica 79,44% das 1031 UCEs selecionadas pelo programa, pois foram eliminadas 20,56% UCEs (ver figura 16.2). Da mesma maneira, se procede à análise para as demais classes.

<sup>17</sup> As figuras 16.1, 16.2, 16.3 e 16.4 estão com identificação em francês, pois os gráficos foram compilados do ALCESTE e significa: 16.1 - Número de u.c.e por classe; 16.2 - Repartição ou (separação) das u.c.e em classes e não classes; 16.3 - Número de palavras analisadas por classes; e 16.4 - Repartição ou (separação) de u.c.e em classes.

A cada classe foi atribuído um nome que resultou do trabalho de interpretação dos dados fornecidos pelo programa, assim como pelo conhecimento da pesquisadora da área de estudo e do objeto de pesquisa. Os nomes das classes funcionam como seus descritores.

A análise geral apresenta os resultados por meio de um dendograma da CHD, em que as entrevistas foram divididas em classes conforme os cálculos efetuados pelo programa. Na análise do programa foram elencadas quatro classes distintas para as entrevistas narrativas, que podem ser apreciadas no dendograma fornecido pelo ALCESTE (ver figura 17).

**FIGURA 17 - CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) SOBRE O CORPUS DISCURSIVO COMPOSTO DE 30 ENTREVISTAS.**



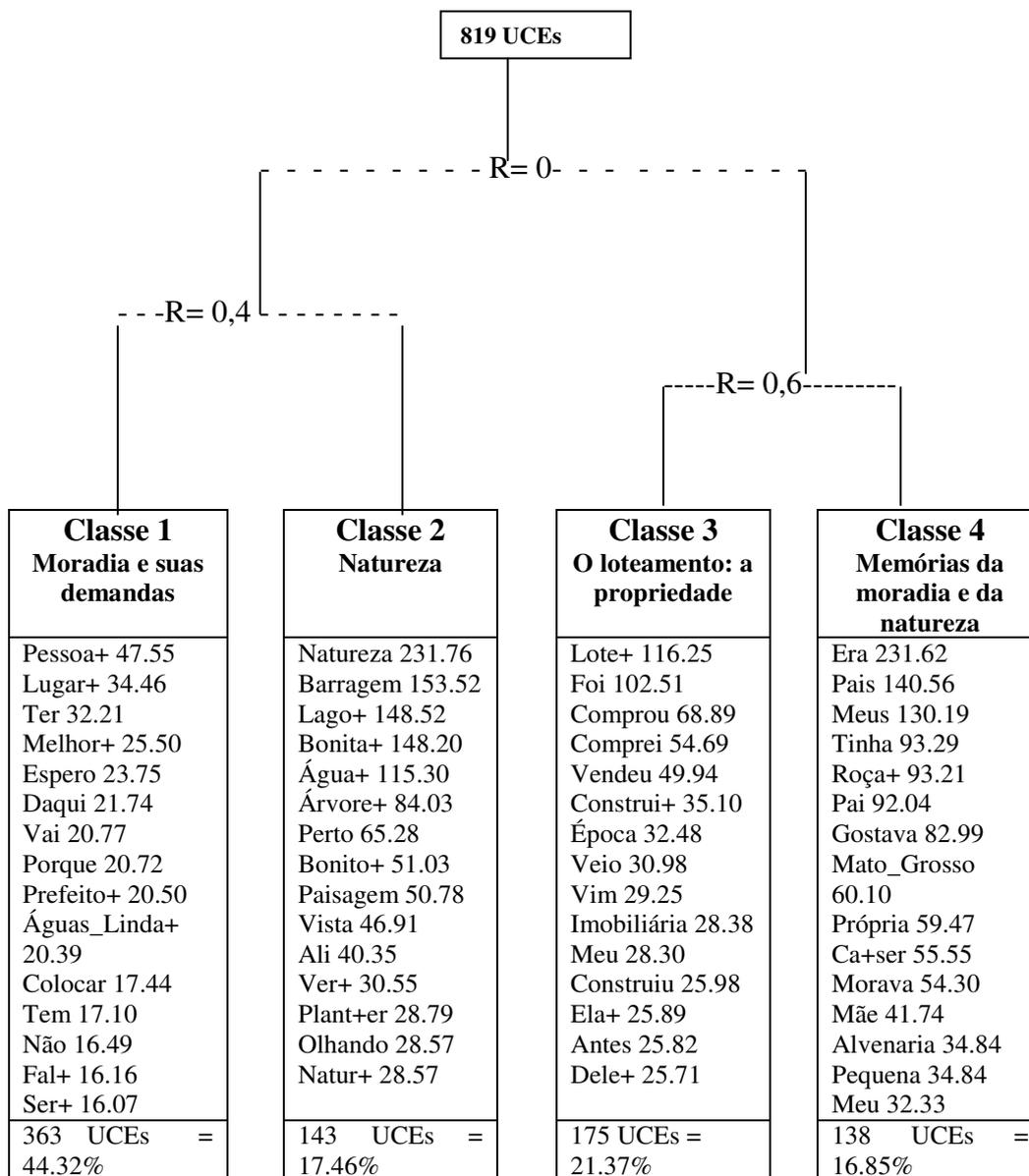
O dendograma indica a presença de uma estrutura hierárquica que divide as classes em dois eixos. O eixo que engloba as classes 1 e 2, denominamos “o espaço em que vivo” e se distingue do outro eixo que chamamos “rumo à conquista da casa própria” e compõem as classes 3 e 4.

O eixo que engloba as classes 1 e 2, denominadas de “moradia e suas demandas” e “natureza”, respectivamente, que se distinguem das outras duas classes, mas se relacionam entre si, pois o eixo apresenta as representações sociais da moradia e da natureza. No outro eixo estão as classes 3 e 4, que se denomina “o loteamento: a propriedade” e “memórias da moradia e da natureza”, respectivamente, e ambas se separam das demais classes, porém estão bem mais relacionados entre si, cujo eixo apresenta as justificativas das incoerências do discurso dos moradores que ancoram na casa dos pais as representações.

O ALCESTE fornece tanto vocabulário específico quanto fragmentos do discurso mais representativo que compuseram cada classe específica, o que permite interpretar o discurso. A seleção das palavras que compõem as classes foi realizada levando em consideração o  $\chi^2$ , Chi2 ou qui ao quadrado, ou seja, o grau de associação das palavras. Assim, observa-se um

determinado campo do pensamento dos moradores, no qual os vocábulos adquirem sentido e coerência (ver figura 18).

**FIGURA 18 – CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) SOBRE O CORPUS DISCURSIVO COMPOSTO DE 30 ENTREVISTAS**



A figura 18 espelha um quadro não fornecido pelo ALCESTE com tal disposição gráfica. Ele foi criado no processo de análise dos resultados e contém palavras que aparecem tipicamente em cada classe, sintetizando as características da mesma. Portanto, a figura mostra as formas reduzidas das palavras distribuídas por classes. Com base nas informações

CHD e nos vocabulários específicos de cada classe é possível identificar a organização das representações do eixo, assim como o campo consensual das representações em cada classe.

O eixo que engloba as classes 1 e 2, que retrata o local de aquisição da moradia, bem como as dificuldades e os problemas que os moradores de Águas Lindas enfrentam para morar, assim como o significado e a importância da moradia e da natureza para si e para a cidade.

Na classe 1, o discurso dos participantes se organiza em torno dos vocábulos: ‘espero’ e ‘colocar’ associados aos equipamentos de saúde (postos e hospital), de educação (escolas), urbanização (asfalto, saneamento) e trabalho (indústrias). Trata-se de realizar melhorias no loteamento e na própria cidade. O uso do vocabulário “daqui” remete a duas ideias distintas: de um lado refere-se ao “gosto daqui, do lugar onde moro” e, de outro, à precariedade do local, e neste momento os moradores se colocam como “eu não sou daqui”, “eu não sou precária”, “eu não sou assim”. O vocábulo “lugar” articula as ideias anteriores, expressando as expectativas de melhoria do espaço ocupado: “o lugar aqui é bom, aqui eu tenho minha casa própria, mas precisa melhorar. Os políticos precisam trazer saúde, educação, urbanização e trabalho”.

O vocábulo “pessoa” refere-se ao movimento das pessoas que “vão e voltam”, e para não voltar tem que ter casa própria em outro lugar. Já “prefeito”, os participantes relacionam a falta de infra-estrutura tanto do loteamento quanto da cidade. O vocábulo “ter” para os moradores indicam uma posição, um status, a propriedade do lote que os insere numa posição diferente dos que moram de aluguel.

Na classe 2, falam da natureza, da paisagem do local e da visão que o loteamento propicia apreciar como “coisa boa”, mas deixa de ser bom quando o homem não está inserido na natureza, isto é, quando a natureza aparta, separa, exclui, proíbe morar. Conseqüentemente, para os moradores é visto como um aspecto negativo o fato de não poderem morar perto dela, porque para eles a natureza faz parte de sua vida desde a infância e não tem interesse, intenção de agredir a natureza e sim preservar, cuidar. No entanto, o sentido comum das narrativas é “natureza”, “água”, “bonita”, “árvore”, “lago” e “barragem” se referindo a aspectos positivos da natureza. Porém, quando reconhecem que a água da barragem é para abastecer a população do Distrito Federal e eles continuam bebendo água de poço, surge um sentimento de revolta e de abandono quando falam da “água”, “ali”, “perto” não serve a nós, só para Brasília e nós ainda temos que cuidar, mas “é bonita a paisagem”, “o ar fica mais fresco”, “é saudável morar aqui perto”.

O eixo “o espaço em que vivo” fala do local que os moradores vivem hoje, tanto no que diz respeito à moradia atual, quanto à natureza, e acrescentam as justificativas de suas escolhas, porque é bom, mas demanda serviços públicos e infra-estrutura. A natureza é bonita, mas a água não é para nós. A partir da situação atual os moradores retomam a sua história de vida da moradia e da natureza anteriores.

No eixo “rumo à conquista da casa própria” os moradores recordam o momento da chegada ao loteamento, à aquisição do lote, às expectativas com a aquisição, enfim, como viviam e de como se vêem num futuro próximo, portanto, uma maneira de se remeterem ao lugar em que viveram com os seus pais associando ao momento da aquisição do lote em Águas Lindas (ver figura 18). Para os moradores lembrar o passado representa recordar momentos de lembranças boas, agradáveis, mesmos que tenham sido narradas as dificuldades, mas a vida com os pais guarda recordações e o momento da aquisição do lote representa uma conquista, a realização de um sonho, a aquisição de uma propriedade.

Na classe 3, os moradores relembram o momento da aquisição do lote, da compra do lote, da construção, dos anos que moram no loteamento. Portanto, a classe indica a conquista de direito para os moradores, como a propriedade tem um documento de compra e os pagamentos das prestações que efetuaram. O lote representa para os moradores uma conquista. Construíram uma casa, têm o direito de ir e voltar todos os dias para sua casa, mesmo reconhecendo que o loteamento é embargado. “Mas, nossos direitos estão conquistados, não podemos perder tudo.” (Participante, 1)

Na classe 4, os moradores falam do momento que viveram com seus pais, como era a moradia, a natureza e se identificam como “eu sou assim”. A casa dos pais “era” “própria”, “roça”, “alvenaria”, “gostava”, “tinha” e a natureza comparam com uma “roça”. Portanto, relembram com saudade, gosto e graça dos momentos que viveram com os pais, inclusive das dificuldades e momentos engraçados.

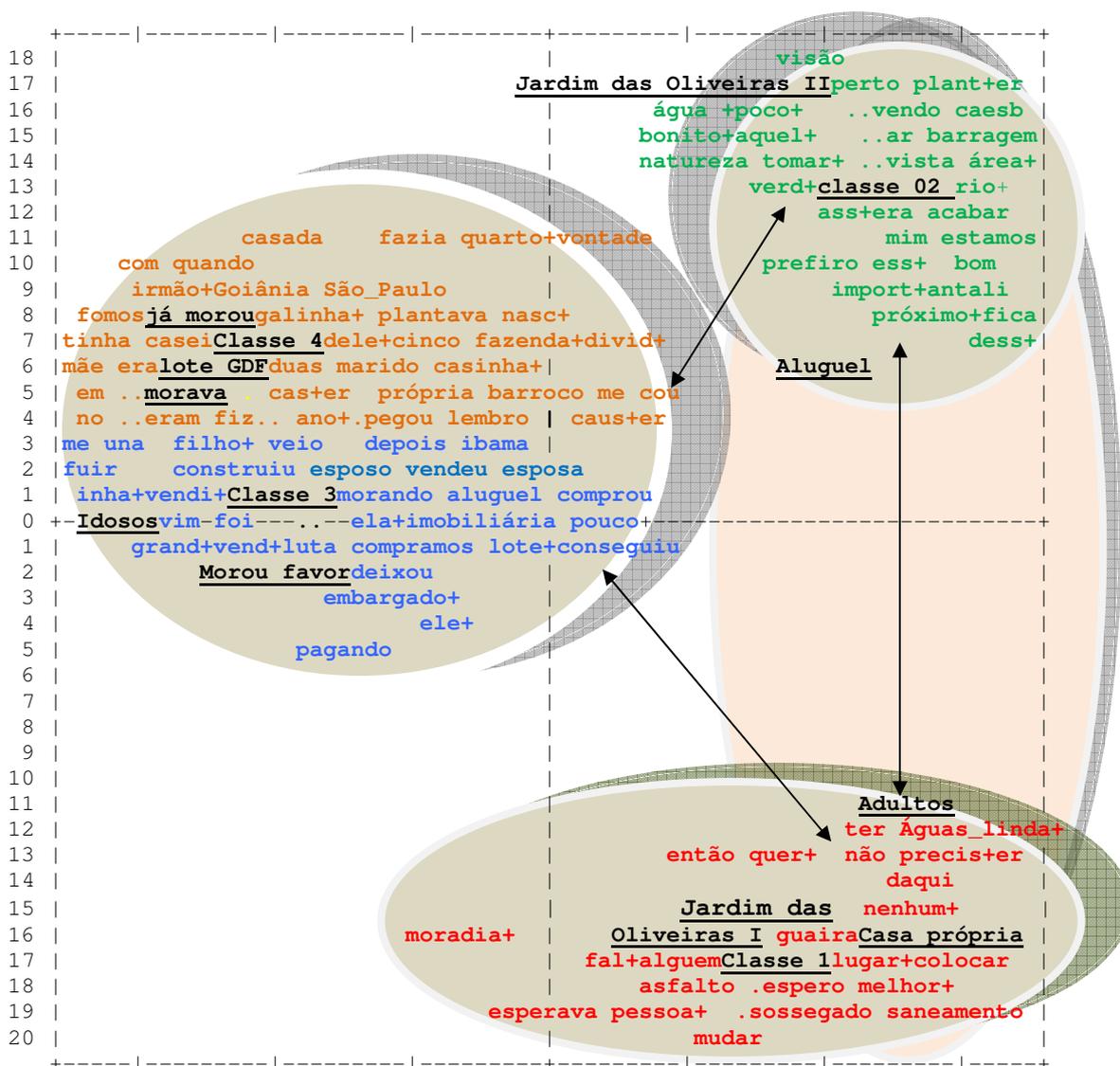
Portanto, o eixo “rumo à conquista da casa própria” indica as aquisições dos moradores diante de situações diversas que viveram, mas que os levam a um caminho que é hoje morar no loteamento.

Com os eixos, constata-se a existência de duas representações diferentes: uma da moradia e outra, da natureza. As classes 1, 3 e 4, dentre as quatro classes selecionadas pelo ALCESTE, apresentam o conteúdo das representações sociais da moradia, ou seja, do local em que vivem e viveram, isto é, a objetivação e a ancoragem, respectivamente. As classes 2 e

4 indicam claramente representações da natureza. Observa-se que a classe 4 oferece representações tanto da moradia quanto da natureza, pois nesta classe os moradores falam de suas memórias de ambas representações, o que sugere a transmissão dos costumes e tradições que garantem a perpetuação e ancoram as representações. Então, o mundo passado e conhecido pelos moradores é referência que constitui o real, o material, assim como o ideal, que dá sentido e significado às representações da moradia e da natureza.

As diferenças das narrativas são evidenciadas na Análise de Correspondência (ver figura 19). A oposição fica por conta de que no eixo “o espaço em que vivo”, falam sobre a situação atual e no eixo “rumo à conquista da casa própria” de situações anteriores e do distanciamento que os moradores do loteamento estão assumindo em relação ao eixo “o espaço em que vivo”. As classes 3 e 4 estão bastantes próximas uma da outra, pois, ao falar das moradias anteriores e da natureza os entrevistados admitem que a “casa dos pais” e a “natureza” em que viviam é uma referência na sua vida e está a cada dia mais difícil de serem mantidas, principalmente quando falam da moradia e da natureza do loteamento. As classes se opõem uma à outra, ao demonstrarem que existe diferença na forma de representar o distanciamento. Isto é, a representação predominante é de que “a melhor coisa é a casa dos pais”, porém o lugar é atrasado, não tem emprego, quando chega a certo momento da vida não tem como continuar a estudar e a trabalhar. Então, se querem continuar estudando e ter um emprego bom têm que sair e procurar em outra cidade. Portanto, as dificuldades existiram quando moravam com os pais e continuam existindo no loteamento que moram hoje.

**FIGURA 19: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA FATORIAL: PROJEÇÃO DAS PALAVRAS ANALISADAS E DAS VARIÁVEIS**



O conjunto dos eixos e das classes configura-se pela semelhança temática. Porém, dentro delas, cada classe se diferencia uma da outra por revelar representações distintas. O eixo das classes 1 e 2 se dá pela aproximação das narrativas sobre “o que é bom”. Ambas de certa forma valorizam o loteamento, mas estão separadas por valorizarem o loteamento de forma distinta. Ou seja, na classe 1 falam do que é bom no loteamento, na cidade, na moradia e na classe 2 falam da natureza do loteamento, o que pode proporcionar um “ambiente mais saudável”, “com mais verde”, “água do lago”, “ar puro” e “visual”.

O mesmo ocorre no eixo “rumo à conquista da casa própria” formado pelas classes 3 e 4 que estão associados por tratarem de um aspecto, mas postos em classes distintas por

divergirem na forma de tratamento. Na classe 3, a narrativa que prevalece é sobre o loteamento, ou seja, é percebido um discurso do “eu tenho” propriedade de um lote e sua aquisição. Este “eu tenho” indica “poder” no sentido de liberdade, “eu posso”. Na classe 4, “memórias da moradia e da natureza”, existe certa valorização, um desejo muito forte, o afetivo se faz presente nas falas, inexistindo uma explicação de ordem mais racional ao desejo de dar continuidade aos valores que viveram com os pais tanto na moradia quanto na natureza. Portanto, atribuem à “casa dos pais” certa importância, pois ela é uma referência a sua vida. O que é um motivo racional, de inspiração cultural.

Desta maneira, organizam-se as representações para discussão teórica do conteúdo das representações em estudo, as quais indicam as ideias dos entrevistados que se refere ao objeto de pesquisa.

## **DISCUSSÃO**

O campo consensual das representações sociais com base na análise das entrevistas narrativas evidencia a realidade da população de baixa renda nos dias de hoje. Inicialmente, consideram-se as representações sociais da moradia, para que a partir das vivências cotidianas e de suas significações compreenda a realidade. Dessa maneira, dispondo das narrativas dos moradores analisam-se os discursos de maneira a chegar às representações sociais.

### **1. O ESPAÇO EM QUE VIVO: A MORADIA E SUAS DEMANDAS**

Os contextos sociais, culturais e históricos da população só fazem aumentar a necessidade do exercício do diálogo entre as representações e o objeto de estudo. O “conjunto de unidades léxicas que se prendem a uma representação social ou dela se impregnam” (MOSCOVICI, 1978, p 236) produz uma imagem derivada de uma concepção científica, ou seja, significativa, e uma linguagem teórica na comunicação científica, o significado. Isto

produz um fenômeno paradoxal: quanto mais conhecimento, importância e significado um grupo tem sobre o objeto de estudo, mais ele tende a alongar a narrativa que lhe atribui.

A fala dos moradores revela que a moradia não é uma construção isolada, mas é resultante do trabalho dos que moram e administram a localidade, de suas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Relações invisíveis, mas que são captadas por meio do conhecimento de cada indivíduo e do grupo.

Como afirma a moradora:

*“Esses (políticos) que entraram agora, por último, esses dois eles não fizeram nada. Agora, vamos ver se esse que vai entrar agora que eu não sei quem é faça alguma coisa. Eu espero que esse que entre agora, principalmente que faça colégios, que tenha o segundo grau, porque aqui não tem. Os que têm são particulares”*.<sup>18</sup> (Participante 1).

As relações sociais e políticas estão presentes socialmente e são percebidas “por um sujeito em função do grupo a que pertence, da informação que ele possui e de sua atitude [...]. Essa presença é ativa e também é ‘falada’.” (MOSCOVICI, 1978, p.96). Isto é, não estão isolados e sozinhos, pois muito do que precisam para aperfeiçoar a moradia é proveniente de decisões políticas. Porém, sabem que se trata de uma cidade dormitório e que:

*“Então, pra onde foi esse dinheiro? Espero que roube, mas que roubem menos, porque todos roubam, mas que façam mais, não sei se fazem caixa dois, se existe ou não existe, mas o povo fala que está aí na televisão pra todo mundo ver e ouvir, mas que faça alguma coisa”* (Participante 21).

A referência dos moradores é de que as demandas do bairro são resultantes do trabalho dos políticos locais, mesmo assim, os moradores gostam de onde moram, pois falam de suas moradias, de suas escolhas, o lugar que escolheram para morar é bom, tranquilo, mas demanda urbanização. Afirmam os moradores:

*“Eu gosto do lugarzinho que a gente mora aqui, porque é mais calmo aqui, porque não tem movimento é tranquilo, não tem roubo. Mas aqui precisa de mais urbanização, de asfalto, de educação, de escola também”* (Participante 19).

Ao mesmo tempo, os moradores também demonstram suas expectativas do momento da mudança para o loteamento.

---

<sup>18</sup> As entrevistas foram revisadas e corrigidas conforme a norma culta da Língua Portuguesa.

*“A gente esperava que melhorasse a cidade, que a cidade tivesse mais recursos, como um hospital maior, porque tem o Bom Jesus, mas ali tem dia que se você precisar de uma emergência pra uma criança, não tem”* (Participante 2).

Da mesma forma, as expectativas de evolução, crescimento e melhorias é acentuada por diversos moradores, entre os quais se destaca o desenvolvimento de outros bairros que favorecem e prestam serviços necessários aos moradores do loteamento, assim manifestam que:

*“O Jardim Brasília (Bairro) a evolução lá é maior. Aqui é que não tem nada no Oliveira (Bairro). Tudo que a gente precisa tem que se deslocar daqui pra lá. Então, o Guairá (Bairro) é necessário pra gente, não que a gente goste de lá, mas a necessidade é que nos faz ir muito lá. Aqui tinha que ser diferente a segurança, o lazer gostaria de ter um shopping, um comércio mais amplo, acredito que isso”* (Participante 4).

O discurso é contraditório: de um lado, gostam de onde moram porque é tranquilo e, de outro, querem justamente o que o deixará movimentado como do lugar em que saíram.

As demandas do loteamento é, em si, um indicador de pobreza e exclusão. Da mesma maneira, a história pessoal e de aquisição da moradia se confundem e é expressa frente às respostas quanto às infra-estruturas, às condições de vida e ao abandono, assim não é de estranhar que a “urbanização” tenha para os moradores de Águas Lindas uma conotação de mudança.

*“Como se diz o ditado, então, aqui - poxa! - os postos não têm condições, não tem asfalto, você vai procurar uma coisa não tem, vai procurar outra não tem, você fica triste”* (Participante 17).

Da mesma maneira, os moradores se referem à cidade com um discurso contraditório:

*“Águas Lindas é uma cidade largada é como eu ti disse eu gosto da minha rua, de Águas Lindas toda lá pra cima eu não faço nem questão. Agora, porque aqui é um lugar sossegado, mas se for assim pra dizer que eu quero que cresça pra ficar pior do que está, não, que fique no que esta mesmo que cresça pra melhorar, pra ter colégio bom, ter asfalto, ter água, esgoto, tudo”* (Participante 26).

Para os moradores, de acordo com Nóbrega e Peluso (2008, p. 13), urbanizar “não é necessariamente o crescimento da cidade, mas é vista como um processo de mudança de um lugar a outro, de um lugar pior para um lugar melhor, visto que expressam poucas esperanças

em melhorias na própria cidade”. Mesmo assim, para os moradores, Águas Lindas é onde puderam comprar um lote e construir uma casa.

*“O lugar que gosto é de onde eu moro mesmo, porque aqui é mais calmo, tranquilo não tem essas coisas, mercado e as possibilidades dos outros lugares são menos povoados, tem menos pessoas, [...]”* (Participante 30).

A questão da propriedade da moradia é fator decisivo para se definir onde morar e não as condições locais e legais para escolha da moradia. No entanto, os moradores que habitam áreas de preservação ambiental têm conhecimento disso, não podem registrar seus lotes, estão sob a constante ameaça de despejo e daí constrói suas contradições, seus conflitos e suas representações. Ou seja, justificam a dissonância cognitiva diante do conflito sócio-ambiental. As experiências cotidianas dos moradores levam à tomada de decisões diante de situações tão polêmicas. Assim, indaga-se o que leva as pessoas, mesmo sabendo dos riscos e das dificuldades, a ocuparem lugares protegidos ambientalmente. A dissonância cognitiva é a racionalização dos conflitos e as contradições são proibidas e elas são parte das representações sociais.

De acordo com Peluso (1999), a propriedade de uma casa é um elemento importante para territorializar o distanciamento desejado pelo sujeito que desliza em direção às classes inferiores, até pela própria maneira como foi imposta aos trabalhadores. Mas os moradores dos loteamentos recusam o deslizamento, racionalizando a tranquilidade e a ausência de marginalidade.

Portanto, o significado da casa própria é impregnado de uma ideologia de dominação e legitimação de uma ordem que induz a ideia de respeito, autoridade, obediência às leis e às regras, assim como honestidade e confiabilidade. Pois, a ideologia da casa própria, segundo Peluso (1999), tem suas raízes em um contexto histórico da crise da habitação para a população de baixa renda marcada pela industrialização e acelerada urbanização.

*“Aqui não tem aquele tumulto, de gente tumultuada, igual nos outros bairros têm. Eu queria que Águas Lindas tivessem mais indústrias, mais oportunidade, pra gente não ter que sair daqui pra ir fazer nada fora de Águas Lindas, mais mercado essas coisas”.* (Participante 30).

*“E pra nos pegar ônibus pra ir por DF nos pegamos qualquer um. Agora quando o prefeito entrar que ele olhe pro povo daqui. E que ele coloque asfalto nas ruas para passar a poeira, o esgoto, colégio e saúde, um hospital, um posto de saúde que tenha médico, porque*

*aqui no Guairá (Bairro) tem um postinho de saúde, mas não tem médico, então não adianta”.* (Participante 1).

Contudo, os moradores não pensam em se mudar do loteamento, a não ser que tenham condições de adquirir outro lote, outra casa, porque para sair daqui e morar de aluguel não compensa e não conseguirão, a não ser que as oportunidades de emprego e as condições financeiras venham a melhorar.

*“Eu não penso em me mudar daqui, mas tem pessoas que foram embora daqui e dizem que pra lá é bom, uns foram para Ceilândia. No começo todos falam que é bom, mas depois todo mundo começa a voltar de novo por causa um pouco do costume, outro pouco é a maneira da sobrevivência no outro lugar, às vezes, é o emprego e a moradia acaba influenciando muito na vida do ser humano”.* (Participante 26).

Outros moradores reconhecem:

*“Conheço pessoas que mudaram daqui, mas voltaram. Pra ser sincero sair de Águas Lindas pra não voltar você tem que ir pra sua casa própria, porque se sair de Águas Lindas pensando que vai se dá bem lá pagando aluguel volta”.* (Participante 25).

Ao mesmo tempo, manifesta o desejo, o sonho de morar em outro lugar.

*“Mas eu pretendo me mudar de Águas Lindas estamos planejando, mas, não sei por que tem pessoas que moram há tanto tempo e são doidas pra sair daqui e não conseguem, porque aqui você consegue comprar, mas vender você não consegue.”* (Participante 3).

Para isso, os moradores objetivam a representação da moradia nas condições financeiras como primeira e fundamental para se morar. Portanto, a morada retrata as condições dos moradores, suas limitações, seus sonhos e desejos alcançados.

*“Você não tem um futuro, aquela coisa assim sem segurança nenhuma. Porque a primeira coisa que você precisa ter pra morar é um dinheiro, porque se você não tiver sua moradia você tem que pagar um aluguel, então, primeiramente o que influi em tudo isso é o emprego, é a primeira coisa, a base do ser humano é o emprego”* (Participante 26).

Para Munford (2004), morar é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Entretanto, para os moradores, que vivem a situação de Águas Lindas, para morar é preciso ter dinheiro, ou seja, hoje se vive numa sociedade em que o dinheiro determina as regras do jogo. Observa-se que a primeira necessidade básica para os moradores é o emprego. Isto revela a condição da sociedade capitalista. Os moradores assimilaram um modo de morar que são exigidos pela

sociedade capitalista, eles reconhecem que podem morar na rua, mas a rua é o pior lugar para eles.

*“Mas tem gente que vive sem moradia eu consigo imaginar como vive essas pessoas é muito ruim, como aquelas pessoas que vivem nos viadutos, ali não têm moradia, eu acho que ali é muito doido muito triste, você pensar na vida, sem você saber como o amanhã vai ser”* (Participante 26).

Na realidade, os moradores ancoram, ou seja, transformam o desconhecido em conhecido, no caso o desconhecido é morar na rua. Morar no loteamento no que é “bom” e, ao mesmo tempo, é “ruim”, porque existem as demandas do loteamento. O loteamento inseriu o morador diante de uma situação de difícil solução em que se sente impotente frente ao momento que moravam no Distrito Federal, um passado próximo, presente e vivido. Porém, racionalizam quando afirmam que existem situações piores, mais angustiantes, como os que moram na rua. Na realidade, os moradores se situam numa posição em que não moram no melhor lugar, que para eles seria o Distrito Federal, mas também não moram no pior lugar, no caso a rua, então, moram no loteamento em Águas Lindas.

Outra representação é a maneira como as pessoas vivem.

*“Agora depende muito das pessoas de como elas vivem, eu não teria coragem de indicar Águas Lindas pras pessoas morarem porque não sei como vivem. Eu gosto daqui, mas não indicaria, porque eu não sei se alguém que eu indicar iria gostar”* (Participante 2).

Os moradores ancoram porque trazem suas casas imaginadas, o modo de vida e objetivam porque racionalizam o lugar para poderem viver nele. No entanto, os moradores consideram sua moradia própria, mas almejam uma situação estável, o que não é possível porque o lugar é embargado pelo IBAMA.

## **2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA NATUREZA**

As representações sociais da natureza são discutidas com base nos contextos elementares disponibilizados pelo ALCESTE. Assim mantém-se um campo consensual das representações que foram organizadas com base nas narrativas dos moradores.

No momento em que os entrevistados narram a natureza eles fornecem uma definição pessoal, logo se percebe uma unidade dentro do grupo. Os moradores, quando pensam sobre o que é a natureza, muitos conceitos surgem, mas se elaboram algumas ideias e quase todos possuem uma representação que distingue a natureza na perspectiva do senso comum como Carvalho (1991) apresenta. Isto é, os moradores separam a natureza artificial e a natural. A natureza para os moradores é:

*“Numa natureza como aquela água ali, com córregos bonitos, com água corrente é muito bonita. Tem mata fechada pra lá também é muito bonito também. Aqui a única paisagem bonita que tem é aquela ali próxima da barragem que tem aquela mata lá. É bom morar aqui próximo da água”* (Participante 30).

Os moradores distinguem dentro de uma natureza artificializada, humanizada, o que é natural. O que chama atenção é a construção de uma realidade compartilhada pelos sujeitos sociais, segundo Berger & Luckmann (1985), que se incluem dentro dessa natureza, manifesta sensibilidade, harmonia entre si e o ambiente. Assim, demonstra o morador:

*“Pra mim o que me sinto bem aqui é os morros que tem aqui, muitas plantas, tem rios que passa ali embaixo e a área verde que gosto, muito verde. Pelo menos, aqui tem uma natureza bonita, porque eu gostei desse loteamento, porque fica perto da barragem, já pra lá eu não vejo”* (Participante 9).

Porém, pensam e relatam a situação dos que se beneficiam mais da água, da barragem. De acordo com Jodelet (1989), os seres humanos respondem ao seu ambiente como é percebido e interpretado através de experiências e conhecimentos filtrados pelos sentidos, como é armazenada e como é aceita, usada e representada.

Assim, os moradores demonstram um sentimento de exclusão, de abandono, de descaso, pois se sentem excluídos das benesses da natureza.

*“O lago pra nós aqui não é muito importante não, não faz muita importância não. Lá pro DF sim, porque abastece o DF. Aqui não pode morar é uma área de natureza preservada”* (Participante 30).

Ao mesmo tempo em que reconhecem o quanto a natureza é importante, boa, saudável e bela, já mudam de ideia quando consideram que quem mais se beneficia são os outros. Não conseguem visualizar as benesses da natureza quando pensam, precisamente, nos que concretamente se beneficiam da água. Nesse momento, é como se a natureza deixasse de ser importante para eles. Mais uma vez, a representação que sobressai é a que é visível e útil.

Portanto, ao mesmo tempo que afirmam que é bom, também manifestam insensibilidade quando se vêem excluídos do que eles chamam de natureza. Pois, apesar da barragem se tratar de uma natureza artificializada, eles a vêem como natural. Reforça o morador:

*“Morar aqui perto da barragem é bom, porque eu acho que o ar fica mais fresco, tem uma vista muito bonita ali pra baixo, às vezes quer tomar um baiozinho ali vai lá e volta se for por esse lado. Aí é isso”* (Participante 26).

Proliferam nos relatos sobre a chegada em Águas Lindas, como se admiraram com a visão do lago, e quase sem exceção, se espantaram com o “mato”, “ermo” nas cercanias do loteamento. Muitos moradores relatam descrições de paisagens naturais.

*“Uma paisagem natural tem um jardim bonito, flores, árvores, água. Eu acho que a barragem é muito bonita, ela é uma paisagem natural daqui. Lá tem muitas árvores é o único lugar assim bonito. Tem a CAESB, lá tem bastantes árvores. Morar aqui perto da barragem é bom”* (Participante 15).

Para os moradores na natureza ou na paisagem natural existindo pelo menos um elemento natural como a água, pois a barragem é uma paisagem artificial, mas o fato da presença de água do rio, para os moradores é suficiente para se referirem a uma natureza, a uma paisagem natural. No entanto, afirmam que:

*“Olha aqui pra você ver uma natureza bonita da janela do meu quarto vem ver. Essa aqui é uma natureza bonita que vejo daqui da janela do meu quarto a barragem com muita água e árvores.”* (Participante 3).

Além disso, os moradores incluem um aspecto visual para definirem a natureza.

*“Uma natureza é isso aqui que estou vendo cheio de mato, cheio de morro e a gente olhando assim a visão perde de vista. Esses morros isso pra mim é natureza”.* (Participante 8).

Da mesma maneira, outros moradores se referem:

*“A nossa vista aqui é bonita a gente avista a cidade do DF todinha, Ceilândia por ali, a barragem, aquela água ai, inclusive aqui é bem mais fresco do que lá no DF.”* (Participante 11).

*“Essa barragem ai é bonita, é natureza. Eu gosto de ficar olhando, vou pra li e fico. É bonito pra ver, aguou as plantas, gosto de cuidar das plantas, eu planto uma hortinha.”* (Participante 24).

Não somente a barragem é inserida numa paisagem natural ou natureza, mas também outros elementos que para os moradores compõem a paisagem, como praças, jardins, plantação e hortas.

*“Na natureza tem que ter muitas árvores, uma praça assim com muitas árvores pra ficar um ambiente mais bonito. Eu acho que aqui tem uma natureza bonita, bem ali tem umas montanhas e de lá vem um vento tão bom assim, que tem aquela barragem todinha. É bonito aquele lugar.”* (Participante 13).

*“Tem muita plantação, tem manga, abacate, tem essas coisas, mas depende do local e da época, porque tem época que só ver poeira. E é bom morar aqui perto dessa natureza, é bom, é bom. Porque você olha pro lado e olha pro outro e você está vendo, você tem uma vista boa, tá vendo a água, tá vendo o mato.”* (Participante 10).

Chegam a comparar a natureza com uma cidade do interior.

*“Muitas plantas frutíferas é como se fosse uma cidade do interior. Veja que moramos aqui próximo da barragem, o que é bom e gosto no sentido de alívio, de curtir, de olhar pro horizonte e ver aquela água, aquela beleza.”* (Participante 4).

Portanto, a natureza para os moradores é a que transmite tranquilidade tanto sonora como visual e não necessariamente a que possui somente elementos que compõem a paisagem natural. Os entrevistados relacionam a tranquilidade com a presença da área de preservação da natureza quando dizem que:

*“A natureza é tipo, uma vista como essa que temos aqui. Você ver o lago é tipo assim, eu nem sei explicar direito, mas é uma paisagem natural porque tem o lago, tem uma área lá ambiental na beira do lago que é proibido entrar lá, ninguém pode pescar e caçar, então é uma área de preservação ali”.* (Participante 12).

Os moradores sabem que estão em uma área de preservação, no entanto falam da natureza como referências boas, agradáveis, porém reconhecem que existem outros problemas e pessoas que estão e podem interferir na natureza.

*“Porque a natureza é ter árvores demais que eu gosto, os rios, os córregos, ou seja, proteger a fauna e a flora, que é o mais importante. Agora veja bem, você olha pra lá aquele lago todo, está todo devastado você não vê uma árvore na beira do lago, isto quer dizer seca de nascente, se for abrir mais espaço pra lotes aqui aquilo ali vai acabar.”* (Participante 4).

E acrescentam, ainda, problemas do loteamento que podem interferir na natureza como a questão do lixo:

*“Jogam lixo. Agora aqui perto tem alguns lugares que fica com a natureza bonita, mas a maioria dos lugares não. A natureza aqui mesmo tem muito pouco porque olha aqui perto da barragem é muito bom você ver esses tipos ali, aquelas montanhas, aquela plantação, depois aquele campo e a água que forma a barragem”.* (Participante 2).

*“Aqui não, você vê um monte de lixo na rua, o pessoal não cuida, então vai acabar do jeito que está indo aí. Olha aqui na beira dessa água aqui tem umas matas”.* (Participante 5).

O ambiente que é considerado como sócio-físico, segundo Stokols (1982) *apud* Jodelet (1989), e o comportamento se desenvolve como sócio histórico de acordo com Proshansky (1978) *apud* Jodelet (1989). Portanto, os moradores relacionam a natureza com aspectos físicos, e o comportamento, pode-se dizer que é resultante de aspectos sócio históricos.

### **3. RUMO À CONQUISTA DA CASA PRÓPRIA: O LOTE - A PROPRIEDADE**

Um lugar para morar, ou seja, o lote é para os moradores a moradia, a qual considera:

*“A moradia é o esteio da pessoa, a base, onde você dorme, chora, rir, acorda, reclama é a base da família é a moradia.”* (Participante 21).

*“A moradia é onde a gente reside, é a casa da gente, é o abrigo da gente [...]”.* (Participante 19).

*“A moradia é um lar, como se diz o nosso lar aqui [...]”.* (Participante 20).

Dizer a respeito da moradia que é o “esteio”, “abrigo”, “lar” da vida é classificá-la com base no conteúdo da representação social. Com isso, os moradores ancoram as representações na moradia que adquiriram e que possuem. Outra, a objetivação é de que a moradia é infracionável, pois reconhecem como lugar de *dormir, chorar, rir, reclamar*, ou seja, o lugar da família que não pode sofrer interferência de outros, não pode ser dividido ao mesmo tempo com outras pessoas estranhas ao ambiente familiar.

Por isso, valorizam o lugar que moram e lutam para garantir sua posse, mesmo que isso tenha que acontecer entre parentes, amigos e ou governo. Como relata a moradora, a situação de seu finado marido.

*“Abandonou ele e a casa ficou no nome dele e do cunhado dele, depois ela (a ex-mulher) não queria vender a casa por causa não sei de que e ele estava sofrendo pagando aluguel e doente naquela Ceilândia velha lá, que lá só tem trem ruim”.* (Participante 16).

A questão toda é o lote, da mesma maneira que na pesquisa de Borges (2003), os moradores de Águas Lindas se referiam constantemente ao lote, símbolo das descrições de eventos que vivem e viveram como as dificuldades para construir, relata uma moradora.

*“Ai ele vinha final de semana, mas quem vinha na semana o IBAMA passava e não podia construir na semana, porque eles tomavam o material, mas, a gente conseguiu fazer um barraquinho aqui lá nos fundos, depois construímos essa casa e passamos pra cá. Morávamos na Ceilândia em 1993 e meu esposo vinha nos finais de semana, mas eu estava no Piauí, vim e tive meu filho mais novo e voltei pra lá”.* (Participante 1).

No mais das vezes, a construção dos barracos era realizada nos finais de semana, como modo a evitar a vigilância do IBAMA. Além disso, o relato da moradora indica o lote como lugar de evento, também chama a atenção para a maneira como as contendas foram narradas, isto é, tornadas histórias, e, nelas o lote é um elemento crucial na ordenação dos fatos passados.

Santos (2008) chama a atenção de que “o sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava [...]. Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra.” (SANTOS, 2008, p. 327-328). O que pode ser constatado nas narrativas dos moradores quase como constante, o fenômeno da mobilidade.

*“A família da minha mulher mora aqui há muito tempo, no loteamento e eu moro aqui também, o lote é próprio. A primeira vez que eu ouvir falar desse loteamento foi quando, [...] eu sou motorista, eu viajava da Bahia pra cá, aí foi que meu cunhado comprou um lote aqui, aí falou que aqui estava muito bom e tal, aí ele começou fez um (lote) barato e tal, aí eu vim pra cá, [...]”* (Participante 12).

O discurso de quem fala funciona como um trabalho de objetivação da vida para si mesmo ou “manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros” (MAUSS *apud* BORGES, 2003, p.130). No entanto, confirmam quando relatam:

*“Peguei a mudança dele lá de Brasília da Ceilândia e trouxe pra cá. Aí ele fez um barraco e trouxe, dei pra ele, aí eu fiquei mais lá na Bahia, aí está mais ou menos com um ano que eu mudei pra cá.”* (Participante 12).

O tempo de moradia no loteamento é uma ancoragem dos moradores, igualmente se justificam, e também se defendem com a construção de um espaço, que para os moradores representa a legitimação e consolidação de sua vivência de seu cotidiano.

*“Eu moro aqui há uns seis anos. Compramos o lote eu e meu marido que já faleceu e a gente foi construindo aos poucos. Antes de ele morrer a gente não tinha nada construído”.* (Participante 30).

*“Aí com dois anos nos pagamos o lote aqui. Compramos o lote e pagou e morando lá. Foi tranquilo. Os dois trabalhavam então não tinha dificuldade. Quando meu sogro resolveu vender a casa do setor O, pra ir pra expansão do setor O, eu fui morar de aluguel, com um ano morando de aluguel foi que construí aqui”.* (Participante 27).

*“Aqui tem uns quatro anos que moro, antes morávamos na frente de aluguel e aqui é próprio nosso, na realidade é uma área invadida pela família. Tem uns dez anos que moramos aqui, quando era fazenda quando surgiu aqui quando passou essas torres e derrubou essas casas foi quando foi embargado pelo IBAMA. Essas últimas torres aqui passaram a uns cinco ou seis anos”.* (Participante 20).

Os moradores confirmam uma situação paradoxal, qual seja: a de ter um lote que não se possui. Para eles, o fato de terem pago pelo lote é mais importante do que a própria documentação que reconhece a propriedade.

A moradia é, em suma, o porto seguro, e a sua aquisição representa uma das grandes conquistas dos moradores em adquirir a sua “casa própria”, é a concretização de um grande sonho. É uma das prioridades entre os principais objetivos que os moradores buscam em suas vidas. A moradia própria é a certeza de que em qualquer situação o espaço estará garantido.

A moradia é, antes de tudo, um problema político, pois para os moradores a falta de vontade para se propor soluções que de fato resolvam em definitivo o problema é visível no dia a dia da população. A moradia é essencial para que os moradores garantam a qualidade de vida preservada, pois a posse permite ter esperança em dias melhores.

Outra questão essencial, que as narrativas dos moradores revelam, é que, para cidade, é melhor novos loteamentos; porém, para os moradores, já não faz tanta diferença, porque para eles quem manda são os políticos, e acrescentam que a opinião deles não adianta. E ainda, manifestam o medo de remoção do lugar que moram, assim as narrativas dos moradores giram em torno de que outros loteamentos devem ser abertos, para que cresça a cidade, com isso acreditam que quanto mais pessoas morando eliminam-se a possibilidade de remoção.

*“Querer a gente não quer, porque feito assim, às vezes o lugar a gente não gosta, mas de qualquer forma na hora de tirar mesmo e arrumar todo mundo pra sair é obrigado a sair não tem outro meio.”* (Participante 20).

Ao mesmo tempo, afirmam que o grande problema são os novos loteamentos. Assim, os novos loteamentos servem tanto como motivo para que não ocorra a remoção do loteamento como o abjeto de tudo.

*“Na época eu até trabalhava no cemitério, porque eu fiz um concurso lá pro governo. Saiu uns lotes lá em Planaltina, mas eu mesmo não fui contemplado na época. Saiu pra classe nossa. Eu vim aqui em noventa e sete ou noventa e oito, aí eu corri do aluguel lá e tentei comprar aqui, mas não deu certo, aí minha irmã ficou”.* (Participante 14).

Os laços familiares e os anos que moram no loteamento são objetivações. A ilegalidade dos loteamentos tem como um dos elementos determinantes o tempo de moradia, pois é sempre o outro, o que chega depois, o que mora por pouco tempo o problema. Da mesma maneira objetivam os laços familiares.

*“Ai meu irmão trouxe minha mãe, ela morou um pouco em Taguatinga e depois que conseguiu um dinheirinho foi que comprou esse lote lá na Morada da Serra e levou minha mãe, minha mãe doente ai eu fui pra lá agora não lembrou os anos não”.* (Participante 16).

*“Ai através de uma irmã minha que comprou aqui e veio morar aqui foi que ela falou que tinha vários lotes aqui pra vender ai à gente veio aqui e gostou, ai nos compramos aqui”.* (Participante 9).

As representações sociais que os moradores constroem sobre a moradia relacionam-se às suas práticas sócio-espaciais, isto é, moram porque têm direitos garantidos pelo tempo, pelos anos em que moram no loteamento, pelo pagamento que efetuaram ao loteador. Justificam-se diante do tempo de moradia e de sua realidade social. Assim, racionalizam os envolvidos na ocupação da APA do Descoberto.

Ressalte-se que os moradores indicaram a situação de sua residência atual própria, mas no discurso das entrevistas afirmam que o loteamento se encontra embargado e que não pagam Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Afirmam também que foram orientados por técnicos do IBAMA a não continuarem pagando as prestações até que a situação se resolva:

*Compramos esse lote aqui. Aliás, aqui está embargado devido a Furnas e o IBAMA também embargou isso aqui. Por causa da água que é muito próximo daqui. E aqui nós paramos de pagar, a maioria de nós, que mora aqui embaixo não paga mais, porque o IBAMA disse que não é para pagar mais enquanto não resolver esse problema, se vão tirar nós daqui ou como vamos ficar. Aí todo mundo parou de pagar. E é assim”. (Participante 1).*

Portanto, os moradores reconhecem a situação em que vivem e manifestam suas representações diante do contexto que convivem e idealizam sonhos, aspirações, desejos de melhorias tanto na sua vida, quanto para o loteamento e a cidade.

#### **4. MEMÓRIAS DA MORADIA E DA NATUREZA**

As memórias da moradia e da natureza são uma referência de vida, o conhecido desde a infância que, para a maioria dos moradores, é um referencial emocional que torna inteligível e reconhecível o presente. Os “lugares da memória” são identitários e históricos, de acordo com Augé *apud* Peluso (1998), são as casas dos pais.

A origem urbana da maioria dos moradores não deve fazer esquecer, também, que a maioria dos pais era de origem rural. Mesmo aqueles que se declararam vindos da cidade reconhecem uma infância na roça. Os nascidos em Brasília são as únicas exceções.

As memórias da casa dos pais dizem respeito às suas condições de existência, à vida passada com os pais, à relação espaço e natureza, ao modo de vida e que possui uns atributos rurais desabonado, indicativos de pobreza. Porém, o afeto torna a memória da casa um lugar grande e bom:

*“Todas as lembranças boas são de lá, porque é onde você nasce, cresce, você tem sua infância, onde você estuda seu colégio, não tem como você nunca comparar você cresce, você vira adulto aí já é coisa que você tem de ter responsabilidade”. (Participante 26).*

As lembranças dos moradores revelam as dificuldades da vida passada, mas guardam lembranças boas, agradáveis e reafirmam uma situação almejada no momento, afirmam que a casa, o espaço em que viveram, era própria.

*“Aí, minha mãe morava em outra cidade, quando eu queria passar o final de semana com minha mãe eu ia, quando não ficava em Goiânia na casa das minhas tias. Meus pais tinham casa própria na cidade do interior. Lá era uma casinha pequenininha não tinha nem*

*cimento no chão era assim um quintal bem grande cheio de planta, minha mãe gostava de plantar, criava as galinhas dela, a área era própria.”* (Participante 17).

Da mesma maneira, outras narrativas expressam tanto as dificuldades, como as lembranças boas.

*“Levou muito tempo, trabalhava pra tratar de nos, comia farinha com rapadura na viagem, quando não tinha o que comer. Saiu de Irecê, minha mãe morreu e nos viemos à pé, andando meu pai e cinco filhos à pé de Irecê até Formosa de Formosa fomos para Itapemirim ele pegou a gente e trouxe pra Itapemirim deu casinha pra gente morar, ele acabou de nos criar.”* (Participante 24).

A superação de tantas dificuldades tende a ser expressa em função da “luta” dos moradores, apesar das lutas cotidianas, pequenas vitórias se sucedem melhorias que são implementadas e o futuro será melhor do que o passado.

*“Eu morava com meus pais em Tocantins do Goiás antes de vir pra Ceilândia eu era muito criança ainda. Eu gostava muito de lá, a casa era muito boa. Mas era muita coisa sofrida também era aqui no Goiás. Era casa própria, casinha de barro tinha roça, tampada de palha. É uma lembrança muito engraçada.”* (Participante 8).

Os moradores reconhecem que a moradia é uma herança do modo de vida que assimilaram quando viveram com os pais. Assim falam que:

*“Eu sempre morei em casa, em casas grandes, eu nasci em fazenda e até hoje meus pais tem fazenda, então é uma coisa hereditária, é comum na família todo mundo morar em casas grandes, ninguém mora em apartamento”.* (Participante 23).

A história das moradias anteriores, repensada como narrativa, evidencia tanto o modo de vida que os moradores valorizam, almejam e desejam enquanto situação de vida e como condições de possibilidade da produção de moradia, quantos outros sentidos, atribuídos ao mesmo fato, isto é, a moradia torna-se hoje a história da passagem do “aluguel” para a “casa própria”.

A visão dos moradores sobre a natureza quando rememoram o ambiente em que viveram é basicamente de uma natureza como algo intocável e insere a mesma distante de si. Assim, narram os moradores:

*“Lá tinha gado, criava gado, criava porco, muita galinha, plantava muito, muito feijão, arroz, tinha muita fartura de tudo, tinha muita manga, a gente fazia tapioca, meu pai ia tirar o leite e a mamãe ia fazer tapioca, era bom demais, oh!...”* (Participante 11).

Portanto, para os moradores a natureza é como um ambiente de fazenda e roça em que vivera.

*“Era assim um quintal bem grande cheio de planta, minha mãe gostava de planta, criava as galinhas dela, a área era própria.”* (Participante 17).

*“A gente morava no Paraná meu pai tocava roça de café dos outros meeiros e a gente morou muito tempo assim trabalhando em roça de café o que colhia metade era do padrão e metade da gente.”* (Participante 26).

As lembranças da natureza sempre são narradas com eventos que rememora o ambiente que viveram com os pais, os familiares. Não relacionam uma distinção da natureza artificial da natural, mas da que fez parte de suas vidas, sejam elas roça ou cidade do interior.

*“Eram seis pessoas na casa. Faz tanto tempo, lá era uma cidadezinha tão pequena quase não tinha nada nesse tempo lá à gente só estudava, ia lá pra roça onde meu pai tinha a horta.”* (Participante 13).

*“Lá era interior, era roça. Meu pai tem uma fazendinha. Eu gostava de tudo. Lá não tinha nada que eu não gostava, eu gostava de tudo lá, lá era só mato, águas, aves, criavam porcos, galinhas.”* (Participante 10).

As representações sociais deixam de ser o que se fala para se converter naquilo de que se fala, no entanto, sociedade e natureza possuem uma única história, porque a relação entre ela e o homem não se dá de forma abstrata, mas concreta, é a partir da transformação do natural, que essa sociedade passou a produzir sua própria existência, intermediada pelo processo do trabalho.

## **5. MORADIA E NATUREZA A SUPERAÇÃO DA DUALIDADE**

Os moradores justificam a ocupação de áreas ambientalmente protegidas com moradias porque lá era mato e mato é para ser derrubado e substituído pelas coisas boas, como: casas, lojas, asfalto, e outros. É como se justificam. E outra, eles buscam sempre

retornar a um ambiente de moradia que rememora a casa dos pais. Esta ancoragem já é uma maneira de racionalizar a dissonância cognitiva.

Outra racionalização é que a ação dos moradores não foi isolada. Para eles os maiores responsáveis pela situação são os donos das chácaras, as imobiliárias e o próprio governo local que permitiram o loteamento das áreas ambientais, como afirma uma moradora:

*“Não fomos nós que loteamos, foi o dono da chacara, ele mora logo ali”*. (Participante 6, Estudo exploratório).

Com isso, “[...] o indivíduo esforça-se por realizar um estado de coerência consigo mesmo. A tendência de suas opiniões e atitudes, por exemplo, é para existirem em grupos internamente coerentes (FESTINGER, 1975, p.11).” No conflito estabelecido entre a moradia e a natureza, a população esforça-se por realizar um estado de coerência consigo mesma. Portanto, a tendência de suas opiniões e atitudes é para existirem no grupo em que estão inseridas. Para o autor, a dissonância é “a existência de relações discordantes entre cognições, é um fator motivante *per se*. Pelo termo cognição [...] entendo qualquer conhecimento, opinião ou convicção sobre o meio ambiente, sobre nós próprios ou o nosso comportamento (FESTINGER, 1975, p.13).”

No conflito em estudo, ou seja, a população de baixa renda mora em uma área de preservação, em que deveria prevalecer à proteção do ambiente, mas os moradores são capazes de pensar que a natureza deva ser preservada, porém não gostariam de ser removidos para outros locais. Eles não se vêem ameaçados à natureza. Portanto, quando tais incongruências ocorrem,

estas podem ser muito notórias e até dramáticas, mas se captam o nosso interesse é, sobretudo, porque se situam em acentuado contraste com um fundo de coerência. Continua a ser irrefragavelmente verdadeiro, apesar de tudo, que as opiniões ou atitudes afins tendem a manter-se coerentes entre si (FESTINGER, 1975, p.11).

Uma pessoa pode saber que mora em um local cujo uso do terreno tem outra destinação e, no entanto continuar morando. O que ocorre é que as pessoas fazem uma tentativa para racionalizar sua ocupação irregular. Assim, a pessoa que mora em local destinado à proteção da natureza, sabendo que isso é ilegal, racionaliza para escapar da dissonância e da incoerência que: a) precisa morar e não tem dinheiro para adquirir outra casa; b) a prefeitura sabe que está morando neste local há anos, mas nunca fez nada. Por que agora haveria de tirá-los do local? c) tem muitos filhos e não pode ficar na rua; d) o Estado tem obrigação de ajudá-

los na moradia, pois pagam imposto como qualquer outra pessoa, inclusive IPTU. Têm luz em casa fornecida pelas Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG), têm água encanada, por sistema de poços, fornecida pela SANEAGO. Porém, não têm esgoto, asfalto, escola próximo, posto de saúde, praça, ponto de ônibus, este inclusive nem entra no loteamento. Sorte de estar próximo da BR 070. E qualquer ônibus serve para ir para o DF.

“Assim, continuar a morar aqui é coerente com as ideias sobre” (FESTINGER, 1975, p.12) a moradia e a natureza porque a “redução da dissonância é um processo básico nos seres humanos [...] (FESTINGER, 1975, p.13).” A dissonância poderá ser reduzida se:

mudar a sua cognição sobre o seu comportamento modificado as suas ações [...]. Ela poderá mudar os seus ‘conhecimentos’ sobre [...]. Se conseguir mudar o seu conhecimento de uma ou outra dessas maneiras, terá reduzido, ou mesmo eliminado, a dissonância entre o que faz e o que sabe. (FESTINGER, 1975, p.15).

O ponto importante é que existe pressão para que se produzam coerências entre o que pensam e suas ações para que se evite ou reduza a dissonância, assim continuam morando porque reduzem a dissonância e justificam para si e os outros os motivos que a fazem continuar a morar no local. Isto é, o local tem um valor de uso. Portanto, além de saírem do aluguel e adquirirem um lote próprio, ou seja, sua propriedade, as lembranças passadas guardam representações da natureza e da moradia que são, de certa maneira, trazidas ao presente como algo bom.

Premidos entre um presente problemático e um futuro esperado, entre uma natureza distante e o desejo de retorno ao passado, o morador de Águas Lindas reconhece a natureza como qualidade de vida, mas sua preocupação é com sua vida de faltas diárias e degradação social e ambiental.

Pode-se aferir que a questão da moradia em áreas de preservação ambiental só se tornará “uma preocupação para as autoridades quando os problemas aí acumulados ultrapassarem suas fronteiras, quando a relação custo-benefício se inverter” (RIBEIRO, 1985, p. 68), isto é, quando se chegar à conclusão de que os loteamentos na APA dão mais custos do que proporcionam benefícios. Assim, se tornará ‘visível’ a questão dos loteamentos na APA.

O agravamento da situação dos loteamentos em APA e das condições de vida de seus moradores pouco mobiliza a atenção do Estado. A intervenção, quando vir a acontecer, terá, assim como Ribeiro (1985), ressalta no seu estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro:

Um caráter paliativo do que uma solução para o problema, na medida em que o Estado procura apenas compatibilizar as necessidades da população com os interesses da classe dominante, principalmente os ligados ao setor imobiliário. Como a compatibilidade de interesses é contraditória, os interesses a serem preservados serão os do capital, deixando ao trabalho um legado de exploração e miséria (RIBEIRO, 1985, p. 68).

Como afirma uma moradora:

*“Porque a gente sem moradia e saúde não somos nada, porque dinheiro é muita coisa, mas se você tiver saúde, moradia e tiver moral. A moral da pessoa é muito importante também, porque sem moral você não consegue morar em lugar nenhum do mundo.”*  
(Participante 17, estudo final).

Assim, os moradores racionalizam a moradia e a natureza para poderem morar e não viverem num conflito em que sejam os responsáveis e sim o outro, que podem ser os novos moradores de loteamentos recentemente abertos, do governo, da prefeitura, dos loteadores e as imobiliárias.

## CONCLUSÃO

Uma das principais contribuições geográficas é entender o espaço que, para Milton Santos, é um sistema indissociável de objetos e ações: é no espaço usado que são visíveis tanto os objetos como as ações. Assim, evidencia-se as representações sociais da moradia e da natureza em que a complexidade dos processos de ocupação em áreas protegidas leva a pensar o espaço urbano em sua totalidade.

A complexidade que envolve o espaço urbano é resultante das representações sociais de seus moradores da maneira em que vêem os fenômenos, que interiorizam as normas, que respondem aos estímulos externos. Assim, são produzidos comportamentos que cristalizam significações e formas simbólicas.

No entanto, a ideia de natureza e moradia na teoria das representações sociais é apresentada como decorrência da elaboração simbólica e subjetiva dos indivíduos. Assim, entender o espaço urbano no âmbito das representações sociais é resgatar a ideia de que o espaço é social, de que o espaço urbano é produzido socialmente, fruto de intencionalidades de seus diversos agentes produtores.

No caso em estudo, os moradores se vêem diante de uma situação conflitante quando reconhecem que a natureza deva ser preservada, porém precisam morar. Com isso, os moradores se esforçam para racionalizarem suas razões e justificam as suas necessidades de morar. Os moradores se situam numa posição de necessidades e carências, mas que seriam incapazes de agredir a natureza, pois quando se vêem integrados ao ambiente ou à natureza sentem-se numa posição necessária para a preservação, porém quando questionados diante da lei, da proibição, suas posições são de defesa e agressão ao ambiente ou à natureza.

Nesse sentido, embora a carência e a ilegalidade sejam visíveis no processo de loteamento, os moradores se igualam como consumidores que se endividam à longo prazo para terem acesso ao mercado de moradia.

As representações sociais estão baseadas na vivência do espaço – loteamento, cidade – e nos aspectos negativos, como insegurança, violência, abandono, assim como nos laços afetivos que têm com a natureza, com as lembranças da casa dos pais. Assim, considera-se, com base no estudo final, que a estrutura das representações sociais da moradia e da natureza é fundamentada nas ideologias do “ter” e do “poder” e não na do “bem-estar”.

Isto é, a representação que permeia os discursos dos moradores é ancorada na propriedade. Para os moradores a moradia é confundida com a propriedade do lote. Morar é “ter” um lote independente das condições do loteamento, mesmo que reconheçam a situação precária do loteamento, o que prevalece é a objetivação, a racionalização do morar que é se livrar de despesas financeiras, como o aluguel, e da tranquilidade que morar pode causar quando não estão trabalhando, pois pelo menos têm para onde ir e ficar.

Os moradores entendem que o produtor da ilegalidade é o agente econômico, como o loteador e o Estado como responsável pela ilegalidade por sua omissão. Os moradores ancoram suas representações em seu contexto histórico, político e econômico a partir dos quais formulam suas explicações que dão ao desenvolvimento do loteamento, assim como dão maior importância em seu discurso aos aspectos que expressam os problemas urbanos que se deparam diariamente.

Da mesma maneira que De Alba (2006), pode-se afirmar que as representações sociais elaboradas não refletem apenas nas práticas individuais ou coletivas dos moradores, mas também nas decisões de inversão público e privado.

Uma representação encontrada proveio do local da moradia como de fundamental importância para a manutenção da propriedade e a representação da natureza enquanto ambiente que viveram e vivem. As representações elaboradas podem contribuir e justificar a manutenção da periferia enquanto local de moradia para a população de baixa renda. Atualmente, o loteamento em estudo apresenta uma população que vive em condições difíceis, mas idealizam situações melhores. Pois conhecem o que é bom, quando trabalham, estudam, procuram serviços públicos no Distrito Federal, portanto não vivem isolados e sabem o que lhes faltam enquanto carências diárias.

São exatamente as contradições e a heterogeneidade de posições encontradas neste estudo que fazem lembrar as características das representações, que podem ser ao mesmo tempo estáveis e móveis; rígidas e flexíveis; consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças individuais.

Por certo que, em meio às transformações sociais que acontecem cotidianamente, existem moradores que valorizam mais o loteamento, enquanto que outros tantos se afastam do convívio, pois, aos poucos, vão perdendo o interesse pelo loteamento, principalmente quando não vêem mudanças no loteamento. Em contrapartida, existem outros que são indiferentes à situação do loteamento, mas que fazem parte desta comunidade,

compartilhando e participando dos mesmos serviços, das mesmas demandas. É este o palco privilegiado dos fenômenos da assimilação e da identificação nos processos constantes na história de vida dos moradores.

Portanto, as representações sociais correspondem às necessidades oriundas da maneira como os moradores vêem política, econômica, social e culturalmente as situações que vivem. É possível então, compreender, por meio das representações esboçadas, que a moradia e a natureza estão em fase de transição entre um momento no qual se identificavam quando moravam com os pais, para a atual situação que vivem, justificando, assim, a moradia que podem adquirir. A Ancoragem se dá porque os moradores trazem suas casas anteriores e as imaginadas e a objetivação porque racionalizam o lugar para poder viver nele.

As Representações Sociais se situam na interface da realidade subjetiva e objetiva ao mesmo tempo. Os moradores partem de uma necessidade de moradia e são motivados internamente por experiências e memórias anteriores, e por já terem vivido dentro de uma casa, e de já terem possuído um teto. É isso que os mobilizam a aceitar a questão da ilegalidade, legitimando-a na medida em que são sujeitos que têm direito de morar em algum lugar. Portanto, são sujeitos que reconhecem a ilegalidade, mas a justificam diante do direito da moradia.

Os moradores só são reconhecidos como sujeitos quando invadem, porque o Estado vê a sociedade através do Espaço. O que a sociedade está fazendo, enquanto estão discutindo e a questão da ilegalidade fica na subjetividade e não se transforma em espaço o Estado não vê, não são sujeitos. Então, quando se espacializa é que são reconhecidos como sujeitos.

Assim, diante do estudo, a contribuição para a Geografia é os novos caminhos que podem ser abertos com a interdisciplinaridade. Acredito que a pesquisa possa levar a novas discussões quanto à questão do conflito sócio-ambiental, sobretudo, com ênfase na situação dos moradores de baixa renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.M.O. **A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos.** Ser Social, 9, 2001. pp. 129-158.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador.** Brasília: Solo, 1994.

BORGES, Antonádia. **O lote.** In: Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Pp. 127-151, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1997.

BRASIL, **Decreto nº 88.940, de 07 de novembro de 1983.** IBAMA.

BRASIL, **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001,** que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

CAMARGO, Brígido Vizeu. **ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais.** In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (org). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.* João Pessoa: UFPB. Editora Universitária, Pp 511-539, 2005.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Meio ambiente e moradia: Discutindo o déficit habitacional a partir do caso da região metropolitana do Rio de Janeiro.** XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro Nacional da ABEP, 1998, Pp 1671-1703.

CARVALHO, Marcos de. **Que e natureza(o)**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª edição. São Paulo. Ática, 2005.

\_\_\_\_\_, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. Editora ática, 2003.

DE ALBA, Martha. **El método Alceste y su aplicación al estudio de las representaciones Sociales del espacio urbano: el caso de la ciudad de México**. In: Papers on social representations, vol. 13, pages 1.1-1.20. *disponible* <<http://www.psr.jku.at/>>. 2004.

\_\_\_\_\_, Martha. **Esperiencia urbana e imágenes colectivas**. In: Estudios Demográficos y urbanos, vol. 21, n. 3 (63), pp.663-700, 2006.

DOISE, Willem. **Atitudes e representações**. In: JODELET, Denise (org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.187-204, 1984/2001.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Zahar editores. Rio de Janeiro. 1975.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George (Editores). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás**. Lei municipal nº. 341/02, Águas Lindas de Goiás – GO, 2002.

JODELET, Denise. **Las representaciones Sociales del medio ambiente**. In: Ponencias presentadas em las II Jornadas de Psicologia Ambiental, Mallorca. Pp.29-44. (1989).

\_\_\_\_\_, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, W. Martin. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George (Editores). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KRONBERGER, Nicole; BAUER, WAGNER, Wolfgang. **Palavras-chave em contexto: Análise estatística de textos**. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George (Editores).

Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LAGO, Lucia Corrêa do. **Favela-loteamento: reconceituando os termos**. Cadernos metrópole, n.9, pp. 119-133, 1º sem. 2003. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93:lago1&catid=35:anpur2003&Itemid=82&lang=en](http://web.observatoriodasmetrololes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=93:lago1&catid=35:anpur2003&Itemid=82&lang=en)> acessado em Fevereiro de 2009.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (coleção primeiros passos; 48).

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1978.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. 4ª ed. 1998, São Paulo: Martins Fontes, 2ª tiragem, 2004.

NOBREGA, M. D. S. ; PELUSO, M. L. **A moradia no processo de segregação sócio-espacial do entorno do Distrito Federal: o caso de Águas Lindas de Goiás**. In: XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos: O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008, São Paulo. XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos: O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008.

PAVIANI, Aldo. **Urbanização e Metrolização: A gestão dos conflitos em Brasília**. Editora UnB/CODEPLAN: Brasília, 1987.

PELUSO, Marília Luíza. **As representações sociais e a construção do espaço geográfico: teorias e práticas científicas**. In: V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 2007, Brasília.

\_\_\_\_\_, Marília Luíza. **O Papel das representações sociais do “comprar a casa” na identificação dos problemas habitacionais**. In: PAVIANI, Aldo (org). Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_, Marília Luíza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF**. Tese de doutorado (Programa de psicologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, mimeo.

\_\_\_\_\_, Marília Luiza. **Contradições e conflitos no espaço das classes: centro versus periferia.** In: PAVIANI, Aldo. Urbanização e metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília. Editora UnB/CODEPLAN: Brasília, 1987.

PENNA, Nelba Azevedo. **Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições.** In: PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, L. A. de C. (orgs). Brasília: controvérsias ambientais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p 57-73.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. Os homossexuais em busca de visibilidade social. 2005. P 266. Tese de doutorado – Universidade de Brasília. 2005.

RIBEIRO, Luís César de Queirós. PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia.** São Paulo: Nova Cultural. Brasiliense, 1985.

ROCHA NETO, J. M. ; MENON, F. G. S. ; NÓBREGA, M. D. S. ; LIMA, S. F. C. **Brasília e seu entorno: considerações sobre os desafios de metrópole emergente.** Revista Múltipla (UPIS), v. Vol 14, p. 103-117, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas cidades brasileiras.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ, C. P. de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria.** In: M. J. Spink (org). O conhecimento no cotidiano. São Paulo: Brasiliense. Pp. 19-45, 1993.

\_\_\_\_\_, C. P. **O campo de estudos das representações socais.** In: Sá, C. P. Núcleo central das representações socais. Petrópolis, RJ: Vozes, p.13-50, 1996.

\_\_\_\_\_, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ªed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, nobel, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopez. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_, Marcelo Lopez. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

VALLADARES, Licia do Prado (org). SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, et al. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980.

WADA, Satsuqui. **Percepção ambiental e realidade local em Águas Lindas – Goiás**. Brasília: Unb/IH/GEA, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia).

#### **Outras fontes:**

<[http://www.caesb.df.gov.br/Siagua2004/Sistemas\\_Producao/Sist\\_Int\\_Rio\\_Desco2.pdf](http://www.caesb.df.gov.br/Siagua2004/Sistemas_Producao/Sist_Int_Rio_Desco2.pdf)>, acessado em 30.08.07.

<<http://www.ibge.gov.br>>, acessado em 12.11.2007.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em maio de 2008.

<<http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/coletanea/lei9985.htm>> Lei nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Acesso em: 08 de Setembro de 2006.

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>> Acesso em: Abril de 2008.

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>> Acesso em: Abril de 2008.

**ANEXO A - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS  
ENTREVISTAS SEMIDIRIGIDAS - ESTUDO EXPLORATÓRIO  
MORADORES**

**a) Perfil do informante:**

1. Nome (ou como posso chamá-lo?):
2. Estado Civil:
3. Quantas pessoas moram no lote?
4. Quantas crianças (nº de filhos) e quantos adultos?
5. Quantos trabalham? (profissão):
6. Renda da família:
7. Quantos estudam? (Em que série):
8. Quais os motivos da vinda para Águas Lindas de Goiás-GO?
9. Há quantos anos você mora em Águas Lindas de Goiás-GO?
10. Quais as outras localidades em que você já morou antes de Águas Lindas?
11. Entre os filhos algum nasceu aqui?
12. Qual é o seu estado de origem?
13. Você pretende continuar morando aqui? Por quê?

**b) (objeto de estudo: os loteamentos)**

14. O imóvel que você reside é próprio, alugado ou outros?
15. Como se chama o bairro?
16. De quem você adquiriu o lote?
17. Foi fácil adquirir um lote aqui? Por quê?
18. Você indicaria Águas Lindas para outras pessoas como moradia? Por quê?
19. Você acha bom para a cidade os novos loteamentos que estão sendo abertos? Por quê?

**c) (Conteúdo – moradia)**

20. A moradia é importante para você? Porque sim? Porque não?
21. O que é moradia para você?
22. A sua casa é importante para você? Por quê?
23. A cidade de Águas Lindas é importante para você?
24. Você pretende se mudar de Águas Lindas?
25. Conhece pessoas que se mudaram de Águas Lindas? Para onde foram? Gostaram da mudança? Porque sim? Porque não?
26. De qual lugar você mais gosta em Águas Lindas? Por quê?
27. Você acha que Águas Lindas têm uma paisagem bonita? Onde?
28. Quais os aspectos positivos que você pode destacar da cidade?
29. Quais os aspectos negativos que você pode destacar?

**d) (Conteúdo – natureza)**

30. O que é natureza para você?
31. Você reconhece em Águas Lindas o que você descreveu? Onde?
32. Moram pessoas nesse lugar?
33. O Lago do Descoberto é importante para Águas Lindas de Goiás-GO? Por quê?
34. Você gosta de morar próximo a Barragem? Por quê?
35. Você sabe que está morando em uma APA (Área de Proteção Ambiental)? Explicar o que é APA.
36. Sabe que é proibido morar em APA?
37. Acha certo que pessoas morem em APAs?

## PROMOTORES IMOBILIÁRIOS

### **a) Perfil do informante:**

1. Nome:
2. Grau de instrução:
3. Idade:
4. Profissão:
5. Tempo de trabalho na área:
6. Tempo de trabalho em Águas Lindas de Goiás:

### **b) (objeto de estudo: os loteamentos)**

7. Em sua opinião, o que levou a desenvolver loteamentos em Águas Lindas?
8. Os lotes que você vende ficam em que Bairros ou áreas (localidade, se possível mostrar na planta)?
9. Qual a faixa de preços dos lotes?
10. Geralmente, como os compradores pagam?
11. Em sua opinião, você considera esse valor elevado ou baixo? Por quê?
12. Como é organizado o loteamento? (Ou) Como se estrutura o loteamento?
13. Qual a documentação necessária?
14. Em que áreas ou bairros é fácil vender lotes em Águas Lindas de Goiás-GO? Por quê?
15. Quais as áreas previstas para futuros loteamentos? (se possível mostrar na planta).
16. Você acha bom para a cidade os novos loteamentos que estão sendo abertos?

### **c) (Conteúdo – natureza)**

17. Quando da venda do lote os compradores fazem alguma exigência? Qual?
18. Tem algum comprador que especifica a área de compra?
19. Qual a área de preferência dos compradores?
20. A proximidade com o Lago do Descoberto é mencionada na compra?
21. Em sua opinião porque os compradores preferem a proximidade com o lago?
22. Você sabe que existe uma APA (Área de Proteção Ambiental) em Águas Lindas? O que você acha dessa APA?
23. O Lago do Descoberto é importante para Águas Lindas de Goiás-GO? Por quê?
24. Em sua opinião, qual a importância das áreas próximas a APA?
25. O que é natureza para você?

### **d) (Conteúdo: moradia)**

26. Você mora em Águas Lindas de Goiás? Onde?
27. Como você adquiriu seu lote?
28. Quais os motivos que fizeram você vir para Águas Lindas de Goiás-GO?
29. Há quantos anos você mora em Águas Lindas de Goiás-GO?
30. Antes de trabalhar em Águas Lindas de Goiás-GO, você trabalhava em outra localidade? Onde?
31. Você pretende continuar trabalhando aqui? Por quê?
32. A moradia é importante para você? Porque sim? Porque não?
33. O que é moradia para você?

## AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### **a) Perfil do informante:**

1. Nome:
2. Grau de instrução:
3. Idade:
4. Qual a sua função na prefeitura (ou secretária)?
5. Tempo de trabalho na área:
6. Tempo de trabalho em Águas Lindas de Goiás:

### **b) (objeto de estudo: os loteamentos)**

7. Quanto à estrutura fundiária de Águas Lindas, como está organizada?
8. Existem bairros irregulares?
9. Quantos? Onde se localizam?
10. O que a prefeitura tem feito para solucionar esse problema?
11. Existe resistência por parte da população?
12. E os vendedores de lotes oferecem algum problema? Como?
13. Você acha bom para a cidade os novos loteamentos que estão sendo abertos?

### **c) (Conteúdo – natureza)**

14. Quais os principais problemas enfrentados pela prefeitura (ou secretária) no que diz respeito à natureza (ambiente natural)?
15. Você sabe que existe uma APA (Área de Proteção Ambiental) em Águas Lindas? O que você acha dessa APA?
16. Quais os pontos positivos da existência da APA?
17. E os negativos?
18. Como a prefeitura (ou secretária) pretende solucionar a(s) situação(ões) descrita(s) nos pontos negativos?
19. O Lago do Descoberto é importante para Águas Lindas de Goiás-GO? Por quê?
20. Em sua opinião qual a importância das áreas próximas a APA?
21. Existem ações voltadas para a preservação da APA e da Barragem? Quais?
22. O que é natureza para você?

### **d) (Conteúdo: moradia)**

23. Você mora em Águas Lindas de Goiás?
24. Antes de trabalhar em Águas Lindas de Goiás-GO, você trabalhava em outra localidade? Onde?
25. Você pretende continuar trabalhando aqui? Por quê?
26. A moradia é importante para você? Porque sim? Porque não?
27. O que é moradia para você?

**ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS  
MORADORES**

<b>Perguntas</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Hipótese</b>	<b>Entrevista Narrativa (Tópico guias)</b>
1- Quais são as representações sociais da moradia e da natureza, partilhadas pelos envolvidos na ocupação irregular em Águas Lindas de Goiás?	Desvendar as representações sociais da moradia e da natureza expressas pelos moradores para compreender como se racionaliza o conflito sócio-ambiental em loteamentos de baixa renda do município de Águas Lindas de Goiás	a) compreender de que maneira as representações sociais estão relacionadas às práticas sócio-espaciais que resultam nos loteamentos ilegais;	Primeira hipótese considera-se que a prática da ilegalidade está relacionada às representações sociais que os agentes produtores do espaço de Águas Lindas constroem sobre a moradia e a natureza; Segunda hipótese considera-se que as representações sociais dirigem as práticas sócio-espaciais dos agentes; Terceira hipótese, os agentes justificam a prática da ilegalidade pela sua realidade social transformada em representação.	História da moradia (conversa descontraída sobre os vários lugares em que já residiu). “Poderia me contar sua História de aquisição da moradia atual.” “Poder-me-ia falar sobre as moradias anteriores.” “Diante de tudo que me falaste poderia dizer-me algo mais sobre a importância da moradia?” “Como você descreveria natureza do(s) local (is) que já morou e do local que mora atualmente?”
2- Como os problemas ambientais e urbanos contribuem para a construção dessas representações?		b) reconhecer como os problemas ambientais e urbanos contribuem para a construção das representações sociais da natureza e da moradia; e		“Você poderia me falar sobre as dificuldades que você viveu aqui desde o momento de sua chegada até hoje.”
3- De que maneira tais representações sociais estão relacionadas às práticas sócio-espaciais e às tentativas de gerir e planejar a cidade?		c) investigar de que modo as representações sociais dos moradores interferem nas tentativas de gerir e planejar a cidade.		“Na sua experiência, me fale dos novos loteamentos, o que você acha deles?”.
Fase conclusiva (Sugestões)	Você indicaria Águas Lindas para outras pessoas como moradia? Por quê? Você acha que o governo deveria impedir as ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental? Quais sugestões você daria ao governo? O que você faria se o governo o transferisse sua residência porque está em área de preservação? Você votaria num governo que o transferisse de sua residência porque está numa APA?			